

#Transformar
vidas com a nossa
energia.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2023

CEMIG

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO	4
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO	13
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO	24
INVESTIMENTOS NAS OPERAÇÕES	24
SUSTENTABILIDADE – DESEMPENHO EM ESG	26
BALANÇO SOCIAL	48
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS	49
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	51
BALANÇOS PATRIMONIAIS	51
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	53
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	54
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	55
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	56
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	58
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	59
1. CONTEXTO OPERACIONAL	59
2. CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES	62
3. BASE DE PREPARAÇÃO	65
4. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	71
5. SEGMENTOS OPERACIONAIS	73
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	76
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	77
8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	78
9. TRIBUTOS COMPENSAVEIS	80
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	81
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	86
12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	86
13. ATIVOS DE CONTRATO	90
14. INVESTIMENTOS	94
15. IMOBILIZADO	107
16. INTANGÍVEL	111
17. ARRENDAMENTOS	115
18. FORNECEDORES	118
19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	118
20. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES	119
21. ENCARGOS REGULATÓRIOS	122
22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	123
23. PROVISÕES	130
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	136
25. RECEITA LÍQUIDA	140
26. CUSTOS E DESPESAS	144
27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	147
28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	148
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	152
30. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA	165
31. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E COMPROMISSOS	167
32. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI	167
33. EVENTOS SUBSEQUENTES	168
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	169
PARECERES E DECLARAÇÕES	173
ORÇAMENTO DE CAPITAL	179

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

A Cemig Geração e Transmissão (“Companhia” ou “Cemig GT”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras, o Parecer do Conselho Fiscal, o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Também são apresentadas as Declarações dos vice-presidentes que revisaram as Demonstrações Financeiras e o respectivo Relatório dos Auditores Independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em nosso encontro anual com os investidores em março de 2023, demos destaque em nossos objetivos de acelerar o processo de transformação da Cemig GT, com criação de valor aos acionistas e sociedade. Entendemos que esses objetivos somente são alcançados através de uma gestão sustentável, buscando sempre a maximização dos resultados e com foco no cliente

Nossos resultados em 2023 são uma evidência do acerto na implementação de nossa estratégia. Obtivemos um lucro líquido de R\$2,4 bilhões, um crescimento de 15,25% em relação a 2022, e um Lajida de R\$3,4 bilhões, um aumento expressivo de 13,43%.

No que se refere a gestão da nossa dívida, continuamos na execução da estratégia de redução da nossa exposição cambial, considerando os bonds que emitimos no mercado internacional em 2017/2018, com a recompra em 2023 de mais US\$375 milhões, reduzindo a nossa exposição cambial para US\$381 milhões. Nossa alavancagem financeira, medida pela relação Dívida Líquida/Lajida ajustado fechou o ano em 0,51 vez, o que dá espaço para alavancarmos o relevante programa de investimentos previstos para os próximos anos e ao mesmo tempo, manter uma remuneração adequada e atrativa aos nossos acionistas.

A implantação dos Usinas Solares Fotovoltaicas (“UFVs”) Boa Esperança e Jusante encontra-se em andamento com cerca de 90% das obras concluídas e previsão de entrada em operação no final do primeiro semestre de 2024. Com investimentos estimados em R\$850 milhões, adicionando 188 MWp ao nosso portfólio de geração.

Mais uma vez tivemos as nossas despesas operacionais totalmente cobertas pelas tarifas no negócio de transmissão, também apresentando Lajida superior às referências regulatórias, resultados também esperados para 2024.

Somos a maior comercializadora brasileira de energia para os clientes do mercado livre, com um histórico de lucratividade relevante e de sucesso em nossas estratégias de gestão do balanço de energia elétrica. Mas mesmo considerando esse histórico de sucesso, 2023 foi um ano que deve ser comemorado de forma especial. Atingimos um Lajida de R\$3,4 bilhões na Cemig GT, fruto da estratégia adequada de comercialização, com antecipação na atuação em relação aos movimentos de mercado, aliado às condições climáticas favoráveis.

Estamos bem posicionados para atuar no mercado de comercialização de energia nos próximos anos, mesmo em um cenário desafiador, com preços depreciados em função do atual desequilíbrio de mercado, com excesso relevante de oferta.

A Cemig, nossa controladora, é empresa reconhecida pela sociedade pela sustentabilidade de suas operações, com 100% de geração de energia de fontes renováveis e participante dos principais índices de sustentabilidade em nível internacional e nacional, sendo a única empresa do setor elétrico fora da Europa a fazer parte do índice Dow Jones de Sustentabilidade e de forma consecutiva há 24 anos.

Todos esses resultados que estamos apresentando nos últimos anos nos trazem otimismo com o futuro, demonstram que estamos no caminho certo e que a estratégia que adotamos de focar os investimentos em Minas Gerais, em negócios onde temos o controle das operações, com disciplina na alocação de capital e eficiência operacional vem se mostrando acertada, com benefícios para a sociedade e criação de valor para os nossos acionistas.

Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas, na soma de esforços para garantir o protagonismo da Cemig GT no setor elétrico brasileiro.

A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

A Cemig GT iniciou suas atividades em janeiro de 2005, como resultado do desmembramento das atividades da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). Desde a sua criação, a Cemig GT sempre demonstrou vocação para a geração de energia elétrica por meio de hidrelétricas. Com grandes obras e imensos desafios, marcou a história dos grandes empreendimentos pela sua engenharia e porte das usinas que construiu.

Nossa missão, visão e valores



Princípios Éticos e Código de Conduta

Código de Conduta Cemig

Aprovado pelo Conselho de Administração da Cemig em 18 de abril de 2022, o novo Código de Conduta Cemig (<http://ri.cemig.com.br>) foi revisto e construído com a participação de colaboradores de todas as áreas da Companhia. Ele tem como base os pilares institucionais da Cemig, que são respeito à vida, integridade, geração de valor, comprometimento, inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, além de um alinhamento à identidade cultural da Companhia. É um pacto que visa a incorporação de valores, objetivos e comportamentos comuns, desenvolvendo uma cultura de integridade. O Código deve ser cumprido por todos os seus destinatários: administradores, conselheiros fiscais, membros de comitês estatutários, colaboradores, estagiários e terceiros, em qualquer relação estabelecida com as partes interessadas da Companhia.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética da Cemig tem o objetivo de, dentre outras atribuições, coordenar as ações da Companhia em relação à gestão do “Código de Conduta Cemig” (interpretação, divulgação, aplicação e atualização), além da avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos do Código.

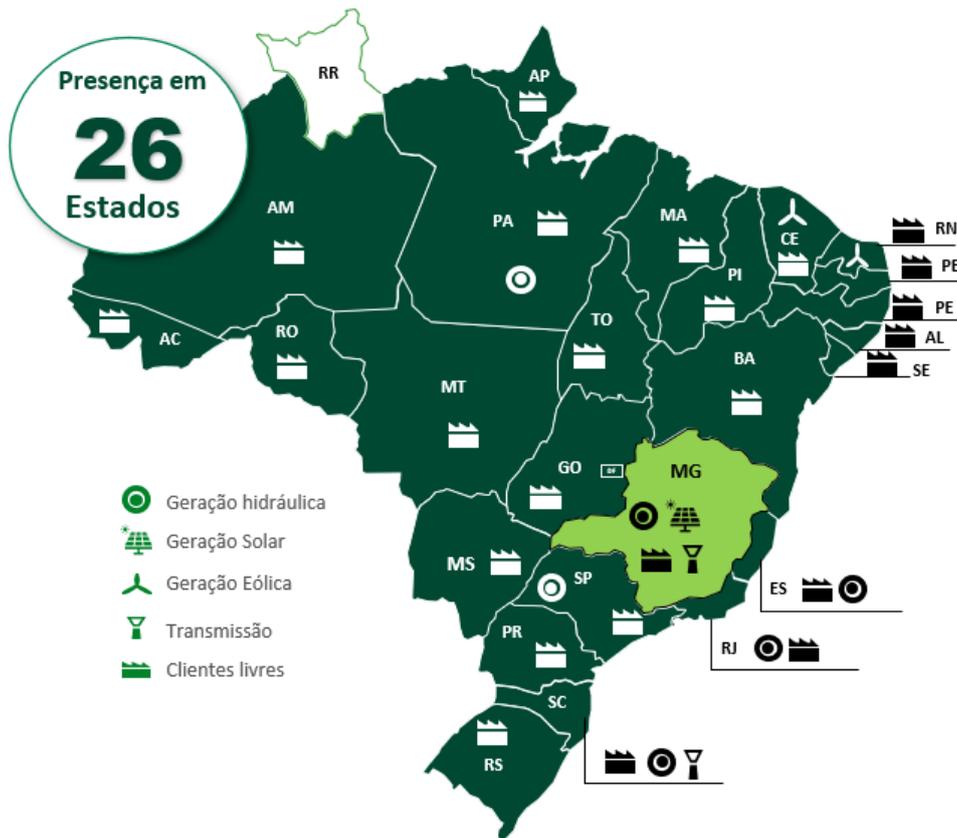
A Comissão é composta por 8 membros titulares entre Superintendentes e Gerentes, nomeados pela Diretoria Executiva. A Comissão de Ética pode ser contatada através do Canal de Denúncias Anônimas disponível na intranet corporativa, por meio de e-mail, correspondência interna ou externa ou por telefone exclusivo, meios amplamente divulgados junto à força de trabalho da Cemig. Esses canais possibilitam o recebimento de denúncias e consultas, o que pode resultar na instauração de procedimentos de apuração relativos a eventuais descumprimentos do “Código de Conduta Cemig”.

NOSSOS NEGÓCIOS

Área de atuação

A Companhia atua em várias regiões do País por meio de seus segmentos operacionais, com uma maior concentração na região Sudeste.

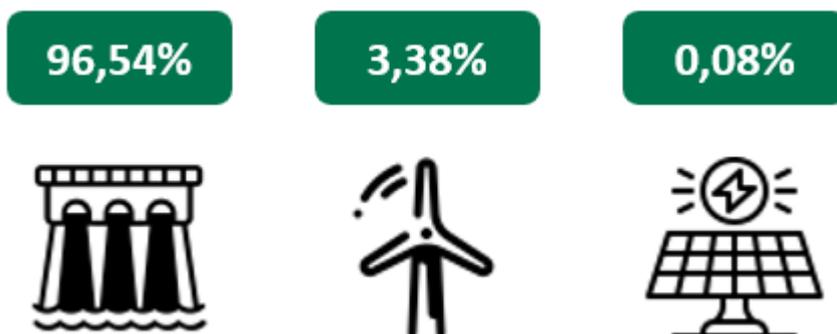
Fontes Renováveis 100% da nossa matriz energética



Geração

Reforçando o compromisso de ser uma companhia sustentável, a matriz energética do parque gerador da Cemig GT e controladas é composta totalmente por fonte de energia limpa e renovável por meio de empreendimentos de fonte hidráulica e eólica.

Composição da matriz energética



Capacidade instalada

Considerando sua controladas e controladas em conjunto, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui participação em 68 usinas, sendo 57 hidrelétricas, 9 eólicas e 2 solares, com capacidade instalada de 5.189,96 MW, conforme segue:

Central Geradora	Capacidade instalada (MW) ¹
Theodomiro Carneiro Santiago	1.192
Nova Ponte	510
Irapé	399
Três Marias	396
Salto Grande	102
Queimado	86,6
Rosal	55
Sá Carvalho	78
Itutinga	52
Camargos	46
Belo Monte	1.313
Aimorés	148,5
Amador Aguiar I	94,3
Amador Aguiar II	82,6
Funil	81
Igarapava	49,7
Eólicas	175,5
Outras	328,8
Total	5.190

(1) Está apresentada considerando a cota de participação da Cemig no empreendimento.

Transmissão

A Cemig GT opera e mantém 40 subestações e 5.060 km de linhas de transmissão, nas tensões de 230, 345 e 500 kV, integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Além disso possui ativos, os quais opera e mantém como acessante, em outras 11 subestações, que são de responsabilidade de outros agentes de transmissão.

Em 2023, a Cemig GT teve vigentes contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de ativos de transmissão com outras 10 empresas, em 14 subestações e 95 km de linhas de transmissão.

Comercialização

A Cemig (controladora da Companhia) é líder no atendimento ao mercado livre no país, tendo expandido sua área de atuação para outros Estados, consolidando a posição com a agregação de novos clientes nos Estados em que já atua, com destaque para Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Atualmente a Cemig possui clientes em 25 Estados e DF.

Mantendo a estratégia corporativa da controladora, de atendimento ao mercado com o propósito de entrega de energia a seus clientes, no terceiro trimestre de 2021, foi iniciado o processo de segregação do negócio de comercialização, a partir de sua transferência parcial da Cemig GT para a Cemig.

Energia Livre Cemig

Com foco em novos mercados, a Cemig inova com o lançamento do “Energia Livre Cemig”, um sistema de e-commerce inovador que oferece aos clientes de média tensão a possibilidade de simular e contratar energia renovável possibilitando desconto na fatura de energia do cliente.

A nova plataforma, que revoluciona o setor, foi planejada para tornar a jornada simples e ágil, possibilitando a contratação de energia de forma 100% digital. Atenderá clientes, de todas as regiões do País, que desejam migrar para o Mercado Livre de Energia – ambiente em que a Cemig é líder e referência no setor

AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2023 começou sob a expectativa de baixo crescimento e inflação anual superior a 5% (Pesquisa Focus indicavam em torno de 0,8% e 5,3%, respectivamente). A perspectiva era de que a recomposição tributária afetaria preços administrados (especialmente combustíveis), mantendo a inflação elevada a despeito dos efeitos negativos da elevação de juros sobre a atividade econômica. No entanto, houve surpresas benignas nas duas frentes: o crescimento econômico foi mais forte e a inflação, mais baixa (2,9% e 4,5%, respectivamente, de acordo com a pesquisa Focus mais recente).

Um dos fatores a colaborar para o desempenho melhor do que o esperado foi a normalização das cadeias produtivas e o recuo dos preços de commodities, tanto para a desinflação global como para a brasileira.

Domesticamente, a safra recorde – muito maior que a inicialmente esperada – contribuiu direta (com cerca de 1,2pp) e indiretamente para o PIB mais forte (através dos efeitos multiplicadores da renda gerada no setor).

A oferta agrícola também ajudou a reduzir dos preços domesticamente, especialmente dos alimentos. Em 2023 houve deflação do grupo Alimentação no Domicílio no IPCA (-0,58%). Assim, apesar da recomposição dos impostos sobre combustíveis e da elevada inflação de administrados no ano (9,12%), a inflação encerrará o ano dentro do intervalo de metas (cujo teto é 4,75%).

O processo de desaceleração da inflação no ano, com sinais de descompressão dos núcleos de preços, permitiu o início da redução da taxa Selic pelo Comitê de Política Monetária – a taxa iniciou o ano em 13,75% e terminou o ano no patamar de 11,75%.

Deve-se notar, ainda, outro fato relevante no final do ano: a promulgação da reforma tributária. Os pilares da reforma são a implantação de um sistema de base tributária ampla e não cumulativo; a uniformização da legislação; a simplificação do sistema, proporcionando alguma redução das distorções alocativas e aumento da produtividade da economia nacional. Na esteira das reformas aprovadas em 2023, o Brasil recebeu upgrade da classificação de risco de sua dívida pela S&P, o que ajudou a consolidar o processo de apreciação cambial nos últimos dias do ano.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Geração

No ano de 2023, a hidrologia foi próxima da média histórica, ficando a Energia Natural Afluyente (ENA) do ano em 102% da média de longo termo (MLT) no sistema interligado nacional (SIN). Contudo, o grande destaque foi a elevada ENA verificada na região sul (171% da MLT), devido a formação do fenômeno EL Niño. Por outro lado, o EL Niño impactou negativamente a região Nordeste com 63% da MLT.

Neste cenário hidrológico e com as medidas para preservação do armazenamento, o CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico) juntamente com o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), coordenaram a operação do sistema com as térmicas em seus valores mínimos operativos ao longo do ano. Ao longo do ano o armazenamento do sistema caminhou próximo aos valores máximos históricos chegando a 88% no final do mês de abril. No final de dezembro os reservatórios fecharam o ano com 60% do seu volume útil, dentre os melhores do histórico recente.

Com uma boa hidrologia, armazenamento elevado e uma grande sobreoferta estrutural o PLD (Preço da Liquidação de Diferenças) médio do Sudeste/Centro-Oeste em 2023 foi de R\$72,17/MWh, comparado a R\$58,99/MWh em 2022. O PLD permaneceu no seu valor piso (R\$69,04/MWh) em 8 meses do ano, sendo que o maior valor foi verificado no mês de novembro, R\$84,40/MWh, devido a necessidade de despacho térmico para atender a elevada demanda de ponta durante ondas de calor. A melhora hidrológica de 2023 levou o GSF (*Generation Scaling Factor*) a apresentar um valor médio maior quando comparado a 2022, sendo 0,90 em 2023 em comparação a 0,86 em 2022.

Revisão de garantia física

Por meio da Portaria nº 709/GM/MME, de 30 de novembro de 2022, foram revistos os valores de garantia física de energia das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente no SIN, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Dentre as usinas elegíveis, 10 usinas da Cemig tiveram suas garantias físicas revistas, com efeito pouco relevante, conforme abaixo:

Usina	Empresa	Garantia física anterior (MW médios) ¹	Garantia física revisada (MW médios) ¹	Variação %
Theodomiro Carneiro Santiago	Cemig Geração e Transmissão	499,70	474,80	(4,98)
Nova Ponte	Cemig Geração e Transmissão	270,10	256,60	(5,00)
Três Marias	Cemig Geração e Transmissão	239,00	227,10	(4,98)
Irapé	Cemig Geração e Transmissão	207,90	197,90	(4,81)
Salto Grande	Cemig Geração e Transmissão	75,00	73,80	(1,60)
Queimado (Consórcio)	Cemig Geração e Transmissão	67,90	64,60	(4,86)
Sá Carvalho	Sá Carvalho	56,10	54,40	(3,03)
Rosal	Rosal Energia	29,10	27,70	(4,81)
Itutinga	Cemig Geração Itutinga	28,00	26,60	(5,00)
Camargos	Cemig Geração Camargos	21,00	21,60	2,86
Total		1.493,80	1.425,10	(4,60)

(1) Os valores apresentados são integrais, não tendo sido ajustados considerando a participação da Companhia.

Transmissão

A receita de Transmissão da Companhia é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAP), dos ativos do sistema existente, que constitui a receita inicial responsável pelo equilíbrio econômico-financeiro da concessionária.

Por atuar em um mercado regulado, a receita dos ativos de transmissão da Cemig GT é estabelecida pela Aneel, sendo atualizada nos processos de revisão tarifária periódica, revisão tarifária extraordinária e reajuste tarifário anual. A metodologia do modelo regulatório é o *Revenue-cap*, o qual consiste na definição de um teto de receita a ser auferido pela transmissora durante o período. A Companhia atua junto ao Órgão Regulador para o reconhecimento de seus custos nos processos de revisões, reajustes e de homologação das RAPs para novos ativos.

Em 2023, deveria ter ocorrido o processo de Revisão Tarifária Periódica (RTP) da RAP, no entanto, foi postergado pela Aneel para 2024, conforme Despacho nº 402/2023. Assim, para 2023 ocorreu o processo ordinário de reajuste anual da receita de transmissão, que tem o objetivo de corrigir a RAP homologada pelo índice de reajuste que consta em cada contrato de Concessão, adicionar à RAP a receita oriunda dos reforços que entraram em operação comercial no último ciclo tarifário (julho do ano anterior a junho do ano de reajuste) e calcular a Parcela de Ajuste. Este último componente da receita, por sua vez, consiste em um componente financeiro referente a ajustes na RAP de ciclos anteriores.

O resultado do Reajuste Anual da RAP do ciclo 2023-2024, ocorrido em 1º de julho de 2023, foi publicado pela Resolução Homologatória (ReH) nº 3.216/2023. A RAP da Cemig GT (contrato de concessão 006/1997) recebeu reajuste de 31%, composto pelo efeito do reperfilamento do Componente Financeiro da RAP, do Custo Anual dos Ativos da RBSE (Rede Básica do Sistema Existente), da aplicação de IPCA sobre a receita já homologada e reconhecimento dos novos reforços.

A RAP da Cemig GT – Itajubá (contrato de concessão nº 079/2000) e da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas Gerais – Centroeste (contrato 004/2005) foram reajustadas em -4,44% no ciclo 2023-2024 frente ao ciclo anterior, refletindo a variação do IGPM do período.

Em dezembro 2023, a Agência julgou os pedidos de reconsideração à ReH nº 3.216/2023, resultando na publicação do Despacho nº 4.675/2023, que reconheceu ajustes na RAP e nas parcelas de ajustes homologadas, notadamente para as receitas do contrato 006/1997. Os efeitos financeiros destes ajustes serão percebidos no ciclo 2024-2025.

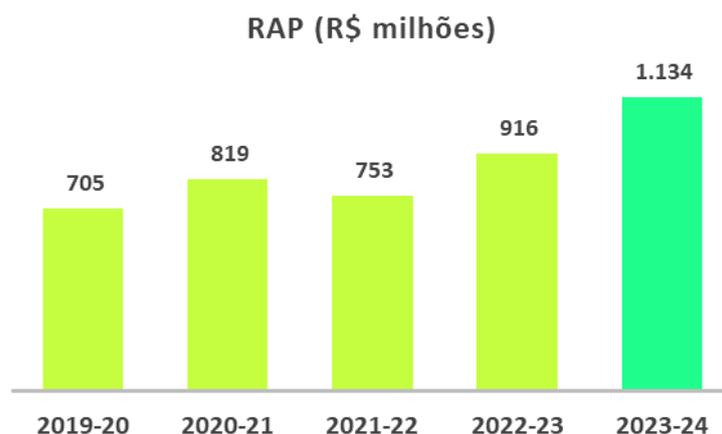
RAP homologada

Por meio da ReH nº 3.216 de 2023, a Aneel estabeleceu as RAPs para os ativos de transmissão de energia elétrica para o ciclo 2023-24, com vigência a partir de 1º julho de 2023.

	Índice reajuste	RAP ciclo 2022-2023 R\$ milhões	RAP ciclo 2023-2024 R\$ milhões	Var (%)
Contrato de Concessão – 006/97	IPCA	825,6	1.084,6	31,37%
Contrato de Concessão – 079/00	IGPM	45,0	43	-4,44%
Contrato de Concessão – 004/05	IGPM	31,5	30,1	-4,44%
		902,1	1.157,7	28,33%

O acréscimo deveu-se principalmente ao efeito do reperfilamento do componente financeiro dos ativos existentes (RBSE) da Cemig GT – 006/1997, cujo valor referente ao ciclo 2023-24 foi 120% superior ao do ciclo de 2022-23, além da entrada de novas obras e correção da receita pelo índice do contrato de concessão.

No total, incluindo o efeito da parcela de ajuste no montante de R\$24 milhões, a receita das transmissoras para o ciclo 2023-24 considerando o contrato da Cemig GT, Itajubá e Centroeste ficou em R\$1.134 milhões, representando um reposicionamento de 28,33% em comparação ao ciclo anterior.



Em dezembro de 2023, a Aneel julgou os pedidos de reconsideração à ReH nº 3.216/2023, resultando na publicação de novas Receitas Anuais Permitidas e Parcelas de Ajustes para o ciclo 2023-2024, por meio do Despacho nº 4.675/2023.

De acordo com o referido Despacho, as RAPs dos ativos de transmissão em operação da Cemig GT passam a ser de R\$1.179 milhões, aumento de R\$12 milhões em relação ao homologado pela ReH nº 3216/2023. O ajuste principal ocorreu na RAP do contrato 006/1997 que aumentou R\$12 milhões, enquanto o contrato 006/2011 teve um ajuste negativo de -R\$ 0,04 milhões em função da retificação autotutelar da Aneel referente ao resultado da revisão do ano de 2021. As parcelas de ajustes também foram retificadas, passando a ser de -R\$ 10,4 milhões resultando em um ganho de R\$14 milhões em relação ao homologado pela ReH nº 3.216/2023. O principal ajuste deste componente foi a retificação de receitas retroativas associada a novas obras. Os efeitos financeiros do incremento na RAP e parcelas de ajustes serão percebidos apenas ao longo do ano 2024, quando do efetivo recebimento destas receitas.

DESEMPENHO OPERACIONAL POR NEGÓCIO

Geração

Disponibilidade de geração

A disponibilidade de geração é medida por meio do indicador FID (Fator de Disponibilidade), valor adimensional, resultante da divisão da disponibilidade apurada nos últimos 60 meses pelo índice de referência definido pela Aneel. Logo, quanto maior o FID, melhor o desempenho do ativo.

A Companhia vem apresentando FIDs crescentes nos últimos anos, atingindo 96,50% em dezembro de 2023. Esse resultado é consequência da busca por paradas programadas cada vez mais eficientes e baixos índices de paradas forçadas.

Volume de geração de energia

Geração em GWh	Total 2023	Parcela Cemig
UHE despachadas centralizadamente (1)	47.878,80	13.807,06
UHE não despachadas centralizadamente	1.179,87	943,43
Usinas eólicas	821,02	491,42
Usinas fotovoltaicas	7,29	7,29
Total	49.886,98	15.249,20

(1) Para as usinas UHE Baguari, UHE Retiro Baixo e UHE Santo Antônio foi considerado o volume de geração de energia até a data da alienação da participação detida pela Cemig GT nessas usinas. Mais detalhes sobre a alienação na nota explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras.

Transmissão

Taxa de disponibilidade de transmissão

Abaixo são apresentados os indicadores de performance operacional da Transmissão:



(1) Indicadores com valores acumulados até o mês de dezembro de 2023.

(2) DPV – Desconto de Parcela Variável e SPB – Suspensão de Pagamento Base.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

Resultado do exercício

A Cemig Geração e Transmissão teve um aumento de 15,25% no lucro líquido do exercício de 2023, sendo de R\$2.403 milhões em comparação R\$2.085 milhões no exercício de 2022.

As principais justificativas para as variações nas receitas, custos, despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – Lajida consolidado

O Lajida consolidado da Companhia, calculado de acordo com a Resolução CVM nº 156/2022, aumentou 13,43% em 2023, em comparação a 2022 e sua margem em relação à receita líquida passou de 36,92% para 50,47% nos exercícios analisados.

O Lajida da Companhia, ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes, aumentou 11,45% em 2023, em comparação a 2022 e sua margem em relação à receita líquida passou de 33,55% para 45,07% nos exercícios analisados.

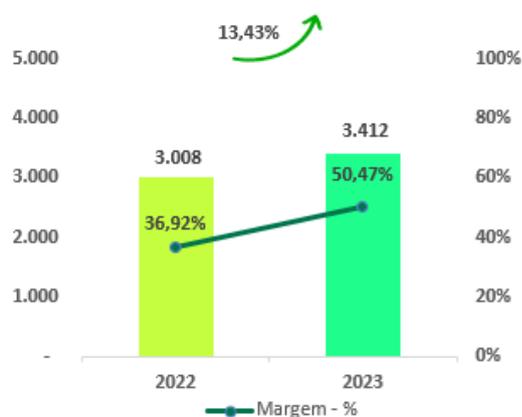
As principais justificativas para essas variações estão descritas no decorrer deste Comentário.

Lajida 2023 R\$ milhões	Geração	Transmissão	Comercialização	Participações	Total
Lucro líquido do exercício	1.396	457	352	198	2.403
+ Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos	324	110	116	34	584
+ Resultado financeiro líquido	11	48	(81)	118	96
+ Depreciação e amortização	328	1	-	-	329
Lajida conforme "Resolução CVM 156" (1)	2.059	616	387	350	3.412
Efeitos não recorrentes e não caixa					
- Ganho na alienação de investimento	-	-	-	(344)	(344)
- Remensuração passivo de pós-emprego	(11)	(7)	(1)	(2)	(21)
= Lajida ajustado (2)	2.048	609	386	4	3.047

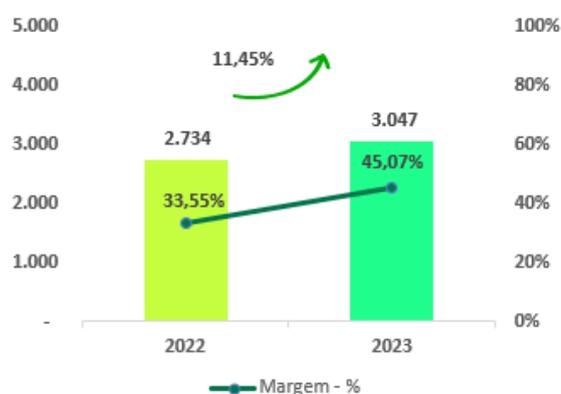
Lajida 2022 R\$ milhões	Geração	Transmissão	Comercialização	Participações	Total
Lucro líquido do exercício	890	338	197	660	2.085
+ Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos	307	169	63	(421)	118
+ Resultado financeiro líquido	150	97	(34)	264	477
+ Depreciação e amortização	328	-	-	-	328
Lajida conforme "Resolução CVM 156" (1)	1.675	604	226	503	3.008
Efeitos não recorrentes e não caixa					
- Ganho na alienação de ativo mantido para venda	-	-	-	(60)	(60)
+ Ajuste a valor justo de ativo financeiro (nota 11)	172	-	-	-	172
- Reversão de provisão para perda - MESA (nota 13)	-	-	-	(162)	(162)
+ Reversão de Provisões Tributárias - INSS s/ PLR	(29)	(27)	(5)	(6)	(67)
+ Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	7	7
+ Provisões tributárias - Indenização do anuênio	14	13	2	3	32
- Opção de venda - SAAG	-	-	-	(35)	(35)
- Resultado do Acordo entre FIP Melbourne e AGPar	-	-	-	(161)	(161)
= Lajida ajustado (2)	1.832	590	223	89	2.734

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque a utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia ajusta o Lajida calculado em conformidade à Resolução CVM nº 156/2022 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinárias.

Lajida (R\$ Milhões)



Lajida Ajustado (R\$ Milhões)

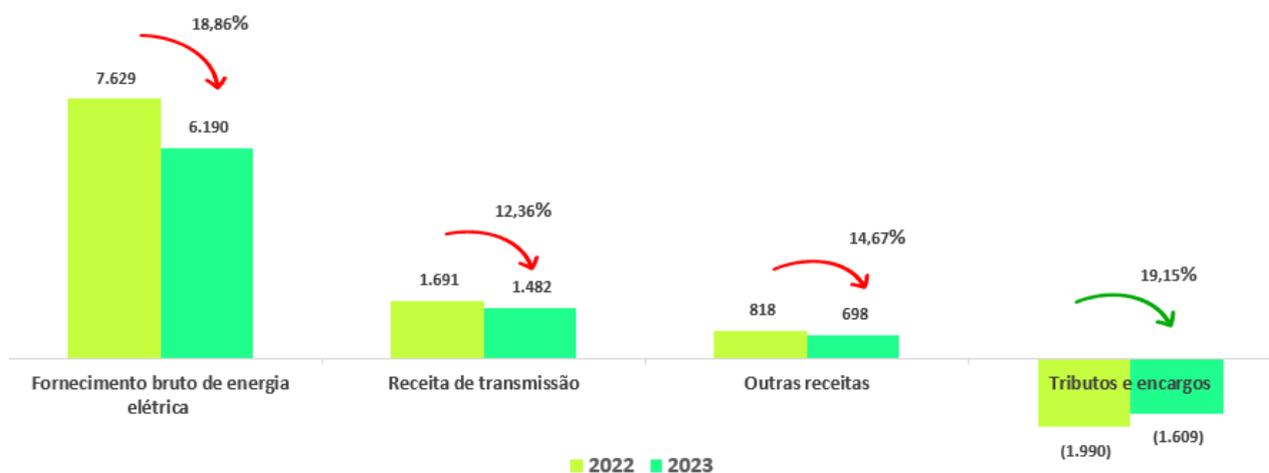


Receita

A composição da receita líquida é conforme segue:

	Consolidado (milhões)		Variação horizontal (%)
	2023	2022	
Fornecimento bruto de energia elétrica	6.190	7.629	-18,86%
Receita de transmissão			
Receita de operação e manutenção	740	723	2,35%
Receita de construção	227	407	-44,23%
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	515	561	-8,20%
Receita de atualização da bonificação pela outorga	412	467	-11,78%
Liquidação na CCEE	69	186	-62,90%
Receita de indenização da geração	93	47	97,87%
Outras receitas	124	119	4,20%
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas	(1.609)	(1.990)	-19,15%
	6.761	8.148	-17,02%

Receita líquida (R\$ Milhões)



As justificativas para as principais variações estão descritas a seguir:

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica reduziu 18,86%, sendo de R\$6.190 milhões em 2023 na comparação com R\$7.629 milhões em 2022. Essa variação decorreu basicamente da redução de 18,61% no volume de energia vendida, associada, principalmente, à continuidade da transferência da atividade de comercialização do Grupo Cemig da Cemig GT para a Cemig holding.

	2023			2022		
	MWh ³	R\$ (milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) ¹	MWh ³	R\$ (milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) ¹
Industrial	10.198.825	3.063	300,33	14.453.048	4.229	292,60
Comercial	3.865.766	993	256,87	4.127.836	1.051	254,61
Rural	18.723	5	267,05	15.959	5	313,30
Subtotal	14.083.314	4.061	288,36	18.596.843	5.285	284,19
Fornec. não faturado, líquido	-	(57)	-	-	62	-
	14.083.314	4.004	288,36	18.596.843	5.347	284,19
Suprim. outras concessionárias (2)	10.311.213	2.149	208,41	11.376.243	2.290	201,30
Suprim. não faturado líquido	-	37	-	-	(8)	-
	24.394.527	6.190	254,57	29.973.086	7.629	252,73

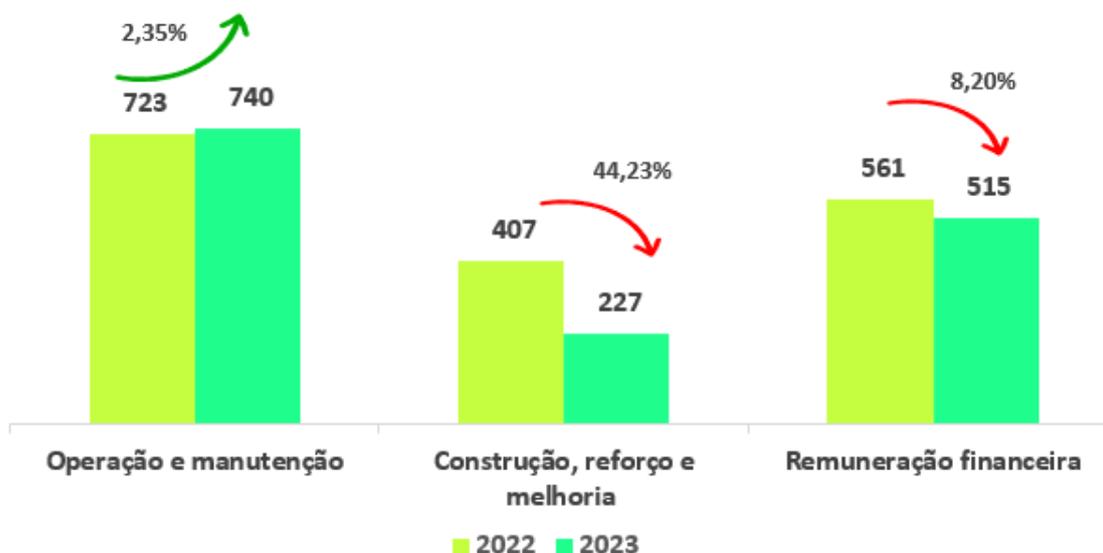
(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(2) Esta receita inclui contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

(3) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

Receita de concessão da transmissão

Receita de transmissão (R\$ Milhões)



As principais variações nas receitas estão apresentadas a seguir:

- As **receitas de construção, reforço e melhoria** da infraestrutura foram de R\$227 milhões em 2023, comparados a R\$407 milhões em 2022, uma redução de 44,23%. A variação reflete o previsto para os projetos que estão em fase final de execução, resultando na diminuição nos valores investidos em 2023 em comparação a 2022. Além disso, os novos projetos estão na fase inicial, com desembolsos associados a etapas de projeto e definição, as quais apresentam menores custos.
- Redução de 8,20% na receita de **remuneração financeira** do ativo de contrato da transmissão, que foram de R\$515 milhões e R\$561 milhões em 2023 e 2022, respectivamente. Essa variação está associada, principalmente, à variação do IPCA, que foi positiva em 4,62% em 2023 comparada à uma variação positiva de 5,79% em 2022, base para a remuneração do contrato.

Para mais informações, ver nota explicativa nº 12.

Liquidação na CCEE

A receita com liquidações na CCEE foi de R\$69 milhões em 2023 em comparação a R\$186 milhões em 2022, representando uma redução de 62,90%. Essa redução deve-se, principalmente, à redução das sobras de energia nesse período que são liquidadas na CCEE.

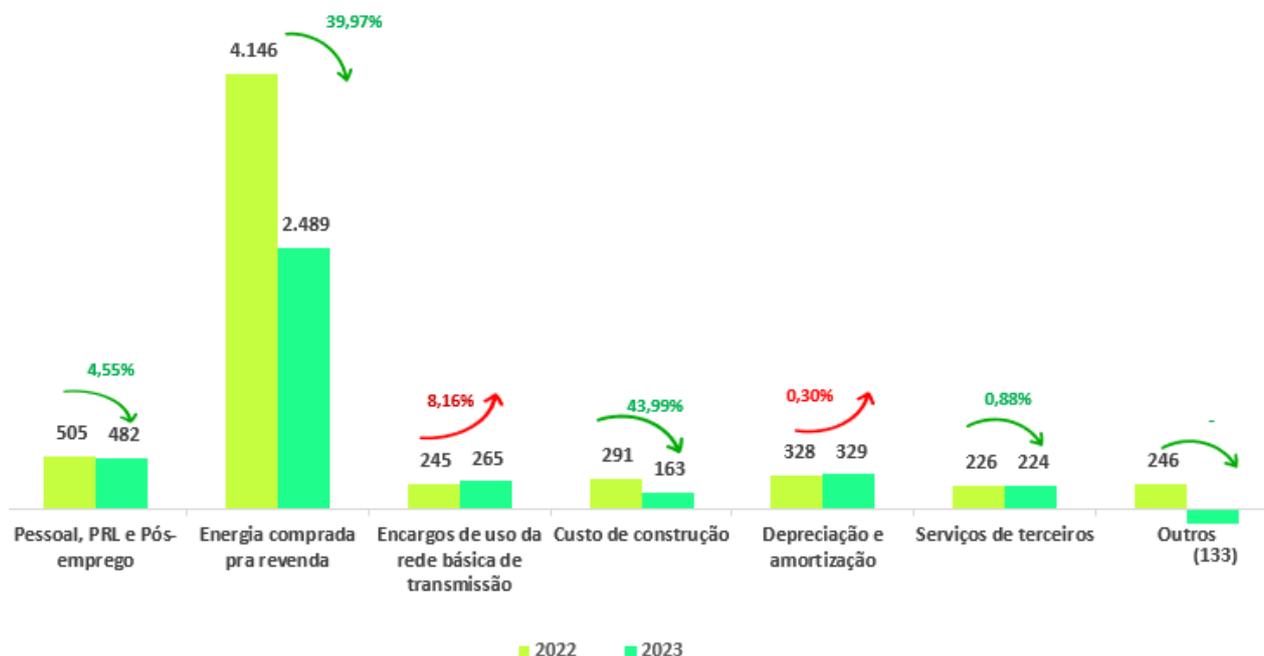
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.609 milhões em 2023 comparados a R\$1.990 milhões em 2022, uma redução de 19,15%. Essa variação está associada, principalmente, a tributos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Custos e despesas

Os custos e despesas foram de R\$3.819 milhões em 2023 em comparação a R\$5.987 milhões em 2022. As principais variações nos componentes dos custos e despesas estão descritas a seguir.

Custos e despesas (R\$ Milhões)



Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$2.489 milhões em 2023, comparado a R\$4.146 milhões em 2022, representando uma redução de 39,97%. Essa variação decorre, principalmente, da redução de 41,33% nos custos com energia adquirida no ambiente livre, sendo de R\$2.637 em 2023, em comparação a R\$4.495 milhões em 2022, associado, principalmente, à transferência da atividade de comercialização do Grupo Cemig da Cemig GT para a Cemig Holding.

Custo de construção

O custo de construção foi de R\$163 milhões em 2023, em comparação a R\$291 milhões em 2022, uma redução de 43,99%. A variação reflete o previsto para os projetos que estão em fase final de execução, resultando na diminuição nos valores investidos em 2023 em comparação a 2022. Além disso, os novos projetos estão na fase inicial, com desembolsos associados a etapas de projeto e definição, as quais apresentam menores custos.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional de 2023 foi uma despesa no montante de R\$115 milhões, em comparação a uma despesa no montante de R\$132 milhões em 2022, uma redução de 12,21%. Essa variação decorre, principalmente, da adesão voluntária dos funcionários ativos ao novo plano de saúde, denominado Plano Premium, ofertado pela Companhia.

Provisões

As provisões de 2023 são compostas por (i) provisões para contingências, (ii) perdas de créditos esperadas e (iii) provisões por redução ao valor recuperável. No total, essas provisões representaram uma despesa de R\$111 milhões em 2023 em comparação a uma despesa de R\$580 mil em 2022. As variações mais representativas são justificadas conforme segue:

- As **provisões para contingências** representaram uma despesa de R\$49 milhões em 2023, em comparação à uma despesa de R\$10 milhões em 2022. Essa variação está associada principalmente aos eventos registrados no terceiro trimestre de 2022:
 - No terceiro trimestre de 2022, houve o reconhecimento de reversão de provisão tributária relacionada às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação dos Lucros e Resultados (PRL) no montante de R\$67 milhões, decorrente de alteração do prognóstico de provável para possível.
 - Compensando parcialmente esse efeito, houve o reconhecimento de provisão tributária relacionada à ação judicial relativa à incidência da Contribuição previdenciária sobre os anuênios, no montante de R\$32 milhões, decorrente da alteração do prognóstico de possível para provável.
- Em 2022, houve o reconhecimento de reversão de **perda esperada com partes relacionadas** no montante de R\$53 milhões referente a valor recebido pela cessão dos onerosa dos créditos detidos pela Companhia em face da Renova.

Ajuste a valor justo de ativo financeiro

Com a conclusão do Laudo de Avaliação, a Companhia efetuou o ajuste a valor justo do ativo financeiro no montante de R\$171 milhões, em junho de 2022, correspondente à diferença dos valores originalmente estimados pela Companhia. Mais detalhes na nota explicativa nº 12.

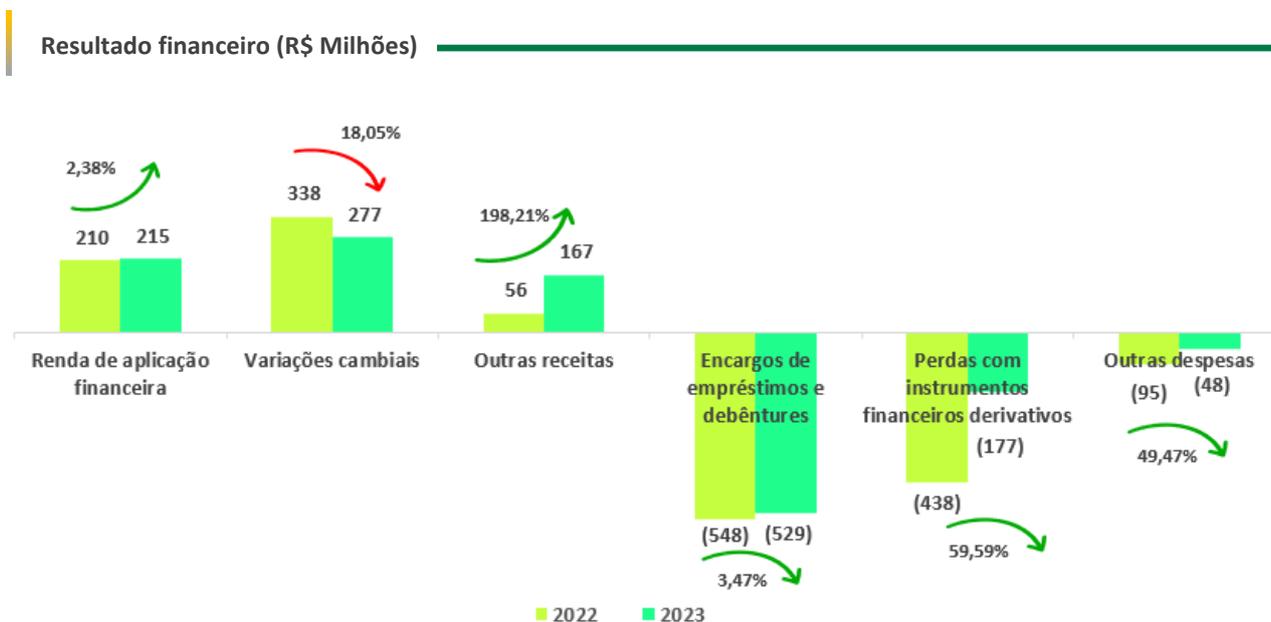
Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidos ganhos líquidos com equivalência patrimonial no montante de R\$141 milhões em 2023 em comparação a ganhos líquidos no montante de R\$519 milhões em 2022, representando uma redução de 72,83%, atrelada, principalmente, aos seguintes fatores:

- A participação detida pela Companhia na Madeira Energia foi alienada em março de 2023.
- As participações detidas pela Companhia nas empresas Baguari Energia e Retiro Baixo foram classificadas como ativo não circulante mantido para venda em abril de 2023, tendo sido alienadas no quarto trimestre de 2023. Mais detalhes sobre essas operações na nota explicativa nº 14.
- Em 2022, houve o reconhecimento de recebível no montante de R\$161 milhões, relacionado ao pagamento realizado pela AGPar ao FIP Melbourne associado ao Acordo decorrente da Sentença Arbitral CCBC-86/2016; e
- Foi reconhecida a reversão da provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida Madeira Energia e outros acionistas no montante de R\$162 milhões, em 2022.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$95 milhões em 2023 em comparação a uma despesa financeira líquida de R\$477 milhões em 2022.



■ Variação cambial

A variação negativa do dólar em relação ao Real em 2023, de 7,21%, em comparação à variação negativa de 6,5% em 2022, gerou o registro de variação cambial negativa em 2023 no montante de R\$277 milhões, em comparação ao registro de variação cambial negativa em 2022, no montante de R\$338 milhões.

■ Instrumento financeiro derivativo

Em decorrência da redução na curva de juros em relação a expectativa de crescimento na taxa do dólar em relação ao Real, o valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados aos Eurobonds apresentou perdas de R\$177 milhões em 2023, em comparação ao registro de perdas de R\$438 milhões em 2022.

■ Ágio na recompra de eurobonds

Como resultado das recompras parciais do Eurobonds – *Tender Offer*, foi reconhecido, no quarto trimestre de 2022, um ágio no montante de R\$47 milhões (apresentado no gráfico anterior como Outras receitas).

Vide a composição completa das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 27.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou em 2023, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$584 milhões (despesas de R\$118 milhões em 2022) em relação ao lucro de R\$2.987 milhões (R\$2.203 em 2022) antes dos efeitos fiscais, representando 19,56% de alíquota efetiva (5,35% em 2022).

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10(d).

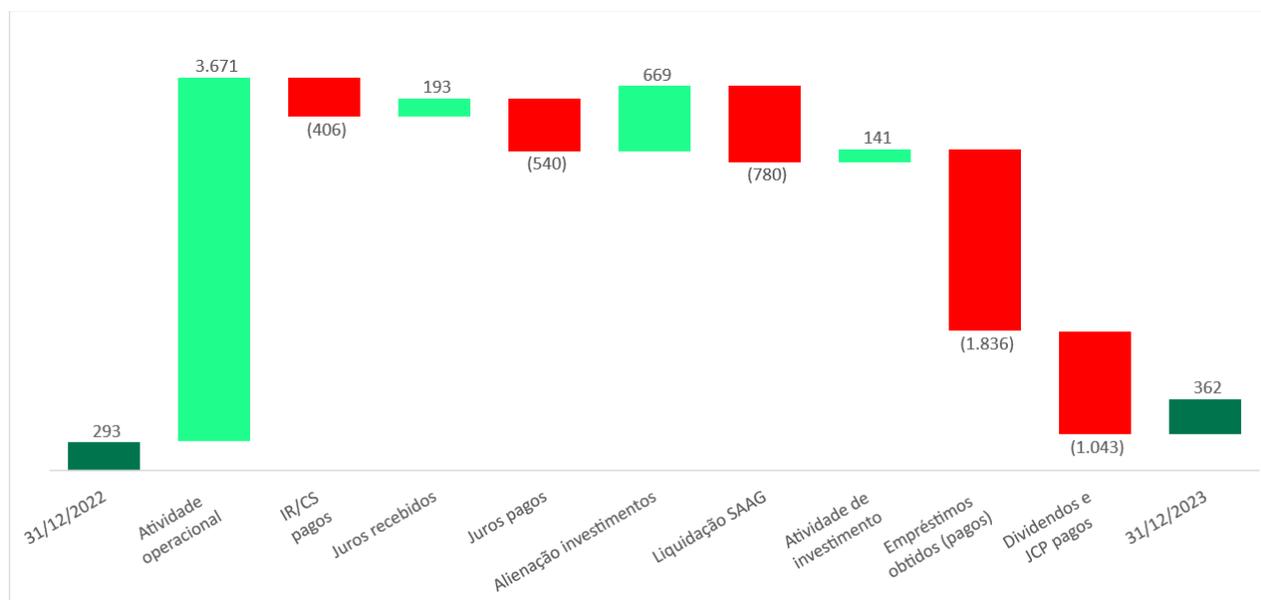
Liquidez e recursos de capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de geração e transmissão existentes.

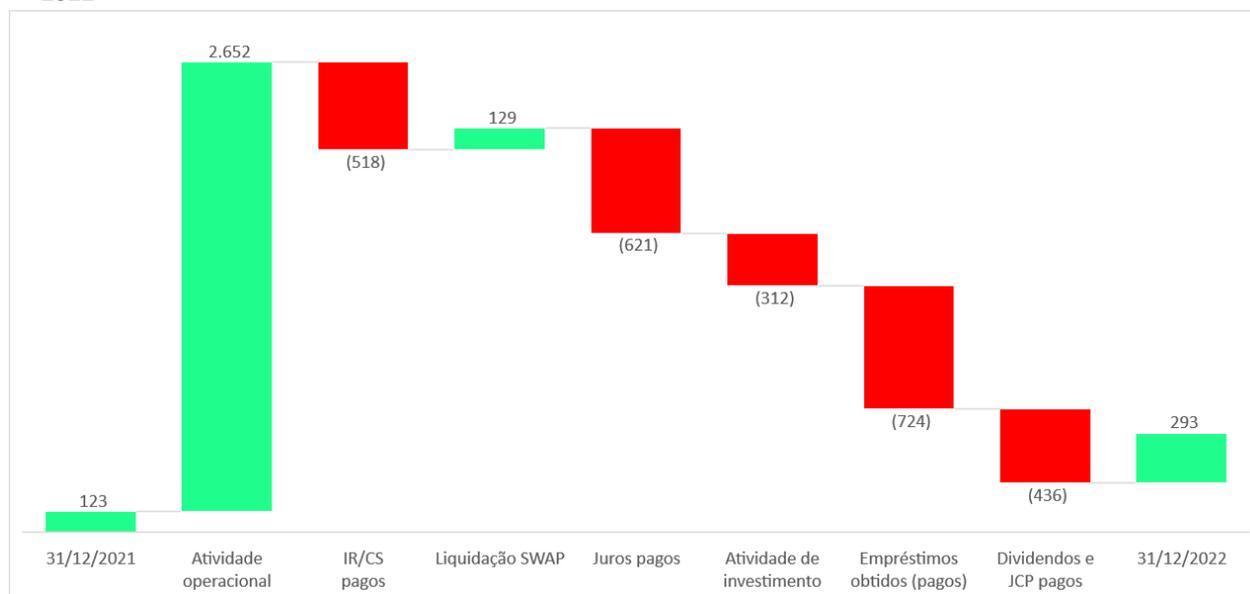
Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos. Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e fundos provenientes de financiamento.

Caixa e equivalentes a caixa

Fluxo de caixa e equivalentes de caixa (R\$ Milhões) - 2023



Fluxo de caixa e equivalentes de caixa (R\$ Milhões) - 2022



A demonstração dos fluxos de caixa está apresentada nas Demonstrações Financeiras.

POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA

A Companhia realizou importantes ações de alienação e redução de participações em ativos não estratégicos, destaque para a finalização das vendas das operações de Baguari e Retiro Baixo, que resultaram em entradas de caixa e maior foco em sua estratégia de crescimento do *core business*, além de sua bem-sucedida estratégia de recompra de sua dívida em dólar (*Eurobonds*), o que ocasionou em uma importante redução em seu endividamento bruto. O aumento do Lajida da Companhia, mesmo com a transferência de contratos de comercialização de energia para a Cemig (controladora da Companhia), demonstra a robustez de sua operação e geração de caixa. Tal equilíbrio possibilitou a execução de um volume expressivo de investimentos sem afetar negativamente a alavancagem, o que contribui para a sustentabilidade das suas operações e para a continuidade do seu programa de investimentos.

Em dezembro de 2023, a Companhia concluiu o resgate antecipado parcial sem pagamento de prêmio, por meio do exercício de opção de compra (*call*), de títulos de dívida no mercado externo de sua emissão, *Eurobonds*, cujo vencimento original é dezembro de 2024. Tal operação teve o objetivo de reduzir a concentração de sua dívida, bem como o endividamento bruto da Companhia. Como estratégia, foi contratado um *hedge* para mitigar a variação cambial ao longo da execução da *call*, concomitantemente ao desfazimento dos derivativos originais que cobriam o montante dos *Eurobonds* até o vencimento original, auferindo com essa operação, ajuste positivo de R\$283 milhões. Como resultado, foram recomprados US\$375 milhões de principal, remanescendo um saldo devedor de US\$381 milhões.

As agências internacionais de classificação de risco *Standard & Poor's*, *Fitch Ratings* e *Moody's* mantiveram os *ratings* da Cemig GT, reflexo do êxito na implementação de medidas que resultaram na elevação da qualidade de crédito da Companhia, com destaque para melhoria do perfil de liquidez, alienação de ativos, refinanciamento de dívidas, maior eficiência operacional e aumento do Lajida, combinada com uma estratégia de gestão prudente do passivo, corroborada pela recompra dos Eurobonds. É importante salientar que os ratings da Cemig GT acompanham o rating da sua Controladora, a Cemig.

Na tabela a seguir está apresentada a posição de *rating* da Companhia nas três principais agências:

Fitch		Grau de investimento										Grau Especulativo											
Nacional	Global	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC	CC	C	RD/D		

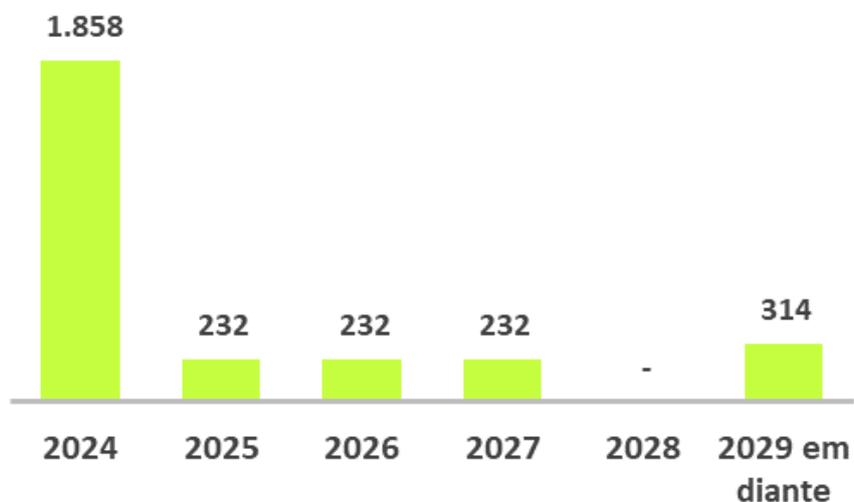
Moody's		Grau de investimento										Grau Especulativo											
Global		Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	A1	A2	A3	Baa1	Baa2	Baa3	Ba1	Ba2	Ba3	B1	B2	B3	Caa1	Caa2	Caa3	Ca	C	

S&P		Grau de investimento										Grau Especulativo											
Nacional	Global	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC+	CCC	CCC-	CC	C	D

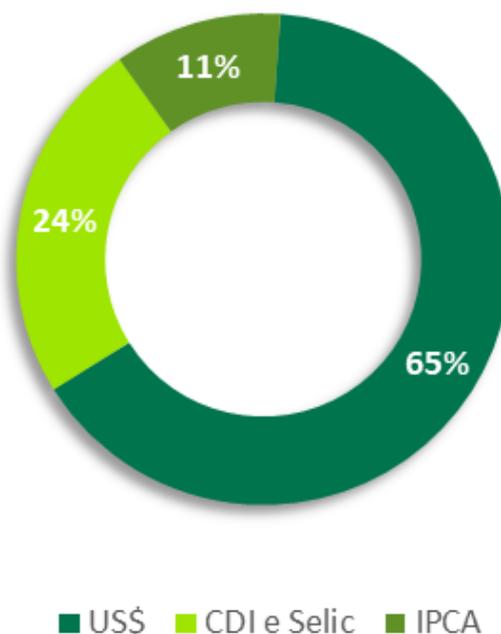
Tanto os *eurobonds* quanto as debêntures contam com *covenants* financeiros restritivos relacionados a endividamento e distribuição de dividendos que estão sendo atendidos pela Companhia.

O endividamento bruto da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$2.868 milhões (R\$4.959 em 31 de dezembro de 2022), tem seu cronograma de amortizações com prazo médio de 2,1 anos (2,6 anos em 31 de dezembro de 2022). Mais detalhes na nota explicativa nº 20 destas demonstrações financeiras.

Cronograma de amortizações da dívida
Posicionamento em dezembro de 2023 (R\$ milhões)



Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2023



Para a dívida cuja referência é o IPCA, existe um *hedge* natural, dado que a receita de sua atividade, por meio de seus contratos de transmissão e comercialização, possui, em grande parte, correção por esse mesmo índice. Para os *Eurobonds*, emitidos em dólares, há uma estrutura de *hedge* que faz com que a exposição final seja atrelada ao CDI, sendo o seu custo de 132,35% do CDI. O custo real da dívida é de 12,10% a.a. e de 17,86% a.a. em custo nominal.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em abril de 2024, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2023 no montante de R\$2.403 milhões:

- R\$119 milhões para constituição de reserva legal;
- R\$1.347 milhões sejam destinados ao pagamento de dividendos, conforme abaixo:
 - R\$641 milhões por meio de juros sobre o capital próprio;
 - R\$706 milhões para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios.
- R\$32 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais, referentes a incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene.
- R\$905 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia.

O pagamento dos dividendos será realizado em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de 2024.

INVESTIMENTOS NAS OPERAÇÕES

Investimentos em geração

Aliança Geração

A Cemig GT é detentora de 45% do capital social total da Aliança Geração de Energia S.A (“Aliança Geração”). A Aliança Geração possui um projeto de investimento em curso, conforme abaixo:

- Parque Eólico Acauã (“Acauã”): composto de 3 parques, a saber: Central Eólica Acauã I S.A. (“Acauã I”), Central Eólica Acauã II S.A. (“Acauã II”) e Central Eólica Acauã III S.A. (“Acauã III”), localizados nos municípios de Tenente Laurentino Cruz, Lagoa Nova, Santana do Matos e São Vicente, no estado do Rio Grande do Norte. A implantação do Projeto Eólico Acauã teve início em março de 2021, com operação comercial plena estimada para o primeiro semestre de 2024. O projeto contará com 26 aerogeradores com potência de 4,2 MW, tendo capacidade instalada total de 109,2 MW e produção estimada de 57,77 MW médios.

Os investimentos têm como fonte de recursos o próprio caixa da Aliança Geração, bem como financiamento por meio de emissão de debêntures e/ou outros instrumentos financeiros.

Implantação das usinas solares fotovoltaicas Boa Esperança e Jusante

A implantação das Usinas Solares Fotovoltaicas (“UFVs”) Boa Esperança e Jusante encontra-se em andamento com cerca de 90% das obras concluídas e previsão de entrada em operação no final do primeiro semestre de 2024.

A UFV Boa Esperança possuirá 85MW de potência instalada (aproximadamente 100,4 MWp), localizada em terreno de propriedade da Companhia, no município de Montes Claros, no estado de Minas Gerais. Já a UFV Jusante será composta por 7 usinas de 10MW cada, totalizando 70MW de potência instalada (aproximadamente 87 MWp), também localizada em terreno de propriedade da Companhia, no município de São Gonçalo do Abaeté, no estado de Minas Gerais.

Com investimentos estimados em R\$850 milhões, a implantação dessas usinas está alinhada ao planejamento estratégico do Grupo Cemig, reforçando sua atuação no segmento de energias renováveis, com rentabilidade compatível com o custo de capital da Companhia para esse tipo de projeto.

Investimentos em transmissão

Lote 1 do Leilão 02/2022

Em 13 de abril de 2023, o Conselho de Administração aprovou o aporte de recursos, no montante de R\$221.519, pela Cemig GT na investida Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (“Centroeste”) no período entre 2023 e 2026 conforme necessidade e geração de caixa da Centroeste. O objetivo é a implantação da LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona que será operada e mantida pela Centroeste. Atualmente estão sendo realizadas as atividades relacionadas a regularização fundiária, ambiental, elaboração do projeto executivo e validação do projeto básico pelo ONS. A data prevista para início da construção é janeiro de 2025.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia para a contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses nem perda de objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

A Companhia adota o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Desde o segundo trimestre de 2022, o auditor independente responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia é a KPMG Auditores Independentes Ltda. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia são apresentados abaixo, em milhares de reais:

Serviços	2023	2022
Auditoria de demonstrações financeiras e outros serviços (1)	2.099	1.774

(1) Revisão tributária (tax compliance), Relatório de Controle Patrimonial (RCP) - PPA, Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis regulatórias (DCR).

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, deve ser obrigatoriamente aprovado, de forma prévia, pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Resolução CVM nº 162/2022.

SUSTENTABILIDADE – DESEMPENHO EM ESG

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento ético e sustentável é a essência da sua atuação e, por isso, a Companhia integra o Índice Dow Jones de Sustentabilidade desde a sua criação e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 há 18 anos. Além disso, a Cemig é reconhecida por sua liderança em sustentabilidade corporativa ao alcançar a categoria liderança (A-) no *Carbon Disclosure Project* (“CDP”) Segurança Hídrica e Mudanças Climáticas.

Indicadores ESG

Os indicadores ambientais, sociais e de governança da Cemig são publicados trimestralmente nos “Relatórios ESG Trimestrais” e anualmente no “Relatório Anual e de Sustentabilidade”. Para mais detalhes sobre o desempenho da Cemig em 2022, acesse a [página de relatórios da Cemig](#).

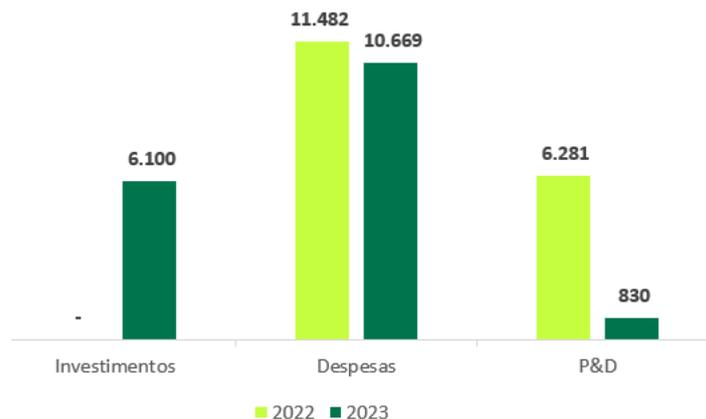
O compromisso da Cemig com o desenvolvimento sustentável se materializa em sua aposta nos fatores ESG, que estão integrados no dia a dia das operações da Companhia e que são colocados em prática nos seguintes âmbitos:

Desempenho Ambiental

A Cemig é signatária, apoiadora e participante de diferentes iniciativas nacionais e internacionais, com objetivo de reforçar seu comprometimento e contribuição ao desenvolvimento sustentável, nortear as práticas de seus administradores, conselheiros fiscais, colaboradores, estagiários, contratados e subcontratados, parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviços.

Entre os diversos compromissos voluntários, a Cemig é participante desde 2007 do CDP, instituição sem fins lucrativos que possibilita a empresas, cidades e Estados divulgarem seu impacto ambiental, de modo a gerar dados e estimular iniciativas que promovam uma economia sustentável.

Em 2023, a Cemig GT aplicou cerca de R\$17,6 milhões em meio ambiente, dos quais pelo menos R\$10 milhões envolveram despesas em execução de atividades ambientais relacionadas por exemplo a programas de educação ambiental, recomposição florestal, recuperação de áreas degradadas, gestão de resíduos sólidos e efluentes, monitoramento de qualidade de água e de peixes no âmbito do licenciamento ambiental dos empreendimentos. Em relação ao ano anterior, os valores se mantiveram em mais de 17,5 milhões em 2023, considerando a continuidade das atividades ambientais e aumento nos valores utilizados em investimentos.



Hidrogênio verde

A Cemig e a Universidade Federal de Itajubá (Unifei) firmaram, em 2023, dois importantes acordos de cooperação. A Cemig assinou protocolo de intenções para fins de colaboração científica e tecnológica entre as duas instituições, assim como foi formalizada a transferência da Central Geradora Hidrelétrica (CGH) Luiz Dias. A usina, que era de propriedade da Cemig, foi cedida de forma não onerosa à Unifei, para ser utilizada na compensação da energia que será empregada no laboratório do Centro de Hidrogênio Verde (CH2V), projeto realizado pela instituição e que contribui para o desenvolvimento de pesquisas sobre o vetor energético. Produzido a partir de recursos renováveis, o Hidrogênio Verde (H2V) é considerado por muitos especialistas como uma chave promissora para a transição energética, a descarbonização e a sustentabilidade.

Trata-se de mais um passo para o fomento da produção científica e tecnológica no setor elétrico nacional. O acordo prevê a colaboração abrangendo atividades de pesquisa, desenvolvimento e serviços científicos e tecnológicos; além de formação, treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, absorção e transferência de tecnologias, aprimoramento técnico e científico e prototipação e desenvolvimento de sistemas em hardware e software.

Centro de Hidrogênio Verde

A Unifei - dentro do âmbito do Centro de Excelência de Conservação de Energia, também construído em parceria com a Cemig - vem desenvolvendo o CH2V, cujo objetivo é ajudar as indústrias mineira e brasileira a atravessarem a transição energética, reduzindo a pegada de carbono de seus produtos e tornando-os cada vez mais desejáveis em âmbitos nacional e internacional.

O Hidrogênio Verde conta com grande importância em razão de sua versatilidade, já que há a possibilidade de ser transformado em combustível ou em eletricidade. Isso reduz o índice de emissão de gás carbônico na atmosfera, uma vez que ele é extraído de fontes limpas e renováveis.

Recursos hídricos

A água é a principal matéria-prima para produção de energia elétrica pela Companhia, utilizada com fins de acionamento de turbinas, sendo 100% retornada a seu curso, sendo a gestão e a conservação da água assuntos relevantes para a Companhia, com a gestão baseada na sua Política de Recursos Hídricos.

O despacho da matriz hidrotérmica do Sistema Interligado Nacional - SIN compete ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Desde 2016, a Cemig possui uma [Política de Recursos Hídricos](#), cujos princípios buscam a adoção de práticas racionais e sustentáveis do uso dos recursos hídricos, com a conservação de água e preservação de mananciais e relacionamento próximo junto às partes interessadas.

Em períodos críticos, de estiagem severa (ocorrida entre os anos de 2013 e 2019), de crise hídrica (ocorrida em 2021) e de intensas chuvas (ocorrida no período chuvoso 2021/2022 e 2022/2023), o monitoramento e a previsão dos níveis dos reservatórios e o constante diálogo com o poder público, sociedade civil e usuários foram primordiais para a garantia de geração de energia, como também para a garantia dos demais usos dos recursos hídricos.

A Cemig disponibiliza em seu website dados diários dos níveis de vários de seus reservatórios e no App. PROX, disponível para download nas plataformas iOS e Androide.

O gráfico abaixo traz as informações de armazenamento dos principais reservatórios de acumulação da Cemig em dezembro de 2023, comparado com a mesma época de anos anteriores.

Disponibilidade Hídrica - Volume útil (% sobre total)

EVOLUÇÃO DOS ARMAZENAMENTOS (% DO VOLUME ÚTIL)



Gestão de resíduos

A Cemig gerencia seus resíduos em conformidade com Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, e para tal, suas unidades seguem o processo de identificar, segregar, acondicionar, e transportar seus resíduos até o armazenamento temporário no Centro de Distribuição Avançado Igarapé (CDA-IG), a partir desse ponto a Superintendência de Suprimentos de Material e Serviço fica responsável pela destinação final dos resíduos.

Em 2023, foram destinadas 709,25 toneladas de resíduos industriais, sendo que 21,88 toneladas foram coprocessados, e 2,09 toneladas foram enviadas para tratamento ou dispostos em aterro industrial.

Devido à imprevisibilidade da quantidade de resíduos a serem gerados pela Cemig GT, uma vez que essa geração é consequência do desempenho do Sistema Elétrico, não há metas de redução de resíduos estipuladas pela Companhia. Apesar de serem empregadas técnicas modernas de operação e manutenção, objetivando a menor geração possível de resíduos, ainda assim, não é possível precisar o momento exato da desativação de alguns equipamentos ou componentes, já que sua gestão prevê uma utilização otimizada e que sua vida útil considera inúmeras variáveis que não dependem de gestão humana.

Como contribuições de melhorias ambientais, a Companhia reitera suas ações de consolidação de reciclagem e reuso destes materiais, bem como técnicas de destinação final ambientalmente adequadas.

Programas para a ictiofauna

A Cemig mantém o Programa Peixe Vivo, com investimentos de R\$4 milhões em 2023, que tem a missão de minimizar o impacto sobre a ictiofauna, buscando soluções e tecnologias de manejo que integrem a geração de energia elétrica pela Cemig com a conservação das espécies de peixes nativas, promovendo o envolvimento da comunidade.

Desde sua criação, em 2007, o programa atua em duas frentes visando a preservação das populações de peixes: apoio à realização de projetos de pesquisa e formação de estratégias de proteção para evitar e prevenir a morte de peixes nas usinas hidrelétricas da Cemig.

Durante o ano de 2023 foram executados 2 projetos de pesquisa, com recursos próprios e de P&D, sendo publicados 12 trabalhos (2 teses, 4 dissertações, 1 monografia e 5 artigos científicos) relacionados aos projetos ou ações do programa peixe vivo. Os projetos de pesquisa coordenados pela equipe do Peixe Vivo envolveram, diretamente, um total de 29 pessoas de instituições de ensino e pesquisa em 2023, além da realização de seminários e exposições relacionadas à conservação de peixes.

Mudanças climáticas

Diante dos esforços mundiais para limitar o aquecimento global, a Cemig assinou, em 2022, termo de adesão à iniciativa global Movimento Ambição Net Zero, do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa adesão reforça o compromisso firme da Cemig com a sustentabilidade e com as melhores práticas de ESG.

A relevância global das discussões sobre os efeitos das mudanças climáticas reforça a atenção especial que a Cemig dedica à identificação dos riscos e oportunidades de negócios, além de intensificar a busca por soluções para adaptação e mitigação evitando riscos e impactos aos negócios da Cemig.

A liderança da Cemig é engajada e envolvida nas discussões relacionadas às emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), focando em uma atuação efetiva, como é possível evidenciar a partir do estabelecimento de metas voluntárias de redução: (i) das emissões; (ii) do consumo de eletricidade; e (iii) das perdas de energia.

Desempenho Social

Gestão de pessoas

A Cemig Geração e Transmissão considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Programa de Aprendizagem Industrial

A Cemig foi agraciada pela Associação Brasileira de Recursos Humanos de Minas Gerais – ABRH-MG, com o 1º Lugar do Prêmio Ser Humano, na categoria Gestão de Pessoas – ESG. O reconhecimento se deu em virtude da contribuição social relevante prestada pela Companhia, por meio do Programa de Aprendizagem Industrial.

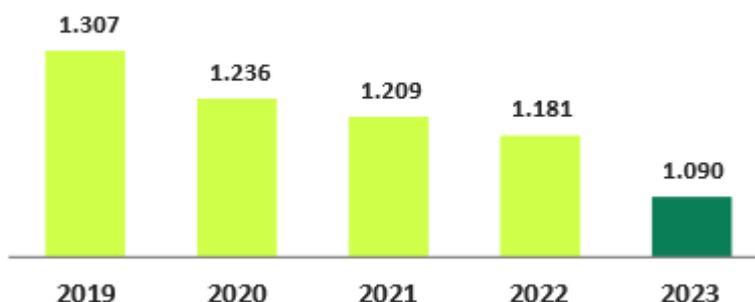
Com a recente aprovação da política de valorização da diversidade e inclusão, o programa de aprendizagem foi reconfigurado. No ciclo 2023, o Curso de Eletricista de Linhas de Redes Aéreas de Distribuição de Energia Elétrica direcionou vagas específicas para parentes diretos de pessoas que estiveram em situação de rua. Além disso, 50% do total de vagas foi destinado a pessoas do gênero feminino.

A Cemig tem direcionado esforços para atender diversos grupos vulneráveis, incluindo aprendizes oriundos do exército, familiares diretos de pessoas em situação de rua, adolescentes de abrigos e refugiados do Marrocos, Venezuela e Colômbia. Um total de 66 pessoas em situação de vulnerabilidade terão a oportunidade de participar do curso neste semestre.

A Cemig reafirma seu compromisso com a responsabilidade social, diversidade e sustentabilidade, por meio do Programa de Aprendizagem Industrial, demonstrando seu papel ativo na sociedade e transformando vidas com a nossa energia.

Quadro de colaboradores

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Companhia segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. A Cemig GT vem apresentando uma redução no número de colaboradores nos últimos 5 anos, conforme apresentado no gráfico a seguir:



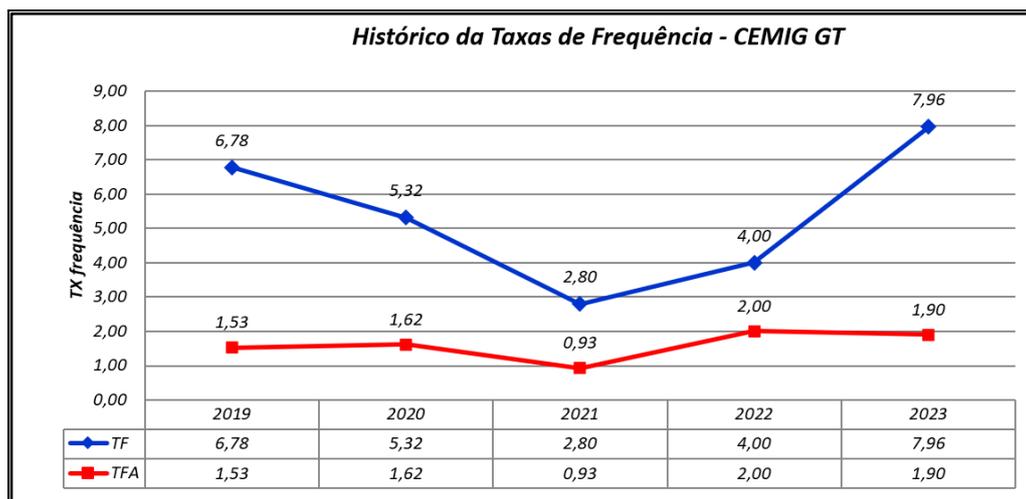
Em 2023, a Companhia admitiu 18 novos empregados, objetivando o preenchimento de vagas do plano técnico-operacional-administrativo e universitário, recompondo o quadro da Companhia, principalmente em áreas essencialmente técnicas.

Além das admissões por meio dos concursos públicos, foram realizadas contratações de profissionais de mercado para posições gerenciais da Companhia nos casos em que o processo de recrutamento externo se apresentou mais adequado, no limite de 40% dos cargos gerenciais.

Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho

Durante todo o ano de 2023, continuaram a ser adotadas pela força de trabalho da Cemig, ações preventivas visando a preservação da saúde e segurança das equipes.

Em relação aos indicadores corporativos acompanhados pelas Taxa Total de Frequência de Acidentados do Trabalho (TF) e Taxa de Frequência de Acidentados do Trabalho com Afastamento (TFA) apresentamos os dados de 2023, bem como os dados dos últimos 5 anos.



A TFA foi menor em 2023, em comparação a 2022, mas foi superior aos anos anteriores. Em relação à TF, houve um aumento substancial em 2023. Apesar disso, ressalta-se que a empresa está tomando todas as ações para que esta taxa diminua para os próximos anos.

Clima e cultura organizacional

Após três anos de um projeto de transformação cultural, a Cemig vem fortalecendo os pilares da cultura desejada, consolidando importantes mudanças em 2023:

- o senso de urgência para servir ao cliente é foco das ações na linha de frente, suportado por um projeto de transformação digital e implantação de novos canais de contato e solução, assim como investimentos consideráveis e tempestivos em novas subestações e fontes energéticas, linhas de transmissão e de distribuição e melhorias das estruturas;
- a gestão de riscos com ética e conformidade já tem feito parte da rotina e é medida anualmente por meio da validação do aprendizado e do conhecimento dos empregados sobre as regras de conduta, do tratamento das manifestações realizadas no canal de denúncias e da revisão constante das normas e políticas internas, a exemplo da recente elaboração de Política de Combate ao Assédio e outras violências no trabalho;

- a integração com corresponsabilidade é estimulada tanto pelos rituais e canais de comunicação internos como também pela transversalidade de algumas atividades e processos;
- o protagonismo com alta performance e a valorização da pessoa e do desempenho são algumas das bases para a tomada de decisões em relação às oportunidades de carreira e reconhecimentos.

Um destaque para a continuidade da mudança cultural, nesse ano de 2023, passa pela implantação do Programa de Diversidade e Inclusão - composto pela realização de censo, de sessões de capacitação e de mentoria para a liderança e de letramento e rodas de conversa para os times, além de muita comunicação e da discussão de uma estratégia para que esse tema possa avançar dentro da organização.

Todos esses investimentos – em nossas pessoas, líderes e empregados –, em processos, em tecnologias e em estrutura organizacional têm colaborado para a transformação da realidade da empresa, expressa na melhora significativa de nossos resultados e no jeito de ser e de fazer as coisas.

Em um ambiente com tantas mudanças simultâneas, no qual há de se respeitar o tempo necessário para o amadurecimento e a estabilização, a Cemig realiza de forma bienal Pesquisa de Engajamento e Clima. A próxima está agendada para 2024 e tem o objetivo de acompanhar os aspectos que evidenciam vínculo, conexão e engajamento.

Cemig nas comunidades

A Cemig fornece, continuamente, informações e esclarecimentos com relação ao uso seguro da energia e promove a conscientização da população em relação aos cuidados necessários para conviver com as redes de energia, evitando acidentes e salvando vidas.

A Cemig investe em comunicação para o uso seguro da energia, realizando campanhas informativas, fornecendo instruções técnicas em seus canais de relacionamento, disponibilizando equipes para verificação e orientações sobre situações de risco, para informar sobre o uso seguro da eletricidade, entre outras.

Em toda a sua área de concessão, a Cemig promove ações de prevenção de acidentes, orientando a população de forma direta, por meio de matérias (rádio, jornal, mídias digitais e TV) e de postagens nas redes sociais; e de forma indireta, com diferentes tipos de material educativo publicados em meio eletrônico e em formato de cartilhas, folders e cartazes, além de eventuais campanhas nas comunidades.

A Cemig, anualmente, atualiza o Plano Estratégico de Comunicação Integrada para Segurança com a População, reescrevendo ações e estratégias para garantir a efetividade junto aos seus públicos de interesse em relação ao uso seguro da energia elétrica. Entre os objetivos desse Plano estão a conscientização da população, a mobilização das diversas partes interessadas da Companhia para a inclusão de pautas sobre segurança no uso da energia, e a conscientização dos colaboradores para atitudes de prevenção dentro e fora da Companhia.

O Plano visa, também: i) disseminar campanhas de comunicação em massa, prestando informações de utilidade pública para ampla audiência, e ii) lançar campanhas de comunicação dirigidas, prestando informações do interesse de públicos específicos.

Atuando no pilar da educação, a Cemig possui o treinamento “Segurança com a Energia Elétrica”, na modalidade à distância, gratuito e direcionado à população, a partir dos 10 anos de idade. O curso também está disponível para pessoas com deficiências auditivas e visuais. O treinamento visa potencializar a disseminação de informações sobre segurança com o uso da energia elétrica e ampliar o conhecimento público sobre o tema.

Cidadania corporativa e investimentos sociais

As estratégias filantrópicas e de cidadania corporativa da Cemig estão alinhadas à sua missão, visão e valores e objetivam o desenvolvimento econômico e social nos locais em que atua, por meio do apoio às comunidades, proporcionando transformação e impacto social duradouros para alcance do desenvolvimento integral dos indivíduos.

Alguns projetos de destaque no ano de 2023 são:

Programa Al6% - O programa incentiva os empregados a repassarem até 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA). A Campanha de 2023 do Al6% envolveu a participação de 1.427 empregados que, voluntariamente, destinaram mais de R\$ 1,3 milhão, com o intuito de beneficiar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendidos pelas 137 instituições participantes. A Cemig também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs.

No total, foram destinados R\$2,8 milhões para entidades distribuídas em 69 municípios da área de influência da Companhia.

Programa de Voluntariado Empresarial: O voluntariado empresarial é reconhecido no mundo corporativo como uma importante ferramenta para melhoria do clima organizacional e desenvolvimento de habilidades, além de contribuir para a melhoria da sociedade, imagem e reputação das empresas.

O programa Você – Voluntariado Cemig: engloba diversas ações para incentivar e apoiar o envolvimento dos colaboradores em atividades voluntárias. Estruturado para potencializar as ações dos voluntariados em curso, cuja trajetória migra gradativamente do assistencialismo à cidadania participativa e de transformação social. Esse programa foi criado com base em três pilares, sendo (i) incentivo ao voluntariado, para disseminar a cultura na Companhia e oferecer o primeiro contato com o tema; (ii) realização de ações transformadoras, no qual o foco é trabalhar com o empreendedorismo, educação e o empoderamento feminino, e (iii) ações propostas por colaboradores na plataforma de voluntariado, às quais podem ser aderidas pelos colegas.

Com o objetivo de implantar melhorias no processo e atender as necessidades de todos os envolvidos no Voluntariado, beneficiados e voluntários, foi realizado um planejamento estratégico para o Voluntariado juntamente com uma empresa especializada no tema.

Dia V – Dia do Voluntariado - O evento aconteceu na Vila Zilah Sposito, em Belo Horizonte, na Escola Municipal Professor Daniel Alvarenga. A ação propiciou aos moradores do entorno uma série de benefícios gratuitos como atendimento oftalmológico, aferição de pressão, orientações sobre saúde bucal, bazar solidário, oficina de educação ambiental e doação de mudas, orientação para fazer um currículo, orientações de segurança com a rede elétrica, troca de lâmpadas antigas por lâmpadas de LED e informações sobre o benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica.

Segurança de barragens

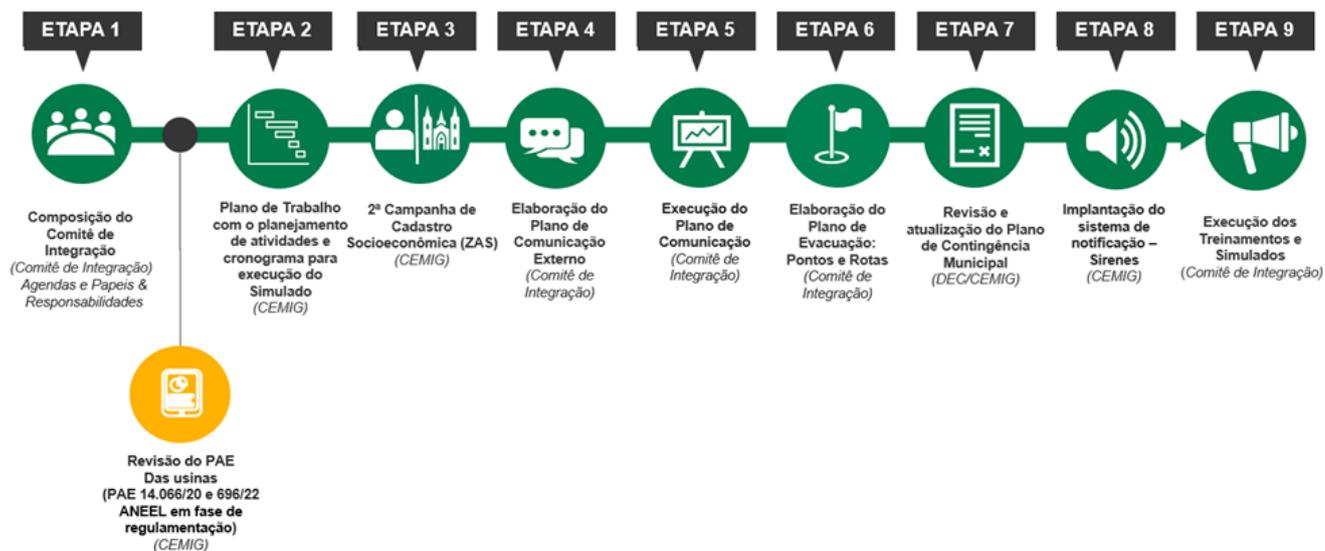
O processo que visa garantir a segurança das barragens operadas e mantidas pela Cemig utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais e legislação específica.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragens, que envolvem, além dos profissionais da Cemig, eventualmente equipe multidisciplinar de consultores externos. Nesta ocasião, todas as questões relacionadas à segurança das barragens são cuidadosamente verificadas por profissionais especializados.

A Cemig foi pioneira no Brasil na elaboração de Planos de Ação de Emergência (“PAE”) para ruptura de barragens, com foco também nos riscos de inundação causados por cheias ordinárias. A intenção é construir uma cultura de prontidão para situações de cheias para as comunidades instaladas ao longo dos rios onde estão as usinas da Cemig, já que as cheias são eventos mais recorrentes.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2023, especificamente para a população afeta ao PAE das barragens da empresa, a Cemig continuou executando o cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra agenda e metodologia dedicada para integração dos PAEs das barragens Cemig aos Planos de Contingência (Plancons) dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 17 Comitês de Integração (CI) dos PAEs para 18 barragens da Cemig em 2022, o ano de 2023 se caracterizou pela execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2023, foram executados:

- 6 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau, e para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho e Queimado;
- 7 Diagnósticos da ZAS realizados para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal, e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 7 Planos de Trabalhos entregues para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 5 Ações de Cadastro da população da ZAS realizados, para as UHEs Três Marias, Rosal e Sá Carvalho e para as PCHs: Peti e Coronel Domiciano;
- 8 Planos de Comunicação em elaboração, para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho, Queimado e Três Marias e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita, Piau, Peti; e
- 6 Planos de Evacuação em andamento, para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho e Rosal e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau;

Ainda em 2023, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, com a participação em reuniões de representantes dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta à emergências (Defesas Civas Municipais e Corpo de Bombeiros), foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

Projetos culturais, esportivos e de saúde

A Cemig aporta recursos em cultura, esporte, saúde, educação e cidadania, considerando interesses usualmente comuns a seus milhões de clientes, de 774 municípios atendidos em Minas Gerais. A prioridade das iniciativas de incentivo a projetos sociais, quer seja por alocação de investimento social, quer seja por patrocínio de projetos, é contribuir para transformação social em múltiplos municípios

A Cemig conta com uma política de patrocínio que visa evidenciar o seu comprometimento com a realidade e com as demandas do ambiente nas localidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores cultural, esportivo, educacional e social, em alinhamento com políticas públicas das comunidades onde está inserida.

Cultura

A Cemig é a maior incentivadora de cultura em Minas Gerais e uma das maiores do País. Em 2023 foram investidos R\$69,8 milhões em 146 projetos culturais. Além de incentivar produtores e artistas, o apoio da Cemig traz benefícios diretos à população, que passa a ter acesso aos bens culturais de maneira mais segura e democrática.

Esse investimento em cultura contribui para a construção do patrimônio de Minas Gerais e posiciona a Cemig como uma grande fomentadora do desenvolvimento da economia criativa, da manutenção de grupos tradicionais, de equipamentos históricos. Além disso, os projetos apoiados visam a ocupação do espaço urbano, transformação nas comunidades e fomento a arte inovadora.

Saúde

No ano de 2023, a Cemig investiu R\$44,4 milhões, em diferentes regiões de Minas Gerais, onde foram atendidas 370 unidades hospitalares, envolvendo a substituição de autoclaves, secadoras e focos cirúrgicos, além da instalação de usinas fotovoltaicas.

Esportes:

Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas. Para a Cemig, projetos de esporte fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

A Cemig publicou editais para seleção de projetos sociais que passarão a integrar o conjunto de iniciativas incentivadas pela companhia em Minas Gerais. As chamadas públicas buscam ações que trabalham as práticas esportivas.

Para a Cemig a diversidade é um valor e deve estar presente também no esporte. Além disso, quase 12% dos recursos destinados ao esporte foram direcionados para projetos que trabalham exclusivamente com pessoas com deficiência em diversas modalidades esportivas e regiões do estado.

A empresa continua comprometida em fazer a diferença na vida das pessoas e em contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Fundo do Idoso:

No contexto do aumento da longevidade e consequente maior representatividade na população das pessoas acima de 60 anos, a Cemig busca, por meio da destinação de recursos incentivados, viabilizar projetos de proteção e atendimento à pessoa idosa no estado de Minas Gerais, visando ampliação e melhoria das ações voltadas a essa população. Além disso, são prioridades para a Companhia também o apoio a propostas que viabilizem a estruturação dos Fundos Municipais e Estadual dos Idosos do Estado, aprimorando as ações destinadas a este público.

Em 2023, foi lançado um edital de chamada pública visando selecionar os projetos de apoio ao idoso mais alinhados às diretrizes organizacionais.

Gestão tecnológica e inovação

O tema da Segurança da Informação é preocupação permanente da Cemig, que investe cada vez mais em sua estrutura de Tecnologia da Informação (TI), buscando robustez na governança e gestão dos serviços de TI, bem como na gestão da segurança da informação para atendimento aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual a Companhia está sujeita por ter suas ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque, seu sistema de controles de segurança em TI é baseado no Cobit 5 e verificado anualmente por auditorias interna e externa.

Os mecanismos de segurança da informação da Companhia são assegurados por um sistema de gestão baseado na Norma Brasileira (ABNT) NBR ISO / IEC 27001: 2013. Essa norma apresenta um modelo para estabelecer, implementar, operar, monitorar, analisar criticamente, manter e melhorar um Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI), alinhado às melhores práticas de mercado. O sistema de gerenciamento de segurança da informação da Cemig inclui processos para gerenciamento e controle de políticas, riscos, comunicação, classificação de informações e segurança da informação. Além disso, ações recorrentes para melhoria nos processos, comunicação, conscientização e treinamento fortalecem a segurança da informação da Companhia.

O setor de energia elétrica está passando por um conjunto de mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de diferentes fatores, tais como: i) crescente descentralização dos sistemas de geração de energia; ii) avanço das tecnologias de armazenamento de energia; iii) proliferação das tecnologias digitais, que permitem que a energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente; iv) crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar e v) a tendência de descarbonização da economia utilizando energia elétrica de fontes renováveis, como parte dos esforços globais de mitigação das mudanças climáticas.

Com vistas nesse conjunto de mudanças, a Cemig tem como ambição da área de inovação explorar novas tecnologias e novos negócios no setor de energia. Os pilares estratégicos para isso são:

- Desenvolver novas avenidas de crescimento com base nas transformações do setor, regulação e tecnologia;
- Se aproximar dos ambientes de inovação de forma a criar e explorar uma cultura inovadora na Companhia;

- Criar células especializadas para o desenvolvimento de novos negócios e implantação de inovações.

Destaca-se, dentro desta estratégia, o Desafio Cemig da Inovação, lançado em agosto de 2021 e encerrado em janeiro de 2023.

O desafio foi aberto para o público em geral, que foi convidado a apresentar propostas para a formatação de novos projetos de P&D, conforme regras da Aneel. Os projetos foram avaliados sob as diretrizes para Inovação aprovadas no planejamento estratégico 2021-2025.

Nesse contexto, a Cemig buscou proposições de pessoas físicas e sociedades jurídicas com sede no Brasil sobre os temas a seguir:

- Produtos e serviços inteligentes: desenvolvimento de soluções para melhorar a experiência do cliente, tornar a gestão da receita mais eficiente e oferecer novos serviços;
- Sistemas elétricos do futuro: desenvolvimento de soluções e modelos de negócio para incentivar a eletrificação de atividades econômicas e eletromobidade;
- Alternativas em geração sustentável: desenvolvimento de soluções alternativas para produção de energia elétrica, a partir de fontes renováveis para suportar o crescimento do parque gerados da concessionária.

Proteção de dados

A Cemig reconhece a sua responsabilidade com a proteção de dados pessoais de seus mais de 9 milhões de clientes que utilizam os seus serviços e respeita a privacidade de seus colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e parceiros. Também entende que os dados pessoais de suas partes interessadas devem ser utilizados de maneira responsável e aderente às legislações brasileiras, principalmente à Resolução Normativa Aneel nº 414/2010, que regulamenta o fornecimento de energia elétrica, e à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Para trazer robustez ao sistema de gestão já existente, e para se adequar à LGPD, Cemig conta com uma estrutura dedicada ao atendimento de todo o regramento legal relacionado ao tema.

Inteligência artificial - EnergyGPT

A Cemig, em parceria com o Centro de Excelência em Inteligência Artificial (CEIA) da Universidade Federal de Goiás (UFG), anunciou, em 2023, o início de desenvolvimento do EnergyGPT. O projeto, pioneiro em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no âmbito do Programa de PDI da Aneel, marca a entrada da Companhia no movimento global de inovação no setor elétrico.

O EnergyGPT surge como uma solução de inteligência artificial (IA) generativa, especialmente projetada para atender às demandas complexas do setor elétrico brasileiro. Uma de suas principais metas é facilitar o acesso a informações estruturadas deste mercado tanto para empresas quanto para cidadãos.

A proposta do projeto é desenvolver uma plataforma avançada de IA, mas adaptada às peculiaridades do setor elétrico nacional. O sistema de IA buscará otimizar processos e fornecer suporte estratégico em áreas críticas, incluindo jurídico e proteção de receita.

Durante o seu desenvolvimento, o EnergyGPT será testado em várias áreas estratégicas, onde se espera que a IA forneça insights valiosos, aumente a eficiência operacional e ajude na tomada de decisões críticas.

O lançamento do EnergyGPT representa um marco significativo na aplicação de tecnologias de ponta, visando aprimorar a eficiência e promover a inovação no setor elétrico.

Programa de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI)

O PDI da Cemig divulga chamadas públicas com foco no estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de tecnologias de interesse da Cemig e do setor elétrico, visando o atendimento dos interesses da sociedade. As instituições são convidadas a apresentarem propostas de projetos de PDI que objetivem:

- i. o desenvolvimento ou aperfeiçoamento de soluções para os desafios da Cemig ou de empresas do setor elétrico, consumidores ou usuários dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica; e/ou
- ii. a exploração industrial ou comercial das soluções desenvolvidas.

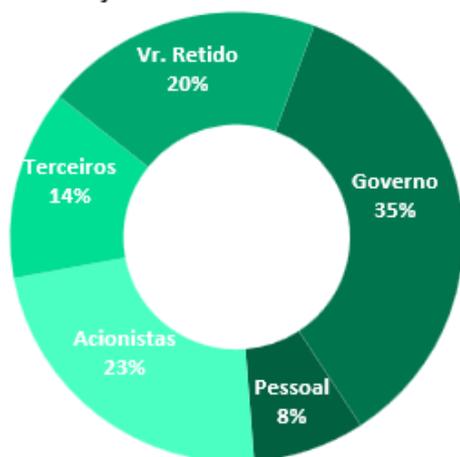
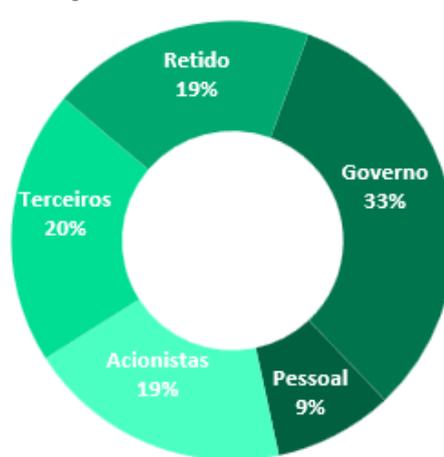
A Cemig busca nestas chamadas: identificar e desenvolver projetos (i) inovadores e práticos - aptos a solucionar reais problemas do setor elétrico; (ii) estratégicos - que abordem assuntos relevantes para a Companhia; e (iii) concretos - que gerem soluções com viabilidade econômico-financeira e de implementação.

Em 2023, a Cemig GT investiu R\$5,9 milhões em projetos de PDI, destacando-se entre eles:

- Desenvolvimento de módulos fotovoltaicos utilizando Perovskita. O objetivo desta iniciativa é a formulação e a montagem de módulos fotovoltaicos a partir da exploração do potencial do mineral Perovskita, que apresenta algumas vantagens na comparação com o silício cristalino, principal material usado atualmente nas células fotovoltaicas; e
- Plataforma de coleta, tratamento e processamento de dados satelitais. Por meio dos dados e imagens coletados por nanossatélites, será feito um trabalho de pesquisa e desenvolvimento com o objetivo de gerar uma metodologia própria para a classificação e detecção das situações, auxiliando na tomada de decisão do operador do sistema.

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a Sociedade com R\$5.569 milhões de valor adicionado em 2023 em comparação a R\$5.388 milhões em 2022.

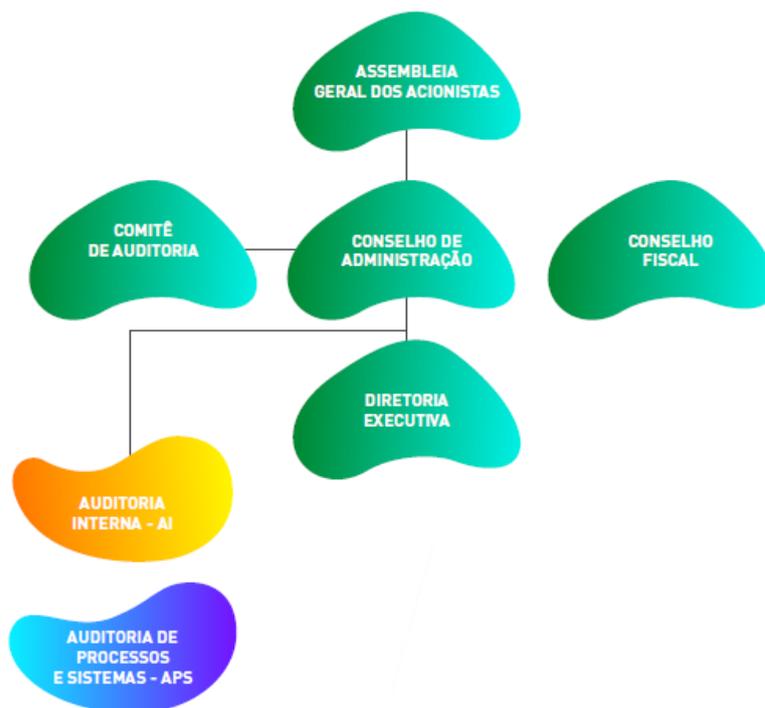
Distribuição do Valor Adicionado em 2023

Distribuição do Valor Adicionado em 2022


Desempenho em Governança Corporativa

A Governança Corporativa da Cemig é baseada em transparência, equidade e prestação de contas. A principal característica do modelo de governança da Cemig é a clara definição dos papéis e das responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes que dizem respeito à condução dos negócios da Empresa. Os membros do Conselho de Administração, que são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, elegem seu Presidente, Vice-presidente e nomeiam a Diretoria Executiva da Cemig.

O foco da governança da Companhia tem sido o equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais da Cemig, com o intuito de contínua contribuição ao desenvolvimento sustentável, e visando o aprimoramento do seu relacionamento com acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais partes interessadas. Desde 2001, a Cemig segue as práticas de Governança Corporativa do Nível 1 da B3.

Estrutura de Governança Corporativa Cemig



Conselho de Administração

Anualmente, os membros do Conselho de Administração são submetidos a autoavaliações de desempenho, independentes, individuais e coletivas, visando aprimorar suas funções. São observados os seguintes quesitos mínimos:

- exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;
- contribuição para o resultado do exercício; e,
- consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios Plurianual e atendimento à estratégia de longo prazo e orçamento anual.

Compete ao Comitê de Auditoria verificar, em caráter independente, a conformidade do processo de avaliação dos membros do Conselho de Administração.

Composição, eleição e mandato

O Conselho de Administração é integrado por 11 membros efetivos, sendo 10 indicados e eleitos pelos acionistas e 1 eleito pelos colaboradores, dentre os quais um será o Presidente e outro, o Vice-Presidente. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para mandato unificado de 2 anos, permitidas, no máximo, 3 reconduções consecutivas, observados os requisitos e vedações estabelecidos na legislação e regulamentação aplicáveis.

Dos 11 membros, 10 têm as características de Conselheiro Independente, pelos critérios adotados pelo *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI), enquanto 9 membros têm essas características segundo os critérios definidos no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), conforme atestado na Declaração de Independência do Conselho.

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2022, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo. O mandato dos atuais membros expira na AGO a realizar-se em 2024.

A composição do Conselho de Administração será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração, atribuições e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Reuniões

O Conselho de Administração, até 31 de dezembro de 2023, reuniu-se 22 vezes para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria (Coaud) é órgão independente de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração, ao qual se reportará, cabendo-lhe, ainda, exercer as demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir.

O Comitê de Auditoria é composto por 4 membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração, na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 anos, não coincidentes, sendo permitida 1 reeleição.

As atribuições do Comitê de Auditoria encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Reuniões

No exercício de 2023, foram realizadas 29 reuniões do Coaud.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por 7 membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 2 anos, observados os requisitos da legislação e regulamentação aplicáveis, sendo permitida, no máximo, 3 reconduções consecutivas.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A..

A composição da Diretoria Executiva será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

A composição da Diretoria Executiva, atribuições e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Reuniões

No exercício de 2023 foram realizadas 64 reuniões da Diretoria Executiva.

Conselho Fiscal

Composição, eleição e mandato

O Conselho Fiscal é um órgão permanente, composto por 5 membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 2 anos.

Na composição do Conselho Fiscal observar-se-ão as seguintes regras de indicação:

- aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais fica assegurado o direito de elegerem, em votação em separado, 1 membro, respectivamente, de acordo com a legislação aplicável; e,
- a maioria dos membros deverá ser eleita pelo acionista controlador da Companhia, sendo pelo menos 1 servidor público, com vínculo permanente com a Administração Pública.

A composição do Conselho Fiscal e informações curriculares sobre os seus membros encontra-se disponível no site da Cemig: <http://ri.cemig.com.br>

Reuniões

No exercício de 2023, foram realizadas 14 reuniões do Conselho Fiscal.

Auditoria interna, gerenciamento de riscos e controles internos

Mantendo o ciclo de atualização, no mínimo anual, foram mapeados e aprovados em 2023, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, após apreciação do Comitê de Auditoria e Comitê de Riscos do Conselho de Administração, a Matriz de *Top Risks*, vigente para o ciclo 2023/2024.

Tais riscos, associados a execução da estratégia e cenários de exposição da Companhia, têm como titulares os Diretores Executivos, em conformidade às suas atribuições, sendo monitorados e reportados periodicamente à Alta Administração. A Matriz compreende os riscos dos pilares Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização, Inovação, Tecnologia da Informação, Pessoas e Serviços Corporativos, ESG (*Environmental, Social and Governance*), Financeiro, Participações e Desinvestimento, Regulatório Institucional e Controle e Integridade.

No intuito de fortalecer ainda mais a governança e as discussões de gestão de riscos, em Junho de 2022, foi criado o Comitê de Riscos, órgão vinculado e de assessoria do Conselho de Administração com atribuições de análise do cumprimento das exigências dos agentes reguladores e fiscalizadores; definição dos principais riscos (*Top Risks*) e monitoramento de tratamento; identificação e mensuração de planos de ação de mitigação e controle dos riscos identificados; e avaliação dos limites de tolerância aos riscos que a Companhia será exposta.

Em relação às respostas aos riscos relevantes e que possuem os limites de tolerância excedidos, o ambiente de Controles Internos possui um processo anual de revisão e testes de desenho da totalidade dos controles internos presente na Matriz de Controles Internos, de modo a mantê-los aderentes e atualizados. Esforços e investimentos na antecipação de calendários de avaliação, automatização de processos, capacitação e contratação de profissionais de mercado fomentaram o aumento da maturidade do Ambiente de Controles Internos nos últimos anos, corroborando com diversos avanços, em destaque a retirada da Fraqueza Material nas Demonstrações Financeiras no ano de 2023 (ano base 2022), fraqueza esta que estava presente de 2016 a 2021. Os resultados obtidos que refletem o alto grau de efetividade do ambiente de controles internos demonstram confiança na gestão de riscos da companhia bem como a contribuição para endereçamento dos riscos relacionados aos pilares estratégicos, com foco especial aos Pilares Financeiro e Controles e Integridade.

A Companhia mantém ainda um Plano Anual de Auditoria Interna, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê a avaliação dos principais processos corporativos. O plano tem como objetivo assegurar a adequação, a eficácia e a eficiência dos processos da Companhia, bem como o cumprimento das leis, normas, padrões e procedimentos internos a que está sujeita. A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a eficácia do gerenciamento de riscos e a efetividade do sistema de controle interno, reportando eventuais deficiências e propondo ações de melhorias a serem implementadas pelas áreas responsáveis, que são periodicamente monitoradas quanto ao seu cumprimento.

Certificação de qualidade emitida pelo Instituto de Auditoria Interna - IIA

Em 2023, a Auditoria Interna da Cemig recebeu a Certificação de Qualidade emitida pelo Instituto de Auditoria Interna – IIA, órgão mundial que regulamenta a atividade de auditoria interna quanto ao cumprimento de normas e padrões internacionais de auditoria. Esta é uma conquista importante, que coloca a Auditoria Interna da Cemig no seleto grupo de empresas brasileiras que possuem essa certificação internacional do IIA.

Declaração de conformidade NBR ISO 31000:2018 – Gestão de riscos

A Cemig alcançou um marco significativo ao obter a Declaração de Conformidade em relação a NBR ISO 31000:2018 – Gestão de riscos, destacando seu compromisso com práticas sólidas de gestão de riscos. A norma internacional, focada na gestão de riscos, serve como uma ferramenta essencial para aprimorar a tomada de decisões, planejamento e gerenciamento de riscos em todos os níveis da Companhia.

A NBR ISO 31000:2018 recomenda a integração do processo de gestão de riscos à tomada de decisão, à gestão global do negócio e ao contexto organizacional atual. Isso significa que a Cemig poderá aplicar as diretrizes da norma não apenas em projetos e operações, mas também em estratégias corporativas, promovendo uma abordagem abrangente para identificar, avaliar e mitigar riscos.

Política de Compliance e Antifraude

A Companhia preza pela prevenção e combate à fraude, corrupção e a todo e qualquer ato que possa representar desvios em relação à conduta ética requerida ou às normas internas e externas estabelecidas, e conta com a dedicação e diligência de toda a força de trabalho para que atos ilícitos ou antiéticos não sejam cometidos em seu nome.

Como forma de prevenir a ocorrência desses atos, a Companhia mantém um efetivo sistema de controles internos e de Compliance composto, dentre outros, por: Comissão de Ética, Canal de Denúncias e políticas e procedimentos internos de integridade, auditoria, incentivo à denúncia de irregularidades, e prevenção à fraude e corrupção, sobre as quais dá pleno conhecimento a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Cemig, sejam eles acionistas, administradores, colaboradores ou contratados.

O Canal de Denúncia garante confidencialidade, anonimato e não-retaliação ao denunciante, sendo que a Comissão de Ética é responsável por assegurar a devida apuração e investigação de todas as denúncias recebidas e, após concluídas, as respostas são disponibilizadas aos denunciantes.

Em 2023, a Cemig tornou-se signatária do **Movimento Transparência 100% do Pacto Global da ONU**. A iniciativa visa avançar no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16 (ODS16), de combater todas as formas de corrupção. Este documento estabelece metas e ações para engajar as empresas a se comprometerem com o tema.

Ao ingressar no Movimento Transparência 100%, a Companhia se compromete a avançar em direção às seguintes metas:

- 100% de transparência das interações com a Administração Pública;
- Remuneração 100% íntegra da Alta Administração;
- 100% da cadeia de valor de alto risco treinada em integridade;
- 100% de transparência da estrutura de Compliance e Governança;
- 100% de transparência sobre os canais de denúncias.

O prazo estabelecido pelo Movimento para o atingimento total das metas é 2030. A Cemig vem avançando no cumprimento dos requisitos e com isso pretende entregar os resultados de maneira mais célere. Com esta iniciativa, a Cemig expressa publicamente a decisão da Companhia de fortalecer a integridade e a transparência em toda a cadeia de valor.

Compliance e Antissuborno

Em fevereiro de 2024, o Conselho de Administração da Cemig aprovou a atualização da Política de Compliance da Cemig, inserindo o tratamento do tema Antissuborno.

A Cemig preza pela prevenção e combate ao suborno, fraudes, conflitos de interesse e a todo e qualquer ato que possa representar desvios em relação à conduta ética requerida ou às legislações, normas internas e externas estabelecidas.

A Política estabelece diretrizes e responsabilidades que devem ser adotadas na prática diária dos negócios, atividades e relacionamentos da Companhia, tendo como objetivos:

- i. promover uma cultura que incentive a conduta ética e o compromisso com as melhores práticas de compliance e o cumprimento das leis e normas de compliance e antissuborno;
- ii. prevenir, detectar e responder a falhas no cumprimento de leis e normas e desvios de conduta;
- iii. concentrar-se na mitigação de Riscos de Compliance e Suborno priorizados pela Companhia;
- iv. contribuir para a motivação e produtividade dos empregados, a preservação e valorização da marca Cemig e a minimização de não conformidades, penalidades e multas por descumprimentos de normas;
- v. garantir o cumprimento e a melhoria contínua do Programa de Compliance e Antissuborno da Cemig.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia é grata ao Governo do Estado de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano e da mesma forma aos nossos demais acionistas. Estende também os agradecimentos às comunidades servidas pela Companhia, as demais partes interessadas e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de colaboradores.

BALANÇO SOCIAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

1) Base de cálculo	2023 Controladora			2022 Controladora		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita líquida (RL)	5.859.190			6.952.512		
Resultado operacional (RO)	3.005.993			2.550.291		
Folha de pagamento bruta (FPB)	314.364			313.946		
2) Indicadores sociais internos	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	22.096	7,03	0,38	20.951	6,67	0,30
Encargos sociais compulsórios	79.824	25,39	1,36	74.048	23,59	1,07
Previdência privada	21.862	6,95	0,37	21.714	6,92	0,31
Saúde	15.719	5,00	0,27	15.611	4,97	0,22
Segurança e medicina no trabalho	818	0,26	0,01	3.221	1,03	0,05
Educação	64	0,02	0,00	251	0,08	0,00
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.495	0,48	0,03	14.126	4,50	0,20
Creches ou auxílio-creche	694	0,22	0,01	689	0,22	0,01
Participação nos lucros ou resultados	37.368	11,89	0,64	33.169	10,57	0,48
Outros	2.390	0,76	0,04	3.502	1,12	0,05
Total - Indicadores sociais internos	182.330	58,00	3,11	187.282	59,65	2,69
3) Indicadores sociais externos	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Cultura	8.251	0,27	0,14	1.200	0,05	0,02
Saúde e saneamento	1.546	0,05	0,03	0	0,00	0,00
Esporte	7.094	0,24	0,12	0	0,00	0,00
Outros doações/subvenções/projeto ASIN	2.677	0,09	0,05	381	0,01	0,01
Total das contribuições para a sociedade	19.568	0,65	0,33	1.581	0,06	0,02
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.657.820	55,15	28,29	1.350.656	52,96	19,43
Total - Indicadores sociais externos	1.677.388	55,80	28,63	1.352.237	53,02	19,45
4) Indicadores ambientais	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa	16.769	0,56	0,29	11.482	0,45	0,17
Total dos investimentos em meio ambiente	16.769	0,56	0,29	11.482	0,45	0,17
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a Companhia:	(x) não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	(x) não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 51 a 75%
	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 76 a 100%
5) Indicadores do corpo funcional						
Nº de colaboradores (as) ao final do exercício			1.090			1.181
Nº de admissões durante o exercício			-			60
Nº de colaboradores (as) temporários (as)			26			10
Nº de estagiários (as) contratados (as)			33			30
Escolaridade dos colaboradores			-			-
- Superior e extensão universitária			461			504
- 2º Grau			626			673
- 1º Grau			3			4
Nº de colaboradores (as) acima de 45 anos			450			464
Nº de mulheres que trabalham na Companhia			159			181
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			17,46%			18,18%
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia			52			52
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			3,17%			1,52%
Nº de pessoas com deficiência			31			33

6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2023		
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia	14		
Número total de acidentes de trabalho considerando colaboradores próprios	5		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) colaboradores (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	(x) todos (as) colaboradores (as)	() Todos (as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) colaboradores (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) colaboradores (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de colaboradores (as) em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Companhia	no Procon	na Justiça
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	-	-	7
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	Em 2023: R\$5.568.825 35,22% governo; 23,30% acionistas; 7,99% colaboradores(as); 13,64% terceiros; 19,85% retido		
7) Outras Informações	2023		
Investimentos em questões ambientais	R\$ 17.598.556		
Monitoramento da qualidade da água dos reservatórios	43 reservatórios e 221 estações de coleta		
Resíduos e materiais inservíveis	685,28 toneladas		
Receita com as vendas dos resíduos	R\$ 3.306.326,29		

A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS

Descrições	2023 Controladora	2022 Controladora
Atendimento		
Número de consumidores	2.922	3.242
Número de colaboradores	1.090	1.181
Energia vendida por empregado - MWh	19.560	21.738
Mercado		
Geração própria - GWh	5.300	6.050
Preço médio de fornecimento – excluindo ICMS (R\$/MWh) – Industrial	253,70	252,99
Operacionais		
Número de Usinas em Operação	23	21
Capacidade Instalada (MW)	2.822	2.303
Financeiros		
Receita operacional líquida - R\$ milhões	5.859	6.953
Margem operacional - %	51,30%	36,68%
LAJIDA ou EBITDA - R\$ milhões	3.412	3.008
Resultado - R\$ milhões	2.403	2.085
Patrimônio líquido - R\$ milhões	10.047	8.893
Valor patrimonial por ação	3,47	3,07
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	23,92%	23,45%
Endividamento do patrimônio líquido - %	81,91%	119,70%
Liquidez Corrente	0,77	1,21
Liquidez Geral	1,27	0,89

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Reynaldo Passanezi Filho	Presidente
Dimas Costa	Vice-presidente Cemig Comercialização
Leonardo George de Magalhães	Vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores
Thadeu Carneiro da Silva	Vice-presidente Cemig Geração e Transmissão
Marco da Camino Ancona Lopez Soligo	Vice-presidente Cemigpar
Marney Tadeu Antunes	Vice-presidente sem denominação específica
Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva	Vice-presidente de Regulação e Jurídico

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
NOMES
Márcio Luiz Simões Utsch (majoritário)
Jaime Leôncio Singer (majoritário)
Marcus Leonardo Silberman (majoritário)
José Reinaldo Magalhães (majoritário)
Afonso Henriques Moreira Santos (majoritário)
Ricardo Menin Gaertner (majoritário)
Aloísio Macário Ferreira de Souza (minoritários)
Roger Daniel Versieux (minoritários)
José João Abdalla Filho (preferencialistas)
Paulo César de Souza e Silva (minoritários)
Anderson Rodrigues (representante dos colaboradores)

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Gustavo de Oliveira Barbosa (Presidente) (majoritário)	Rodrigo Rodrigues Tavares (majoritário)
Pedro Bruno Barros de Souza (majoritário)	Luiz Fernando Medeiros Moreira (majoritário)
Lucas de Vasconcelos Gonzalez (majoritário)	Vago (majoritário)
Michele da Silva Gonsales Torres (ações preferenciais)	Ronaldo Dias (ações preferenciais)
João Vicente Silva Machado (minoritário)	Ricardo José Martins Gimenez (minoritários)

COMITÊ DE AUDITORIA
NOMES
Pedro Carlos de Mello (Coordenador e Especialista Financeiro)
Roberto Tommasetti
Roberto Cesar Guindalini
Vago

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 – 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-Mail: ri@cemig.com.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	361.954	292.980	297.060	194.482
Títulos e valores mobiliários	7	575.564	1.352.359	454.710	788.368
Consumidores e revendedores	8	654.596	982.643	540.434	812.592
Concessionários - transporte de energia	8	135.302	112.706	132.204	110.007
Tributos compensáveis	9	44.609	51.896	41.100	28.375
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10a	427.108	774.649	427.019	772.564
Dividendos a receber	14	-	140.250	13.805	259.106
Ativo financeiro da concessão	12	320.444	309.347	227.411	-
Ativos de contrato	13	841.371	720.032	813.593	691.153
Instrumentos financeiros derivativos	29	368.051	-	368.051	-
Outros ativos		115.810	260.733	120.573	255.951
		3.844.809	4.997.595	3.435.960	3.912.598
Ativos classificados como mantidos para venda	30	57.866	-	45.663	-
TOTAL DO CIRCULANTE		3.902.675	4.997.595	3.481.623	3.912.598
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	7	-	5.105	-	2.976
Consumidores e revendedores	8	2.257	63	2.241	47
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10c	9.895	-	-	-
Tributos compensáveis	9	49.249	47.280	43.578	28.545
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10a	103.044	-	102.572	-
Depósitos vinculados a litígios	11	179.089	174.461	172.644	168.183
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	702.734	-	702.734
Outros ativos		63.619	61.895	57.511	69.556
Ativo financeiro da concessão	12	3.494.644	3.332.528	2.810.563	691.460
Ativos de contrato	13	3.806.678	3.924.195	3.732.625	3.842.796
Investimentos	14	2.883.337	3.355.051	4.883.417	7.845.778
Imobilizado	15	3.035.656	2.356.699	2.205.940	1.556.915
Intangível	16	859.086	974.169	712.097	660.093
Direito de uso	17a	75.384	57.219	71.171	55.493
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		14.561.938	14.991.399	14.794.359	15.624.576
TOTAL DO ATIVO		18.464.613	19.988.994	18.275.982	19.537.174

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE					
Empréstimos e debêntures	20	1.858.013	33.707	1.858.013	33.707
Fornecedores	18	474.756	503.110	441.735	448.621
Imposto de renda e contribuição social	10b	19.513	109.881	-	-
Impostos, taxas e contribuições	19	170.796	176.252	154.448	131.435
Encargos regulatórios	21	113.258	116.248	105.008	104.357
Obrigações pós-emprego	22	71.026	84.377	71.026	84.377
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	24	1.565.563	1.406.958	1.565.563	1.406.958
Salários e encargos sociais		58.466	68.283	57.489	67.301
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	90.526	-	90.526
Instrumentos financeiros - Opção de venda	29	-	672.416	-	672.416
Passivo de arrendamentos	17b	15.765	9.893	15.003	9.592
Outros passivos		204.176	179.448	200.371	177.552
TOTAL DO CIRCULANTE		4.551.332	3.451.099	4.468.656	3.226.842
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e debêntures	20	1.010.080	4.925.359	1.010.080	4.925.359
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10c	869.579	646.368	833.645	557.634
Impostos, taxas e contribuições	19	351.528	361.301	340.213	348.573
Encargos regulatórios	21	4.564	5.299	-	-
Obrigações pós-emprego	22	1.050.844	1.112.069	1.050.844	1.112.069
Provisões para contingências	23	423.574	397.040	422.257	396.537
Passivo de arrendamentos	17b	67.450	52.474	63.783	50.909
Outros passivos		89.016	145.175	39.858	26.441
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.866.635	7.645.085	3.760.680	7.417.522
TOTAL DO PASSIVO		8.417.967	11.096.184	8.229.336	10.644.364
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24				
Capital social		5.473.724	5.473.724	5.473.724	5.473.724
Reservas de lucros		4.733.233	3.628.085	4.733.233	3.628.085
Ajustes de avaliação patrimonial		(160.311)	(208.999)	(160.311)	(208.999)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.046.646	8.892.810	10.046.646	8.892.810
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.464.613	19.988.994	18.275.982	19.537.174

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
RECEITA LÍQUIDA	25	6.760.742	8.148.452	5.859.190	6.952.512
CUSTOS	26				
Custos com energia elétrica		(2.754.139)	(4.391.532)	(2.701.041)	(4.310.839)
Custos de construção		(163.467)	(290.750)	(154.078)	(290.750)
Custos de operação		(848.388)	(835.956)	(671.919)	(648.331)
		(3.765.994)	(5.518.238)	(3.527.038)	(5.249.920)
LUCRO BRUTO		2.994.748	2.630.214	2.332.152	1.702.592
DESPESAS	26				
Perdas de créditos esperadas		(4.666)	(531)	(5.650)	(1.302)
Despesas gerais e administrativas		(146.571)	(124.583)	(146.571)	(124.857)
Outras despesas, líquidas		97.855	(343.805)	102.377	(342.314)
		(53.382)	(468.919)	(49.844)	(468.473)
Resultado de equivalência patrimonial	14	141.354	519.345	723.685	1.316.172
Resultado antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		3.082.720	2.680.640	3.005.993	2.550.291
Receitas financeiras	27	658.371	604.032	579.361	521.218
Despesas financeiras	27	(754.208)	(1.081.323)	(747.175)	(1.062.233)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		2.986.883	2.203.349	2.838.179	2.009.276
Imposto de renda e contribuição social correntes	10d	(393.533)	(199.284)	(228.760)	(8.521)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10d	(190.684)	81.391	(206.753)	84.701
		(584.217)	(117.893)	(435.513)	76.180
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.402.666	2.085.456	2.402.666	2.085.456
Lucro básico e diluído por ação – R\$	24	0,83	0,72	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.402.666	2.085.456	2.402.666	2.085.456
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado em exercícios subsequentes				
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos (nota 22)	73.764	143.375	73.764	143.375
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (nota 10c)	(25.080)	(48.747)	(25.080)	(48.747)
	48.684	94.628	48.684	94.628
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	2.451.350	2.180.084	2.451.350	2.180.084

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar	Custo atribuído de imobilizado	Outros resultados abrangentes		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	4.123.724	1.350.000	308.328	44.727	1.888.682	222.935	387.832	(570.774)	-	7.755.454
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.085.456	2.085.456
Outros resultados abrangentes										
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	-	-	-	-	94.628	-	94.628
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	94.628	2.085.456	2.180.084
Aumento de capital	1.350.000	(1.350.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício										
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	10.398	-	-	-	-	(10.398)	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	(120.685)	-	120.685	-
Reserva legal	-	-	103.753	-	-	-	-	-	(103.753)	-
Dividendos intermediários (R\$0,15 p/ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(600.000)	(600.000)
Dividendos estatutários (R\$0,21 p/ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(442.728)	(442.728)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,08 p/ação)	-	-	-	-	222.935	-	-	-	(222.935)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	(222.935)	-	-	222.935	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	1.049.262	-	-	-	(1.049.262)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	5.473.724	-	412.081	55.125	3.160.879	-	267.147	(476.146)	-	8.892.810
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.402.666	2.402.666
Outros resultados abrangentes										
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	-	-	-	-	48.684	-	48.684
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	48.684	2.402.666	2.451.350
Destinação do lucro líquido do exercício										
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	31.796	-	-	-	-	(31.796)	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	4	-	(4)	-
Reserva legal	-	-	118.544	-	-	-	-	-	(118.544)	-
Juros sobre capital próprio (R\$0,22 p/ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(641.205)	(641.205)
Dividendos estatutários (R\$0,23 p/ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(656.309)	(656.309)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,02 p/ação)	-	-	-	-	49.693	-	-	-	(49.693)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	905.115	-	-	-	(905.115)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	5.473.724	-	530.625	86.921	4.115.687	-	267.151	(427.462)	-	10.046.646

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		2.402.666	2.085.456	2.402.666	2.085.456
AJUSTES:					
Depreciação e amortização	26	328.741	328.387	254.750	253.805
Baixas de valor residual líquido de ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, imobilizado e intangível		4.635	12.006	3.635	60
Ajuste a valor justo de ativo financeiro		-	171.770	-	171.770
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão	12 e 13	(1.082.860)	(1.191.372)	(800.100)	(702.459)
Equivalência patrimonial	14b	(141.354)	(519.345)	(723.685)	(1.316.172)
Ajuste referente à desvalorização em investimentos	14b	30.086	7.412	30.086	7.412
Ágio na recompra de eurobonds	20	-	46.763	-	46.763
Juros e variações monetárias		315.601	346.170	390.415	417.877
Variação cambial de empréstimos	20	(276.687)	(338.265)	(276.687)	(338.265)
Ganho na alienação de investimento	14 e 26c	(318.795)	(6.644)	(318.795)	(6.644)
Amortização do custo de transação de empréstimos		5.845	2.514	5.845	2.514
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	10c	584.217	117.893	435.513	(76.180)
Provisões para contingências e perdas de créditos esperadas	26c	53.656	10.400	53.322	10.924
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos	29 e 27	177.326	437.887	177.326	437.887
Variação do valor justo de instrumentos financeiros - Opção de venda	29	57.801	36.124	57.801	36.124
Obrigações pós-emprego	22	119.289	140.391	119.289	140.391
Outros		(11.952)	154.874	(11.259)	157.689
		2.248.215	1.842.421	1.800.122	1.328.952
(Aumento) redução de ativos					
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia		298.591	(297.971)	282.617	(277.490)
Tributos compensáveis		24.371	7.066	(15.945)	(1.385)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		209.524	182.428	237.309	207.876
Depósitos vinculados a litígios		6.551	625	6.563	(2.250)
Dividendos recebidos		362.537	257.810	922.708	664.675
Ativos financeiros da concessão e ativos de contrato	12 e 13	905.825	618.885	693.658	282.582
Outros		(31.009)	(145.990)	(26.756)	(146.180)
		1.776.390	622.853	2.100.154	727.828
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		(28.354)	119.324	(15.847)	114.242
Impostos, taxas e contribuições		(120.333)	25.015	(89.921)	(2.577)
Salários e contribuições sociais		(9.817)	9.658	(9.812)	9.646
Encargos regulatórios		(3.725)	7.846	(4.802)	4.305
Contribuições pagas de pós-emprego	22	(120.101)	(107.784)	(120.101)	(107.784)
Provisões para contingências pagas	23	(22.456)	(50.872)	(22.339)	(50.857)
Outros		(72.342)	42.848	(4.842)	31.068
		(377.128)	46.035	(267.664)	(1.957)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		3.647.477	2.511.309	3.632.612	2.054.823
Juros recebidos		193.453	141.120	122.812	96.555
Imposto de renda e contribuição social pagos		(406.485)	(517.580)	(245.215)	(304.609)
Juros pagos de empréstimos e debêntures	20	(539.582)	(621.439)	(539.582)	(621.439)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos - proteção da dívida	29	24.388	129.122	24.388	129.122
Juros pagos de arrendamentos	17	(928)	(597)	(619)	(533)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.918.323	1.641.935	2.994.396	1.353.919
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes em investimentos	14b	(541)	(25.213)	(39.367)	(45.213)
Alienação de investimentos	30	669.220	6.644	669.220	6.644
Redução de capital em investida	14	10.811	-	199.356	-
Em Imobilizado	15	(905.099)	(121.657)	(787.333)	(22.192)
Em Intangível	16	(17.525)	(10.147)	(17.118)	(10.044)
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários		(5.887.553)	(5.774.728)	(4.968.163)	(4.543.580)
Resgates de Títulos e Valores Mobiliários		6.683.508	5.612.608	5.314.591	4.527.664
Caixa oriundo de incorporação	14	-	-	138.723	-
Liquidação da opção de venda - SAAG	29	(780.348)	-	(780.348)	-
FIP Melbourne	14	257.273	-	257.273	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		29.746	(312.493)	(13.166)	(86.721)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos obtidos	20	-	993.868	-	993.868

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	24	(1.042.728)	(435.717)	(1.042.728)	(435.717)
Pagamentos de empréstimos e debêntures	20	(1.823.400)	(1.706.590)	(1.823.400)	(1.706.590)
Pagamentos de arrendamentos	17	(12.967)	(11.094)	(12.524)	(10.341)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(2.879.095)	(1.159.533)	(2.878.652)	(1.158.780)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		68.974	169.909	102.578	108.418
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	292.980	123.071	194.482	86.064
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO		361.954	292.980	297.060	194.482

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
RECEITAS					
Venda de energia e serviços	25	7.123.774	8.656.045	6.360.175	7.746.983
Receita de construção	25	226.880	407.193	216.553	407.193
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	25	515.130	561.044	505.431	538.988
Receitas relativas à construção de ativos próprios		896.139	74.411	896.139	74.411
Reversões de créditos esperadas	26	(4.666)	(531)	(5.650)	(1.302)
Ganho na alienação de investimento	26	318.795	6.644	318.795	6.644
		9.076.052	9.704.806	8.291.443	8.772.917
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Energia elétrica comprada para revenda	25	(2.743.068)	(4.566.647)	(2.737.565)	(4.554.795)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	25	(289.161)	(267.440)	(238.118)	(193.219)
Serviços de terceiros		(441.476)	(304.256)	(359.631)	(238.663)
Materiais		(860.898)	(301.901)	(855.345)	(291.102)
Concessão onerosa		(4.340)	(4.072)	(4.330)	(4.062)
Outros custos		(159.638)	(204.938)	(151.043)	(198.364)
		(4.498.581)	(5.649.254)	(4.346.032)	(5.480.205)
VALOR ADICIONADO BRUTO		4.577.471	4.055.552	3.945.411	3.292.712
Depreciação e amortização		(328.741)	(328.387)	(254.750)	(253.805)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		4.248.730	3.727.165	3.690.661	3.038.907
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	14	141.354	519.345	723.685	1.316.172
Receitas financeiras	27	674.424	627.853	594.099	543.648
Receita de indenização da geração	25	92.595	47.028	92.595	47.028
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	25	411.722	466.857	139.599	-
		1.320.095	1.661.083	1.549.978	1.906.848
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		5.568.825	5.388.248	5.240.639	4.945.755
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal		445.073	469.892	430.200	443.975
Remuneração direta		269.791	256.164	255.857	231.141
Obrigações pós-emprego e outros benefícios		158.434	176.358	157.702	175.646
FGTS		16.848	16.834	16.641	16.652
Programa de desligamento voluntário programado		-	20.536	-	20.536
Impostos, taxas e contribuições		1.961.333	1.744.259	1.657.820	1.350.656
Federais		1.480.664	1.104.871	1.241.718	783.519
Estaduais		475.786	634.136	412.245	562.437
Municipais		4.883	5.252	3.857	4.700
Remuneração de capitais de terceiros		759.753	1.088.641	749.953	1.065.668
Juros		754.208	1.081.323	747.175	1.062.233
Aluguéis		5.545	7.318	2.778	3.435
Remuneração de capitais próprios		2.402.666	2.085.456	2.402.666	2.085.456
Juros sobre capital próprio	24	641.205	-	641.205	-
Dividendos intermediários	24	-	600.000	-	600.000
Dividendos obrigatórios	24	656.309	442.728	656.309	442.728
Lucros retidos	24	1.105.152	1.042.728	1.105.152	1.042.728
		5.568.825	5.388.248	5.240.639	4.945.755

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”, “Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma sociedade por ações, inscrita no CNPJ nº 06.981.176/0001-58, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido (ativo circulante menos passivo circulante) negativo de R\$649 milhões (positivo de R\$1.546 milhões em 31 de dezembro de 2022), decorrente, principalmente, da transferência da dívida em moeda estrangeira para o passivo circulante, uma vez que o vencimento ocorrerá em dezembro de 2024. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. Adicionalmente, a Companhia apresenta histórico de fluxo de caixa operacional positivo e lucratividade.

A Companhia estima que os saldos de caixa e o fluxo de caixa das atividades operacionais sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses. Adicionalmente, possui linhas de créditos existentes nas instituições financeiras em que opera, além de suporte do acionista.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuarem operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios em um futuro previsível.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Participações societárias

A Companhia possui participação nas seguintes controladas e controladas em conjunto:

Investimentos	% de participação	Descrição
CONTROLADAS EM CONJUNTO:		
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Cachoeirão")	49,00	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane/MG.
Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Pipoca")	49,00	Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema/MG.
Paracambi Energética S.A. ("Paracambi")	49,00	Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi/RJ.
Aliança Norte Energia Participações S.A. ("Aliança Norte")	49,00	Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída pela Companhia, que detém 49,00% de participação, e a Vale S.A., que detém os 51,00% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,00% na Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.
Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia")	74,50	Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Companhia, que detém 74,50% de participação, e a Light, que detém os 25,50% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. O controle é compartilhado por acordo de acionistas.
Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança")	45,00	Sociedade por ações de capital fechado, criada pela Companhia e pela Vale S.A., para se tornar uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração e investimentos em futuros projetos de geração de energia elétrica. A Vale e a Companhia, detêm 55,00% e 45,00% do capital total, respectivamente.
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. ("UHE Itaocara")	49,00	Sociedade anônima, o Consórcio UHE Itaocara, formado pelas empresas Cemig GT e Itaocara Energia (grupo Light), é responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Itaocara I (UHE Itaocara I).
Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia")	49,00	Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dolores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dolores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virgíópolis. Todas no Estado de Minas Gerais.
CONTROLADAS		
Cemig Geração Camargos S.A	100,00	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Cemig Geração Itutinga S.A	100,00	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Cemig Geração Leste S.A	100,00	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Cemig Geração Oeste S.A	100,00	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Cemig Geração Sul S.A	100,00	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

Investimentos	% de participação	Descrição
Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Central Eólica Praias de Parajuru")	100,00	Geração e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Beberibe, no Estado do Ceará. Ela possui 19 aerogeradores, com torres de 85m de altura. Toda a sua energia é comercializada por meio do Proinfa.
Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Central Eólica Volta do Rio")	100,00	Geração e comercialização de energia elétrica por meio da Usina Eólica localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará. Ela possui 28 aerogeradores, com torres de 65 m de altura. Toda a sua energia é comercializada por meio do Proinfa.
Sá Carvalho S.A. ("Sá Carvalho")	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica, como Concessionária do serviço público de energia elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho, localizada no Rio Piracicaba, no município de Antônio Dias, no estado de Minas Gerais.
Horizontes Energia S.A. ("Horizontes")	100,00	Geração e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina, além da comercialização de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").
Rosal Energia S.A. ("Rosal")	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.
Cemig PCH S.A. ("PCH")	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim, localizada no Rio Araguari, municípios de Sacramento e Santa Juliana, no estado de Minas Gerais.
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A.	100,00	Comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos.
Cemig Geração Poço Fundo S.A. ("Poço Fundo")	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da usina hidrelétrica Poço Fundo, localizada no Rio Machado, no município de Poço Fundo, no estado de Minas Gerais.
Cemig Trading S.A. ("Cemig Trading")	100,00	Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia.
Cemig Baguari Energia S.A. ("Cemig Baguari")	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente e a participação em outras sociedades ou consórcios que tenham por finalidade a produção e a comercialização de energia elétrica, em futuros empreendimentos.
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas ("Centroeste")	100,00	Construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional.
UFV Três Marias ("UFV Três Marias")	100,00	Geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída.

A Companhia concluiu, em 2023, o processo de alienação da totalidade de sua participação societária nas empresas MESA, Baguari Energia e Retiro Baixo. Essas alienações estão em linha com o Programa de Desinvestimentos da Cemig. Adicionalmente, foram incorporadas, pela Cemig GT, as subsidiárias integrais Cemig Geração Salto Grande e Cemig Geração Três Marias. Mais detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 14.

2. CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e as participações em consórcio, detêm junto à Aneel, as seguintes concessões e autorizações:

	Tipo	Localidade/Estado	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de vencimento
GERAÇÃO					
Usinas hidrelétricas					
Theodomiro Carneiro Santiago (1) (2) (6) (10)	UHE	Araguari/MG	Cemig GT	07/1997	05/2027
Nova Ponte (1) (2) (6) (10)	UHE	Araguari/MG	Cemig GT	07/1997	08/2027
Santa Luzia (1) (9)	CGH	Centralina/MG	Cemig GT	07/1997	02/2026
Irapé (1) (6)	UHE	Entre Berilo e Grão Mogol/MG	Cemig GT	14/2000	09/2037
Queimado (Consórcio) (1) (6)	UHE	Entre Cabeceira Grande/MG, Unaí/MG e Cristalina/GO	Cemig GT	06/1997	06/2034
Rio de Pedras (1) (6) (9)	PCH	Itabirito/MG	Cemig GT	02/2013	12/2025
Poço Fundo (1) (6) (7)	PCH	Entre Poço Fundo e Campestre/MG	Cemig Geração Poço Fundo	01/2021	05/2052
São Bernardo (1) (6) (9)	PCH	Piranguçu/MG	Cemig GT	02/2013	06/2027
Rosal (1) (6)	UHE	Entre Guaçuí/ES e Bom Jesus do Itabapoama/RJ	Rosal Energia	01/1997	12/2035
Machado Mineiro (1) (11)	PCH	Entre Ninheira e Águas Vermelhas/MG	Cemig GT	Resolução 331/2002	05/2027
Salto Voltão (1) (9)	PCH	Xanxerê/MG	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	06/2033
Salto do Paraopeba (1) (9)	PCH	Jeceaba/MG			10/2030
Salto do Passo Velho (1) (9)	PCH	Bom Jesus/SC			03/2031
Pai Joaquim (1) (6)	PCH	Entre Sacramento e Santa Juliana/MG	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Sá Carvalho (1) (6) (8)	UHE	Antônio Dias/MG	Sá Carvalho	01/2004	08/2026
Três Marias (3) (6)			Cemig GT	08/2016	01/2053
Salto Grande (3) (6)	UHE	Braúnas/MG	Cemig GT	09/2016	01/2053
Itutinga (3) (6)	UHE	Itutinga/MG	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2053
Camargos (3) (6)	UHE	Itutinga/MG	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2053
Coronel Domiciano (3) (6)	PCH	Muriae/MG	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	04/2047
Joasal (3) (6)	PCH	Juiz de Fora/MG	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2053
Marmelos (3) (6)	CGH	Juiz de Fora/MG			
Paciência (3) (6)	CGH	Matias Barbosa/MG			
Piau (3) (6)	PCH	Piau/MG			
Dona Rita (3) (6)	PCH	Santa Rita do Itabira/MG	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	07/2050
Ervália (3) (6)	PCH	Ervália/MG			04/2047
Neblina (3) (6)	PCH	Ipanema/MG			04/2047
Peti (3) (6)	PCH	São Gonçalo do Rio Abaixo/MG			01/2053
Sinceridade (3) (6)	PCH	Manhuaçu/MG			03/2047
Tronqueiras (3) (6)	PCH	Coroaci/MG			12/2046
Cajuru (3) (6)	PCH	Entre Carmo do Cajuru e Divinópolis/MG			Cemig Geração Oeste
Gafanhoto (3) (6)	PCH	Divinópolis/MG			
Martins (3) (6)	PCH	Uberabinha/MG			
Usinas Eólicas					
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (4)	-	Beberibe/CE	Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (4)	-	Acaraú/CE	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
Usinas fotovoltaicas					
UFV Três Marias GD	UFV	Três Marias/MG	UFV Três Marias	-	-
Usina Solar Fotovoltaica Mineirão	UFV	Belo Horizonte/MG	Cemig GT	-	-
TRANSMISSÃO					
Rede Básica (5)	-	-	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (5)	-	-	Cemig GT	79/2000	10/2030
Linha de transmissão Furnas – Pimenta (5)	-	-	Centroeste	004/2005	03/2035

- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01/IFRIC 12, cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).
- Em 17 de julho de 2020, a Companhia protocolou o seu interesse pela prorrogação das concessões destas Usinas, no regime de produção independente, fora do regime de cotas, com o objetivo de garantir o seu direito de opção às modificações legislativas em curso, ligadas às medidas de modernização do setor elétrico. Contudo, a decisão ocorrerá após a divulgação pelo Ministério de Minas e Energia - MME e pela Aneel das condições para a prorrogação, as quais deverão ser submetidas à deliberação dos órgãos de governança da Companhia.
- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está classificada como ativo financeiro da concessão.
- Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“Proinfa”). Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de

- autorização de exploração das controladas, que são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos, são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.
- (5) Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, de acordo com a IFRS 15/CPC 47, são classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.
 - (6) Em 7 de outubro de 2022, foram assinados os aditivos aos contratos de concessão dessas usinas para constar a nova data de vigência da outorga.
 - (7) Em 29 de setembro de 2022 e em 1º de outubro de 2022, a Aneel autorizou o início da operação comercial das Unidades Geradoras “UG-01” e “UG-02”, respectivamente, sendo ambas da PCH Poço Fundo. A entrada em operação comercial da UG’s ocorreu com uma antecedência de cerca de 3 meses em relação ao prazo de suprimento estabelecido no Leilão A-4 realizado pela Aneel em junho de 2018, quando foi comercializada a energia incremental decorrente da ampliação da PCH Poço Fundo (9,16 MW para 30,00 MW e da garantia física de 5,79 MW médios para 16,59 MW médios).
 - (8) Em fevereiro de 2023, a Companhia, visando garantir seu direito de pleitear nova outorga da concessão, protocolou sua manifestação de interesse na prorrogação da concessão da UHE Sá Carvalho, mediante transferência de controle acionário da sua subsidiária integral Sá Carvalho, e, em julho de 2023, pelo regime de Cotas de Garantia Física.
 - (9) Em 10 de agosto de 2023, a Companhia realizou o leilão público visando à alienação em lote único de 15 PCHs/CGHs, sendo 12 ativos da Cemig GT e 3 da subsidiária integral Horizontes. Em 10 de janeiro de 2024, a Aneel procedeu a transferência da titularidade das outorgas de autorização para exploração das PCHs Salto Voltão, Salto do Passo Velho e Salto do Paraopeba, da Horizontes para a Mang, por meio do Despacho nº 62. Em 06 de fevereiro de 2024, a Aneel autorizou a transferência das concessões das PCHs Rio de Pedras e São Bernardo da Cemig GT para a Mang Participações, por meio da REA nº 15.094. Em 29 de fevereiro de 2024, a alienação foi concluída, após cumpridas todas as condições precedentes do CCVA. Mais detalhes dessa operação na nota explicativa nº 30.
 - (10) Em julho de 2023, a Companhia reafirmou seu interesse na prorrogação, pelo regime de Cotas de Garantia Física, das concessões das UHEs Theodomiro Carneiro Santiago e Nova Ponte, e em novembro de 2023, protocolou sua manifestação de interesse na prorrogação dessas concessões mediante transferência do controle acionário das usinas.
 - (11) Em 20 de fevereiro de 2024, a Aneel transferiu a autorização da PCH Machado Mineiro da Horizontes Energia para a Cemig GT, por meio do Despacho nº 504/2024.

Concessões de geração

No negócio Geração, a Companhia auferir receita da comercialização de energia proveniente de suas usinas no ambiente regulado (ACR) e no ambiente livre (ACL). Enquanto no ambiente regulado as transações ocorrem por meios de leilões centralizados e públicos, no ambiente livre as negociações são bilaterais e reservadas às partes interessadas.

Existe também receita proveniente do mercado de curto prazo (MCP), que remunera os agentes pela energia descontratada, que é liquidada pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Manifestação de interesse na prorrogação de concessão

A Companhia, visando garantir seu direito de pleitear nova outorga da concessão para suas usinas que irão vencer em 2026 e 2027, protocolou manifestações de interesse na prorrogação da concessão da UHE Sá Carvalho, em fevereiro de 2023, mediante transferência de controle acionário da sua subsidiária integral Sá Carvalho conforme Decreto 9.271/2018 e, em julho de 2023, pelo regime de Cotas de Garantia Física conforme Lei 12.783/2013.

Nas correspondências encaminhadas ao MME e à Aneel em julho de 2023, a Companhia reafirmou o seu interesse na prorrogação, pelo regime de Cotas de Garantia Física, das concessões das UHEs Theodomiro Carneiro Santiago e Nova Ponte (Contrato de Concessão nº 07/1997). Adicionalmente, em novembro de 2023, a Companhia protocolou sua manifestação de interesse na prorrogação dessas concessões mediante transferência do controle acionário das usinas conforme Decreto 9.271/2018.

A Companhia reitera que tais manifestações de interesse tem como único objetivo assegurar seu direito na eventual prorrogação dos Contratos de Concessão nºs 01/2004 e 07/1997, por até 30 anos, a critério do poder concedente, nos termos da legislação vigente, que ainda possui premissas pendentes de definição pelo Ministério de Minas e Energia – MME.

Essa manifestação possui caráter não vinculante, tendo como objetivo assegurar seu direito em eventual prorrogação dos referidos contratos de concessão. Qualquer decisão sobre o tema somente ocorrerá após a divulgação pelo MME e pela Aneel de todas as condições para a

prorrogação das concessões, que deverá ser submetida à deliberação da Governança da Companhia.

Essa manifestação de interesse não suspenderá a análise de alternativas legais, em andamento, para a prorrogação das concessões vincendas.

Concessões de transmissão

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - Tust. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Leilão de Transmissão nº 2/2022

A Companhia sagrou-se vencedora na disputa pelo Lote 1 do Leilão de Transmissão nº 2/2022, realizado pela Aneel no dia 16 de dezembro de 2022. A proposta apresentada pela Companhia foi correspondente a um valor de RAP de aproximadamente R\$17 milhões para a nova LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona, com 165 km de extensão. O prazo para entrada em operação é 30 de março de 2028 e o prazo da concessão é de 30 anos.

Em 13 de abril de 2023, o Conselho de Administração aprovou o aporte de recursos, no montante de R\$221.519, pela Companhia na investida Centroeste no período entre 2023 e 2026 conforme necessidade e geração de caixa da Centroeste. O objetivo é a implantação da LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona que será operada e mantida pela Centroeste. A data prevista para início da construção é janeiro de 2025.

Concessões onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia e suas controladas se comprometeram a efetuar pagamentos à Aneel, ao longo do prazo de vigência do contrato, ou por até 5 anos desde a data de assinatura do contrato de concessão para usinas com potência instalada entre 1 e 50 MW, como compensação pela exploração, conforme RN nº 467 de 2011 da Aneel. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como seguem:

Empreendimento	Valor nominal em 2023	Valor presente em 2023	Período de vigência da concessão + extensão ¹	Índice de atualização
Irapé	44.595	22.013	03/2006 a 09/2037	IGPM
Queimado (Consórcio)	11.763	5.574	01/2004 a 06/2034	IGPM

(1) O prazo apresentado inclui a extensão da vigência da outorga de concessão dessas usinas, nos termos da ReH nº 2.932, de 14 de setembro de 2021. No período da extensão do prazo da outorga, o gerador disporá livremente da energia proveniente do empreendimento, nos termos da Lei 13.203/2015, com as demais cláusulas inalteradas para ambos contratos.

A Companhia produz energia por meio de 9 hidroelétricas de potencial igual ou inferior a 5 MW, com potência instalada total de 11,53 MW, e, assim, nos termos da Lei 9.074/95, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, e não possuem prazo final de concessão.

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente em 2023, o valor nominal e o valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses são como seguem:

Empreendimento	Percentual de participação %	Valor pago em 2023	Valor nominal do montante a ser pago em 12 meses	Valor presente do montante a ser pago em 12 meses
Irapé	100,00	3.375	3.249	3.050
Queimado (Consórcio)	82,50	960	930	873

A taxa utilizada pela Companhia e suas controladas para desconto a valor presente de seus passivos, de 12,50%, representa a taxa média de captação de recursos em condições usuais na data do registro de cada concessão.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC ou com as normas internacionais (IFRS).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”) é requerida pela legislação societária brasileira, para companhias abertas. Pelas IFRS essa demonstração não é requerida e está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As práticas contábeis adotadas no Brasil, para elaboração das demonstrações financeiras individuais da Companhia, não diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas. Assim, estas demonstrações individuais, que são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 21 de março de 2024.

3.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativos mantidos para venda, mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado nas notas explicativas nº 29 e 30, respectivamente.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações são realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos e utilize estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 – Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia (perdas de créditos esperadas);
- Nota 10 – Imposto de renda e contribuição social (reconhecimento do diferido, previsão de lucros tributáveis futuros e incertezas sobre os tributos sobre o lucro);
- Nota 13 – Ativos de contrato (definição da margem de construção e remensuração do ativo de contrato);
- Nota 14 – Investimentos (avaliação do valor recuperável);

- Nota 15 – Imobilizados (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 16 – Intangíveis (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 17 – Arrendamentos (mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento);
- Nota 22 – Obrigações pós-emprego (principais premissas atuariais na mensuração das obrigações pós-emprego);
- Nota 23 – Provisões (estimativa confiável do valor das obrigações);
- Nota 25 – Receita líquida (reconhecimento do fornecimento não faturado e margem de construção);
- Nota 29 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração dos valores justos); e
- Nota 30 – Ativos classificados como mantidos para venda (mensuração dos valores justos).

3.5 Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

3.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 1 de janeiro de 2023 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Norma	Descrição da alteração
IFRS 17/ CPC 50 – Contratos de seguro	O IFRS 17/CPC 50 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o IFRS 4/ CPC 11 – Contratos de Seguro. A norma tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emite, que seja mais útil e consistente para as emissoras de seguros. A Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o IFRS 17/ CPC 50.
IAS 08/ CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	A Companhia adotou as alterações à IAS 08/ CPC 23 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de “mudança nas estimativas contábeis” pela definição de “estimativas contábeis”. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.
IAS 01/ CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis e IFRS Practice Statement 2 – Making Materiality Judgements	A Companhia adotou as alterações à IAS 1/ CPC 26 pela primeira vez no exercício corrente. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Companhia revisou a apresentação de suas políticas contábeis e manteve a apresentação nas demonstrações financeiras das que foram julgadas como materiais.
IAS 12/ CPC 32 – Tributo diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	A Companhia adotou as alterações à IAS 12/ CPC 32 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações visam restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos e provisões para desmantelamento. Não houve impacto sobre os lucros e prejuízos acumulados de abertura em janeiro de 2023, ou qualquer impacto no resultado da Companhia, estando o efeito dessa adoção relacionado apenas à apresentação de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos.

3.7 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Início da vigência
IAS 1/ CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Passivo não circulante com <i>covenants</i> e revisão da classificação de passivos como circulante ou não circulante	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	01/01/2024
IAS 1/ CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, IAS 7/ CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/ CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.	01/01/2024
IFRS 10/ CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas e IAS 28/ CPC 18 (R2) – Investimentos em Coligadas, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto – Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	Trata de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i> . Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou <i>joint venture</i> . Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou <i>joint venture</i> .	Ainda não definido
IFRS 16/ CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “ <i>Sale and Leaseback</i> ”	Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i> , que satisfazem as exigências do IFRS 15 / CPC 47, para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na IFRS 16 / CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.	01/01/2024

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

3.8 Reclassificação de itens nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Companhia e suas controladas efetuaram ajustes de classificação de itens na DFC de forma a melhorar a qualidade da divulgação das informações contábeis.

A apresentação do movimento ocorrido na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários era divulgada em bases líquidas, no fluxo das atividades de investimento. A partir do quarto trimestre de 2023, a Companhia e suas controladas segregaram esse movimento, passando a apresentar os juros efetivamente recebidos como parte do fluxo de caixa das atividades operacionais e as aplicações e resgates, de forma separada, no fluxo de caixa das atividades de investimento. Além disso, a Companhia e suas controladas passaram a ajustar o lucro com o montante total do imposto de renda reconhecido no resultado.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2022 estão sendo apresentadas nesse mesmo critério.

3.9 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto pelo descrito na nota explicativa 3.7, em conformidade às normas e regulamentos descritos na nota explicativa 2.1.

Adicionalmente, a Companhia adotou a alteração ocorrida no CPC 26 / IAS 1 a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações estabelecem a divulgação das políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. Não houve nenhum impacto nas políticas contábeis adotadas pela Companhia, tendo afetado apenas a divulgação.

4. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das demonstrações contábeis das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação e das controladas em conjunto utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A participação direta da Companhia é como segue:

Sociedades controladas	Forma de avaliação	31/12/2023	31/12/2022
		Participação direta (%)	Participação direta (%)
Cemig Baguari Energia S.A. ("Cemig Baguari")	Consolidação	100	100
Cemig Geração Três Marias S.A. ("Cemig Geração Três Marias") (1)	Consolidação	-	100
Cemig Geração Salto Grande S.A. ("Cemig Geração Salto Grande") (1)	Consolidação	-	100
Cemig Geração Itutinga S.A. ("Cemig Geração Itutinga")	Consolidação	100	100
Cemig Geração Camargos S.A. ("Cemig Geração Camargos")	Consolidação	100	100
Cemig Geração Sul S.A. ("Cemig Geração Sul")	Consolidação	100	100
Cemig Geração Leste S.A. ("Cemig Geração Leste")	Consolidação	100	100
Cemig Geração Oeste S.A. ("Cemig Geração Oeste")	Consolidação	100	100
Sá Carvalho S.A. ("Sá Carvalho")	Consolidação	100	100
Horizontes Energia S.A. ("Horizontes")	Consolidação	100	100
Rosal Energia S.A. ("Rosal Energia")	Consolidação	100	100
Cemig PCH S.A. (Cemig PCH")	Consolidação	100	100
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. ("ESCEE")	Consolidação	100	100
Cemig Geração Poço Fundo S.A. ("Poço Fundo")	Consolidação	100	100
Cemig Trading S.A. ("Cemig Trading")	Consolidação	100	100
Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Parajuru")	Consolidação	100	100
Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Volta do Rio")	Consolidação	100	100
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. ("Centroeste")	Consolidação	100	100
UFV Três Marias S.A. ("UFV Três Marias")	Consolidação	100	100

(1) Estas subsidiárias foram incorporadas pela Cemig GT em 31 de maio de 2023, pelo valor patrimonial contábil. Mais detalhes na nota nº 13: Investimentos.

As participações diretas e indiretas estão apresentadas na nota explicativa nº 1.

Política contábil

Controladas

A Companhia controla uma investida quando tem poder que lhe garante a (i) direção de suas atividades pertinentes, além de (ii) direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com esta investida e (iii) capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor destes retornos. A Companhia avalia se exerce ou não controle sobre a investida quando fatos e circunstâncias indicam que há mudanças em um ou mais desses três elementos de controle.

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão em linha com as adotadas pela Companhia.

As informações financeiras das controladas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e os saldos de ativos, passivos e resultado são consolidados linha a linha nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações decorrentes de operações *intercompany* são eliminadas no processo de consolidação.

Quando a Companhia perde o controle exercido sobre uma controlada, os ativos e passivos desta investida são baixados pelo seu valor contábil na data em que o controle é perdido. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo valor justo na data da perda do controle e ganhos e perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

Controladas em conjunto

As controladas em conjunto representam as investidas, nas quais a Companhia possui o controle compartilhado com outra empresa por meio de acordo contratualmente convencionado, independente do percentual de participação no capital votante. Assim, a Companhia não exerce individualmente o poder de tomada de decisões financeiras e operacionais na investida.

As políticas contábeis das controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

As informações financeiras de controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mais detalhes estão divulgados na seção de políticas contábeis da nota explicativa nº 13.

Operações em conjunto (*joint operation*)

A participação em consórcio detida pela Companhia é contabilizada de acordo com a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações relacionadas ao negócio.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida.

Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais apresentados refletem como a Companhia e suas controladas realizam a gestão, estrutura organizacional e acompanhamento de resultados

As informações por segmentos são elaboradas considerando 4 segmentos reportáveis, sendo:

- **Geração**: compreende a produção de energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas, eólicas e solares;
- **Transmissão**: compreende a construção, operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão de energia;
- **Comercialização**: compreende a comercialização de energia elétrica e a prestação de serviços correlatos; e
- **Participações**: compreende a gestão das participações sem controle acionário, em linha com as estratégias de negócio da Companhia.

As transações intersegmentos ocorrem entre os segmentos de geração e comercialização, as quais consistem na obtenção de receita pela venda de energia gerada e em custos pela compra da energia a ser comercializada, mensurados por um preço de venda estimado de acordo com critérios baseados no modelo de gestão desses negócios pela Companhia.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO JANEIRO A DEZEMBRO DE 2023								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			Participações	TOTAL	Transações inter segmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização					
RECEITA LÍQUIDA	2.874.757	1.069.246	4.084.249	-	8.028.252	(1.208.200)	(59.310)	6.760.742
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	(346.849)	(328)	(3.634.978)	-	(3.982.155)	1.208.200	19.816	(2.754.139)
CUSTOS E DESPESAS (3)								
Pessoal	(147.945)	(136.384)	(26.678)	(18.689)	(329.696)	-	-	(329.696)
Participação dos empregados no resultado	(16.110)	(16.144)	(3.152)	(2.216)	(37.622)	-	-	(37.622)
Obrigações pós-emprego	(58.875)	(36.383)	(8.338)	(11.199)	(114.795)	-	-	(114.795)
Materiais, Serviços de terceiros e Outros	(216.429)	(86.808)	(17.895)	301.853	(19.279)	-	39.820	20.541
Depreciação e amortização	(327.265)	(1.460)	(16)	-	(328.741)	-	-	(328.741)
Provisões (reversões)	(29.248)	(13.576)	(6.729)	(61.904)	(111.457)	-	-	(111.457)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	-	(163.467)	-	-	(163.467)	-	-	(163.467)
Total do custo de operação	(795.872)	(454.222)	(62.808)	207.845	(1.105.057)	-	39.820	(1.065.237)
CUSTOS E DESPESAS	(1.142.721)	(454.550)	(3.697.786)	207.845	(5.087.212)	1.208.200	59.636	(3.819.376)
Resultado de equivalência patrimonial	326	-	-	141.354	141.680	-	(326)	141.354
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.732.362	614.696	386.463	349.199	3.082.720	-	-	3.082.720
Resultado financeiro	(11.275)	(48.111)	81.536	(117.987)	(95.837)	-	-	(95.837)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.721.087	566.585	467.999	231.212	2.986.883	-	-	2.986.883
Imposto de renda e contribuição social	(325.331)	(109.686)	(115.634)	(33.566)	(584.217)	-	-	(584.217)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.395.756	456.899	352.365	197.646	2.402.666	-	-	2.402.666

- (1) As transações intersegmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização, conforme explicado acima;
- (2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).
- (3) As informações dos custos e despesas por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO NO EXERCÍCIO DE 2022								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			Participações	TOTAL	Transações intersegmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização					
RECEITA LÍQUIDA	2.660.858	1.180.371	5.799.446	-	9.640.675	(1.423.190)	(69.033)	8.148.452
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	(330.551)	(310)	(5.497.783)	-	(5.828.644)	1.423.190	13.922	(4.391.532)
CUSTOS E DESPESAS (3)								
Pessoal	(161.715)	(134.351)	(11.563)	(32.343)	(339.972)	-	-	(339.972)
Participação dos empregados no resultado	(14.628)	(10.838)	(5.692)	(2.564)	(33.722)	-	-	(33.722)
Obrigações pós-emprego	(67.166)	(41.786)	(9.575)	(12.868)	(131.395)	-	-	(131.395)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(394.512)	(94.470)	(13.688)	(23.260)	(525.930)	-	55.111	(470.819)
Depreciação e amortização	(328.371)	(3)	(13)		(328.387)	-	-	(328.387)
Provisões (4)	(18.353)	(3.012)	(34.122)	54.907	(580)	-	-	(580)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	-	(290.750)	-	-	(290.750)	-	-	(290.750)
Total do custo de operação	(984.745)	(575.210)	(74.653)	(16.128)	(1.650.736)		55.111	(1.595.625)
CUSTOS E DESPESAS	(1.315.296)	(575.520)	(5.572.436)	(16.128)	(7.479.380)	1.423.190	69.033	(5.987.157)
Resultado de equivalência patrimonial (5)	251	-	15	519.079	519.345	-	-	519.345
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.345.813	604.851	227.025	502.951	2.680.640	-	-	2.680.640
Resultado financeiro	(149.581)	(97.434)	33.562	(263.838)	(477.291)	-	-	(477.291)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.196.232	507.417	260.587	239.113	2.203.349	-	-	2.203.349
Imposto de renda e contribuição social	(306.705)	(169.278)	(63.135)	421.225	(117.893)	-	-	(117.893)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	889.527	338.139	197.452	660.338	2.085.456	-	-	2.085.456

- (1) As transações intersegmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização, conforme explicado acima;
- (2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).
- (3) As informações dos custos e despesas por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.
- (4) O segmento de participações inclui perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$7.412 no investimento detido pela Companhia na controlada em conjunto Itaocara. Mais detalhes na nota explicativa nº 14.
- (5) O segmento de participações inclui reversão da provisão no montante de R\$161.648 referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida Madeira Energia e outros acionais. Mais detalhes na nota explicativa nº 14.

As informações referentes aos ativos por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas ao principal gestor das operações.

Política contábil

Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais para os quais existem informações financeiras individualizadas são revistos frequentemente pelo principal gestor do grupo para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos corporativos e as despesas da sede.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia e suas controladas, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas bancárias	2.303	5.773	437	3.749
Aplicações financeiras:				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	97.793	57.079	89.819	55.662
Aplicações automáticas - Overnight	261.858	227.884	206.804	132.827
Outros	-	2.244	-	2.244
	359.651	287.207	296.623	190.733
	361.954	292.980	297.060	194.482

Os **Certificados de Depósito Bancário (CDBs)** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variaram entre 80% a 108,5% em 31 de dezembro de 2023 (97,5% a 105% em 31 de dezembro de 2022) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia e suas controladas possuem operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

As operações de **aplicações automáticas (overnight)** consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou de 11,42% a.a a 12,65% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (13,62% a.a. a 13,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e de suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na nota explicativa nº 29 (i) a exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros (ii) a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros e (iii) as políticas contábeis materiais. As aplicações financeiras em um fundo de investimento reservado estão demonstradas na nota explicativa nº 28.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	54.880	148.466	43.342	86.537
Letras financeiras (LFs) – Bancos	354.305	884.202	279.814	515.375
Letras financeiras do Tesouro (LFTs)	159.759	311.663	126.171	181.659
Outros	6.620	8.028	5.383	4.797
	575.564	1.352.359	454.710	788.368
Não circulante				
Debêntures	-	5.105	-	2.976
	-	5.105	-	2.976
	575.564	1.357.464	454.710	791.344

Os **Certificados de Depósito Bancário (CDB)** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, de 103% a 104,3% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103% a 104,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022) conforme operação.

As **Letras Financeiras – Bancos (LFs)** são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que variam entre 108,6% a 111,98% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103,3% a 110,26% em 31 de dezembro de 2022).

As **Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)** são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que varia entre 11,83% a 11,85% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (13,65% a 13,88% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

As políticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 29. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 28.

A Companhia e suas controladas classificam de forma consistente os rendimentos resgatados desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Saldos a vencer		Vencidos			Consolidado	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Há mais de 360 dias	31/12/2023	31/12/2022
Industrial	3.023	246.517	7.036	4.582	23.971	285.129	550.253
Comércio, serviços e outras	2.176	70.954	6.876	202	8.894	89.102	100.358
Suprimento a outras concessionárias	26.344	203.791	46.845	-	47	277.027	269.601
Concessionários – transp. de energia	3.735	109.259	10.257	3.355	8.686	135.292	112.706
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	27.059	1.128	6.369	6.129	-	40.685	92.908
Perdas de créditos esperadas	-	-	(486)	(1.375)	(33.219)	(35.080)	(30.414)
	62.337	631.649	76.897	12.893	8.379	792.155	1.095.412
Ativo circulante						789.898	1.095.349
Consumidores e revendedores						654.596	982.643
Concessionários – Transp. energia						135.302	112.706
Ativo não circulante						2.257	63
Consumidores e revendedores						2.257	63

	Saldos a vencer		Vencidos			Controladora	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Há mais de 360 dias	31/12/2023	31/12/2022
Industrial	1.688	224.378	6.510	2.103	23.966	258.645	496.188
Comércio, serviços e outras	2.176	70.954	6.876	202	8.894	89.102	100.358
Suprimento a outras concessionárias	26.343	139.566	24.988	-	46	190.943	153.084
Concessionários – transp. de energia	3.742	106.879	9.542	3.355	8.686	132.204	110.007
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	26.567	-	6.369	6.129	-	39.065	90.768
Perdas de créditos esperadas	-	-	(486)	(1.375)	(33.219)	(35.080)	(27.759)
	60.516	541.777	53.799	10.414	8.373	674.879	922.646
Ativo circulante						672.638	922.599
Consumidores e revendedores						540.434	812.592
Concessionários – Transp. energia						132.204	110.007
Ativo não circulante						2.241	47
Consumidores e revendedores						2.241	47

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 29.

As Perdas de Créditos Esperadas (“PCE”) são consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua movimentação é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	28.002	24.576
Constituição de provisão, líquida (nota 26c)	531	1.302
Baixa	1.881	1.881
Saldo em 31 de dezembro de 2022	30.414	27.759
Constituição de provisão, líquida (nota 26c)	4.666	5.650
Saldo oriundo de incorporação	-	1.671
Saldo em 31 de dezembro de 2023	35.080	35.080

Políticas contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

A Receita Anual Permitida (RAP) remunera o investimento nas linhas de transmissão e os serviços de reforços e melhorias e operação e manutenção. As receitas dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica são reconhecidas à medida da satisfação das obrigações de performance correspondentes, em contrapartida ao ativo de contrato.

Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), uma vez que nada mais além da passagem do tempo é necessário para que a contraprestação seja recebida.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48/IFRS 9, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

Estimativas e julgamentos

O ajuste para perdas de créditos esperadas é registrado com base em políticas aprovadas pela Administração. Para a Companhia e suas controladas o saldo a receber é analisado, em sua totalidade, levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais, sendo feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
ICMS a recuperar	12.880	10.037	12.069	9.271
Cofins (a) (b)	10.606	18.936	8.426	195
PIS/Pasep (a) (b)	2.323	4.032	1.809	23
INSS	18.647	18.764	18.647	18.764
Outros	153	127	149	122
	44.609	51.896	41.100	28.375
Não circulante				
ICMS a recuperar (b)	33.863	29.754	32.605	28.545
Cofins (a)	12.643	14.402	9.016	-
PIS/Pasep (a)	2.743	3.124	1.957	-
	49.249	47.280	43.578	28.545
	93.858	99.176	84.678	56.920

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

A Companhia registrou os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Em 2023, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R\$19.053 (R\$10.607 em 2022). A compensação de créditos é uma operação que não envolve caixa, e, por conseguinte, não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

b) Demais tributos compensáveis

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de ativo imobilizado e intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações financeiras.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no exercício corrente e antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal ou em períodos subsequentes.

Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32/IAS 12.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Imposto de renda	296.504	546.961	296.383	544.657
Contribuição social	130.604	227.688	130.636	227.907
	427.108	774.649	427.019	772.564
Não circulante				
Imposto de renda	49.369	-	49.010	-
Contribuição social	53.675	-	53.562	-
	103.044	-	102.572	-

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pela Companhia e suas controladas sujeitas ao lucro real, que devem recolher mensalmente os tributos por estimativa ou balancete de redução, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Imposto de renda	12.633	79.909
Contribuição social	6.880	29.972
	19.513	109.881

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos fiscais diferidos, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A composição e a movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos é como segue:

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2022	DRE	DRA	Outros	Saldo em 31/12/2023
ATIVO					
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	209.041	(118.343)	-	-	90.698
Obrigações pós-emprego	387.576	12.120	(25.080)	-	374.616
Perdas de créditos esperadas	10.006	1.921	-	-	11.927
Provisões para contingências	111.081	7.378	-	-	118.459
Provisão opção de venda (put SAAG)	228.621	(228.621)	-	-	-
Provisão para perdas em investimentos	56.398	532	-	-	56.930
Outras provisões	48.620	957	-	-	49.577
Concessão onerosa	11.579	264	-	-	11.843
Direito de uso (1)	21.205	5.732	-	-	26.937
Outros	22.548	(7.280)	-	2.448	17.716
	1.106.675	(325.340)	(25.080)	2.448	758.703
PASSIVO					
Valor justo como custo atribuído na adoção inicial das normas internacionais	(155.882)	1.010	-	-	(154.872)
Atualização ativo de contrato	(940.026)	16.018	-	-	(924.008)
Valor justo de participações societárias	(121.036)	8.605	-	-	(112.431)
Atualização ativo financeiro	(8.426)	(39.046)	-	-	(47.472)
Instrumentos financeiros derivativos	(209.600)	83.794	-	-	(125.806)
Ressarcimento de custos - GSF	(274.036)	45.158	-	-	(228.878)
Passivo de arrendamentos (1)	(19.497)	(4.380)	-	-	(23.877)
Outros	(24.540)	23.497	-	-	(1.043)
	(1.753.043)	134.656	-	-	(1.618.387)
Total líquido	(646.368)	(190.684)	(25.080)	2.448	(859.684)
Total do ativo apresentado no Balanço Patrimonial	-	-	-	-	9.895
Total do passivo apresentado no Balanço Patrimonial	646.368	-	-	-	(869.579)

(1) A apresentação segregada desses ativos e passivos fiscais diferidos advém da alteração ocorrida no CPC 32/ IAS 12. Não houve impacto no resultado da Companhia, estando o efeito da mudança relacionado apenas à divulgação. Para fins de comparabilidade, a alteração foi refletida no exercício de 2022 com base nos mesmos critérios. Mais detalhes na nota explicativa nº 3.7.

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2022	DRE	DRA	Tributos diferidos oriundos da incorporação	Saldo em 31/12/2023
ATIVO					
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	209.041	(118.343)	-	-	90.698
Obrigações pós-emprego	387.576	12.120	(25.080)	-	374.616
Perdas de créditos esperadas	9.438	2.489	-	-	11.927
Provisões para contingências	111.077	7.128	-	-	118.205
Provisão opção de venda (put SAAG)	228.621	(228.621)	-	-	-
Provisão para perdas em investimentos	56.398	532	-	-	56.930
Outras provisões	48.620	951	-	-	49.571
Concessão onerosa	11.579	264	-	-	11.843
Direito de uso (1)	20.571	6.216	-	-	26.787
Outros	15.684	46.173	-	(44.178)	17.679
	1.098.605	(271.091)	(25.080)	(44.178)	758.256
PASSIVO					
Valor justo como custo atribuído na adoção inicial das normas internacionais	(139.706)	(3)	-	-	(139.709)
Atualização ativo de contrato	(936.629)	15.432	-	-	(921.197)
Valor justo de participações societárias	(121.036)	8.605	-	-	(112.431)
Atualização ativo financeiro	(8.426)	(39.046)	-	-	(47.472)
Instrumentos financeiros derivativos	(208.151)	83.014	-	-	(125.137)
Ressarcimento de custos - GSF	(213.008)	(7.984)	-	-	(220.992)
Passivo de arrendamentos (1)	(18.868)	(4.832)	-	-	(23.700)
Outros	(10.415)	9.152	-	-	(1.263)
	(1.656.239)	64.338	-	-	(1.591.901)
Total líquido	(557.634)	(206.753)	(25.080)	(44.178)	(833.645)
Total do ativo apresentado no Balanço Patrimonial	-	-	-	-	-
Total do passivo apresentado no Balanço Patrimonial	557.634	-	-	-	833.645

(1) A apresentação segregada desses ativos e passivos fiscais diferidos advém da alteração ocorrida no CPC 32/ IAS 12. Não houve impacto no resultado da Companhia, estando o efeito da mudança relacionado apenas à divulgação. Para fins de comparabilidade, a alteração foi refletida no exercício de 2022 com base nos mesmos critérios. Mais detalhes na nota explicativa nº 3.7.

Conforme as estimativas individuais da Companhia e de suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2023, conforme abaixo:

	Consolidado	Controladora
2024	192.414	192.308
2025	89.769	89.702
2026	89.769	89.702
2027	89.769	89.702
2028 a 2030	172.653	172.558
2031 a 2033	124.329	124.284
	758.703	758.256

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada nas demonstrações de resultados, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.986.883	2.203.349	2.838.179	2.009.276
Imposto de renda e contribuição social – despesa nominal (34%)	(1.015.540)	(749.139)	(964.981)	(683.154)
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
Juros sobre o capital próprio	218.010	47.350	218.010	-
Incentivos fiscais	46.417	14.903	44.770	10.903
Resultado de equivalência patrimonial	52.437	127.260	254.194	401.963
Multas indedutíveis	(1.683)	(4.260)	(1.617)	(4.260)
Diferença resultante da base de incidência do lucro presumido	90.711	96.550	-	-
Realização de ágio - Renova	-	108.416	-	108.416
PECLD com partes relacionadas - Renova	-	233.931	-	233.931
Outros	25.431	7.096	14.111	8.381
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	(584.217)	(117.893)	(435.513)	76.180
Imposto de renda e contribuição social correntes	(393.533)	(199.284)	(228.760)	(8.521)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(190.684)	81.391	(206.753)	84.701
	(584.217)	(117.893)	(435.513)	76.180
Alíquota efetiva	19,56%	5,35%	15,34%	(3,79%)

Política contábil

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações dos resultados. A Companhia está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado. Contudo, as controladas que têm a prerrogativa de optar pelo regime do lucro presumido, nos termos da legislação tributária, analisam a projeção de tributos devidos para o ano seguinte, visando definir o regime que otimize a sua carga tributária.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22/ IFRIC 23, a Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

Corrente

Tributos correntes ativos e passivos referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o tributo é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Tributos diferidos decorrem de diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Subvenções governamentais

A Companhia possui empreendimentos na área incentivada da Sudene, para os quais foi reconhecido o direito à redução de 75% do imposto de renda, incluindo o adicional. Incentivos tributários dessa natureza, na forma de isenção ou redução do imposto de renda, atendem ao conceito de subvenção governamental e são reconhecidos registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, demonstrada como dedução da despesa de imposto de renda.

Diante da restrição legal à distribuição do lucro líquido correspondente ao incentivo, a Companhia mantém o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente do incentivo na reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros). Mais detalhes na nota explicativa nº 25.

Estimativas e julgamentos

Tributos diferidos

Os tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social não utilizados na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa possam ser realizadas, exceto nos seguintes casos:

- Quando o ativo ou passivo fiscal diferido surge do reconhecimento de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal, exceto nos casos em que a transação dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis, nas quais a entidade deve reconhecer um ativo ou passivo fiscal diferido e deve reconhecer a despesa ou a receita por tributo diferido resultante no resultado;
- Sobre as diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que não sejam revertidas no futuro próximo; e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas, na extensão em que não for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e nos casos em que o lucro tributável não esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável ou reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que estes sejam recuperados.

A Companhia registra os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos quando possui o direito executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro. As incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento tributário incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos.

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	20.909	24.115	20.292	23.453
Fiscais				
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio (JCP)	19.677	18.762	18.361	17.446
PIS/Pasep e Cofins (1)	3.685	3.475	-	-
IR/INSS - Indenização do anuênio (2)	75.406	71.988	75.406	71.988
IPTU	16.902	15.265	16.900	15.263
CSLL (3)	26.665	19.706	26.665	19.706
Outros	2.495	7.373	1.817	6.695
	144.830	136.569	139.149	131.098
Outros				
Bloqueio judicial	1.817	1.790	1.785	1.757
Regulatórios	6.265	4.903	6.265	4.903
Outros	5.268	7.084	5.153	6.972
	13.350	13.777	13.203	13.632
	179.089	174.461	172.644	168.183

(1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados à inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições.

(2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 23: Provisões (Indenização do anuênio).

(3) Depósito judicial no âmbito do processo que discute a tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e de tributos com exigibilidade suspensa.

12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Geração - Indenização a receber (12.1)	784.055	691.460	784.055	691.460
Geração - Bonificação pela outorga (12.2)	3.031.033	2.950.415	2.253.919	-
	3.815.088	3.641.875	3.037.974	691.460
Circulante	320.444	309.347	227.411	-
Não circulante	3.494.644	3.332.528	2.810.563	691.460

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.608.403	816.202
Atualização financeira	513.885	47.028
Recebimentos	(308.643)	-
Ajuste a valor justo (1)	(171.770)	(171.770)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.641.875	691.460
Ativos oriundos da incorporação	-	2.252.341
Atualização financeira	504.317	232.194
Recebimentos	(331.104)	(138.021)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.815.088	3.037.974

(1) Em junho de 2022, com a conclusão do Laudo de Avaliação, a Companhia efetuou o ajuste a valor justo do ativo financeiro correspondente à diferença entre os valores originalmente estimados. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

12.1 Geração - Indenização a receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Companhia sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Companhia a ter direito à indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos foram reconhecidos no ativo financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado.

Em 28 de julho de 2022, a Aneel revogou a ReN nº 942, por meio da publicação da ReN nº 1.027, estabelecendo a metodologia e os critérios gerais para cálculo, a qual tem como base o valor novo de reposição, sendo este calculado prioritariamente a partir de banco de preços referenciais, seguido pelo banco de preços da concessionária ou, em última hipótese, do custo contábil fiscalizado atualizado.

Com a conclusão do Laudo de Avaliação, a Companhia efetuou o ajuste a valor justo do ativo financeiro no montante de R\$171.770, em junho de 2022, correspondente à diferença dos valores originalmente estimados pela Companhia.

A movimentação do saldo é conforme segue:

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW) ¹	Saldo líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2022	Atualização financeira	Saldo líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2023
Lote D					
UHE Três Marias	jul-15	396,00	179.083	23.981	203.064
UHE Salto Grande	jul-15	102,00	91.874	12.303	104.177
UHE Itutinga	jul-15	52,00	10.825	1.450	12.275
UHE Camargos	jul-15	46,00	21.042	2.818	23.860
PCH Piau	jul-15	18,01	4.695	629	5.324
PCH Gafanhoto	jul-15	14,00	5.630	754	6.384
PCH Peti	jul-15	9,40	6.498	870	7.368
PCH Dona Rita	set-13	2,41	1.683	226	1.909
PCH Tronqueiras	jul-15	8,50	9.063	1.089	10.152
PCH Joasal	jul-15	8,40	6.727	900	7.627
PCH Martins	jul-15	7,70	4.776	639	5.415
PCH Cajuru	jul-15	7,20	20.238	2.711	22.949
PCH Paciência	jul-15	4,08	4.449	595	5.044
PCH Marmelos	jul-15	4,00	2.585	346	2.931
Outras					
UHE Volta Grande	fev-17	380,00	387	52	439
UHE Miranda	dez-16	408,00	97.493	13.055	110.548
UHE Jaguará	ago-13	424,00	147.788	19.916	167.704
UHE São Simão	jan-15	1.710,00	76.624	10.261	86.885
		3.601,70	691.460	92.595	784.055

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

O saldo de R\$784.055 representa a melhor estimativa da Administração para indenização das usinas, considerando os critérios de avaliação definidos pela Aneel e a atualização financeira do período.

O relatório de avaliação dos ativos está sujeito à fiscalização da Aneel, podendo esta solicitar documentação complementar e, assim, os valores resultantes do processo de avaliação podem sofrer ajustes, sendo assegurado à concessionária o direito ao contraditório e ampla defesa.

O prazo e a forma de pagamento dos investimentos realizados após a entrada em operação do projeto básico e ainda não amortizados ou depreciados serão definidos pelo Poder Concedente após a fiscalização e homologação dos valores das indenizações pela Aneel.

12.2 Geração - Bonificação pela outorga

A bonificação paga pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nºs 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Companhia, foi de R\$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

	Usinas	Saldo em 31/12/2022	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2023
Cemig Geração e Transmissão S.A.	Três Marias (1)	1.671.515	221.716	(177.902)	1.715.329
Cemig Geração e Transmissão S.A.	Salto Grande (1)	524.778	69.920	(56.105)	538.593
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	197.983	29.632	(23.853)	203.762
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	148.407	22.066	(17.757)	152.716
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	194.694	30.932	(24.982)	200.644
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	133.014	23.303	(18.972)	137.345
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	80.024	14.153	(11.533)	82.644
		2.950.415	411.722	(331.104)	3.031.033

(1) Em 31 de maio de 2023, as subsidiárias integrais Cemig Geração Três Marias S.A. e Cemig Geração Salto Grande S.A. foram incorporadas pela Companhia.

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2021	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2022
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.583.720	253.627	(165.832)	1.671.515
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	497.154	79.921	(52.297)	524.778
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	187.004	33.214	(22.235)	197.983
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	140.201	24.759	(16.553)	148.407
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	183.635	34.349	(23.290)	194.694
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	125.187	25.512	(17.685)	133.014
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	75.300	15.475	(10.751)	80.024
		2.792.201	466.857	(308.643)	2.950.415

Política contábil

Atividade de transmissão

Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), considerando que o recebimento da contraprestação somente depende da passagem do tempo.

Parcela financeira vinculada aos contratos de concessão de transmissão renovados nos termos da Lei 12.783/2013

Representa a parcela financeira da contraprestação pelas instalações de transmissão de energia elétrica componentes da rede básica (RBSE), que representa o montante a pagar desde a prorrogação das concessões até a sua incorporação na tarifa (1º de janeiro de 2013 até 30 de junho de 2017), a ser recebida no prazo de 8 anos.

Os valores a serem recebidos são subordinados às regras regulatórias aplicáveis ao processo tarifário, sujeitando-se, inclusive aos mecanismos de controle de eficiência. Nesse contexto, o recebimento da contraprestação está atrelado à obrigação de performance de operação e manutenção, configurando-se, assim, como ativo de contrato, sendo reclassificada para o ativo financeiro somente após o despacho autorizativo da Aneel.

Informações adicionais sobre as políticas contábeis materiais referentes aos ativos vinculados à atividade de transmissão estão descritas na nota explicativa nº 13.

Atividade de geração

Para as usinas cuja concessão foi obtida por meio de leilão realizado pela Aneel em novembro de 2015, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro, ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago atualizado pelo IPCA e remunerado pelos juros conforme contrato de concessão, durante o período de sua vigência.

Para a extensão da concessão das usinas hidrelétricas participantes do MRE, referente à compensação pelos riscos não hidrológicos prevista na Lei nº 14.052/2020, foi reconhecido um ativo intangível, considerando a natureza do direito, que permite, por meio de dispositivo legal, a utilização das usinas por período superior àquele previsto em seus contratos originais, dispondo a Companhia livremente da energia gerada. O ativo foi mensurado no reconhecimento inicial pelo valor justo e é amortizado linearmente pelo novo prazo remanescente da concessão. Mais informações na nota explicativa nº 16.

A política contábil da Companhia em relação à redução ao valor recuperável se encontra na nota explicativa 3.5.

13. ATIVOS DE CONTRATO

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Transmissão – Rede Básica - Lei 12.783/13	1.722.829	1.927.040	1.722.829	1.927.040
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	2.925.220	2.717.187	2.823.389	2.606.909
	4.648.049	4.644.227	4.546.218	4.533.949
Circulante	841.371	720.032	813.593	691.153
Não circulante	3.806.678	3.924.195	3.732.625	3.842.796

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.276.982	4.161.100
Adições	407.193	407.193
Atualização financeira	561.044	538.988
Recebimentos	(600.992)	(573.332)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.644.227	4.533.949
Adições	226.880	216.553
Atualização financeira	515.130	505.431
Recebimentos	(738.188)	(709.715)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.648.049	4.546.218

Os valores a receber da Companhia são decorrentes dos contratos demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Contrato de Concessão - 006/97 (a)				
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	466.239	408.395	466.239	408.395
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI	302.134	236.073	302.134	236.073
Contrato de Concessão - 079/00 (b)	45.220	46.685	45.220	46.685
Contrato de Concessão - 004/05 (c)	27.778	28.879	-	-
	841.371	720.032	813.593	691.153
Não circulante				
Contrato de Concessão - 006/97 (a)				
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	1.256.590	1.518.645	1.256.590	1.518.645
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI	2.358.462	2.181.638	2.358.462	2.181.638
Contrato de Concessão - 079/00 (b)	117.573	142.513	117.573	142.513
Contrato de Concessão - 004/05 (c)	74.053	81.399	-	-
	3.806.678	3.924.195	3.732.625	3.842.796
	4.648.049	4.644.227	4.546.218	4.533.949

a) Contrato de Concessão nº 006/1997

O contrato regula a exploração do serviço público das instalações de transmissão classificadas como integrantes da Rede Básica, de acordo com a Lei nº 9.074/1995 e regulamentação pertinente. Esse contrato foi prorrogado até 31 de dezembro de 2042, nos termos da Lei 12.783/2013, cujos valores foram determinados na Portaria nº 120/2016. Estes ativos são denominados de Rede Básica do Sistema Existente (RBSE) e são segregados dos demais ativos da Companhia, sendo que seu fluxo de caixa é composto pela parcela referente ao custo de capital (componente financeiro) e pela parcela referente à base de remuneração (componente econômico).

As alterações implementadas nestas instalações são tratadas como Rede Básica Novas Instalações (RBNI). Seu fluxo de caixa é referente à remuneração dos investimentos em reforços e melhorias na infraestrutura de transmissão, sendo descontado a valor presente e, quando aplicável, inclui a parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão.

O Despacho Aneel nº 402/2023, postergou para 2024 a Revisão Tarifária Periódica (RTP) da Receita Anual Permitida (RAP) das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013. Assim, para 2023 ocorreu o processo ordinário de reajuste anual da receita de transmissão, estabelecido pela ReN nº 3.216 de 4 de julho de 2023. Os reflexos financeiros das novas RAPs não ocasionaram impactos na apuração do Ativo de Contrato, uma vez que não houve alterações significativas nas premissas utilizadas.

Em 5 de dezembro de 2023, a Aneel aprovou o Despacho nº 4.675, reconhecendo recursos administrativos interpostos à ReN nº 3.216/2023, que ocasionaram alterações no resultado da RAP do ciclo 2023-2024, cujos efeitos serão refletidos no ciclo 2024-2025. Os reflexos dos pleitos que foram acatados, na totalidade ou parcialmente, representam um acréscimo de 1,16% nas RAPs homologadas na ReH nº 3.216/2023 (de R\$1.084.670 para R\$1.097.264) e uma redução na Parcela de Ajuste (PA) de 35,5% (de R\$39.303 para R\$25.350). Os efeitos das alterações estão sendo analisados e não são esperados impactos relevantes, considerando que não houve alterações significativas nas premissas utilizadas.

Ativos RBSE - atualização pelo custo de capital regulatório

Em 6 de janeiro de 2021, a Advocacia Geral da União emitiu parecer sobre os efeitos jurídicos da reversão de medidas judiciais que suspendiam a remuneração do custo de capital das transmissoras definida na Portaria MME 120/2016, concluindo que esta deve ser atualizada pela taxa referente ao custo de capital próprio até 1º de julho de 2020, data do “efetivo pagamento”, sendo incorporada à RAP das transmissoras a partir do processo de 1º de julho de 2020 (ciclo 2020-2021), pelo prazo de oito anos.

Em 22 de abril de 2021, a Aneel publicou a Resolução Homologatória (ReH) nº 2.852, que alterou a ReH nº 2.712/2020, definindo, dentre outras disposições, o referido componente financeiro. Dessa forma, o custo de capital próprio associado a esse componente financeiro foi incorporado ao cálculo dos processos de revisão periódica de 2018 da RAP das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, causando dois efeitos: (i) novo valor do componente a ser considerado na RAP dos ciclos tarifários de 2020-2021 a 2025-2026; e (ii) valor residual referente à diferença entre o valor pago às transmissoras entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020 e o valor devido após a cassação das liminares.

Assim, o saldo devedor desse componente foi recalculado, considerando o custo de capital remunerado à taxa de custo de capital próprio até a data do efetivo pagamento (1º de julho de 2020), descontado dos valores pagos trazidos a valor presente. Adicionalmente, a Aneel decidiu pelo “reperfilamento” desses pagamentos, dentro do prazo de oito anos, de forma gradativa, e assegurando o valor presente líquido da operação.

O fluxo considerou o patamar mínimo de pagamento da dívida no ciclo 2021-2022, ou seja, com amortização nula do saldo devedor; taxa de amortização no ciclo 2022-2023 igual a 3,0%, de modo a amortizar parte da dívida e manter o patamar de pagamento estável; e pagamentos constantes nos ciclos 2023-2024 a 2027-2028, com taxas de amortização de 16,11% ao ano.

O Despacho Aneel nº 402, de 14 de fevereiro de 2023, postergou para 2024 a RTP da RAP das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013. A ReN nº 3.216/2023, estabeleceu as receitas anuais, que sofreu modificações posteriores pelo Despacho nº 4.675/2023. Esses normativos não impactaram esse componente financeiro.

b) Contrato de Concessão nº 079/2000

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na implantação, manutenção e operação de transmissão das seguintes instalações: SE Itajubá 3, LT Itajubá 3/Poços de Caldas e LT Itajubá 3/ Cachoeira Paulista, vigente até 4 de outubro de 2034.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP dos reforços aprovados ocorrerá em junho de 2024, com vigência a partir de 1º de julho de 2024.

A ReN nº 3.216/2023 estabeleceu as receitas anuais em processo ordinário de reajuste das receitas de transmissão. O Despacho nº 4.675/2023, reconheceu alguns recursos administrativos interpostos à ReN nº 3.216/2023, que ocasionaram alterações no resultado do RAP do ciclo 2023-2024, cujos efeitos serão refletidos no ciclo 2024-2025 da RAP. Os reflexos financeiros das novas RAP não ocasionaram impactos na apuração do Ativo de Contrato, uma vez que não houve alterações significantes nas premissas utilizadas.

c) Contrato de Concessão nº 004/2005

O contrato regula a concessão do serviço público das instalações de transmissão em 345 kV, segundo circuito, que tem origem na Subestação Furnas e término na Subestação Pimenta, com extensão aproximada de 75 Km, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de março de 2005. Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a Centroeste terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, à Receita Anual Permitida - RAP, reajustado anualmente. No 16º ano de operação comercial, a RAP desta transmissora terá redução de 50%, estendendo-se, desta forma, até o término da concessão.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

A ReN nº 3.216/2023 estabeleceu as receitas anuais em processo ordinário de reajuste das receitas de transmissão. O Despacho nº 4.675/2023, reconheceu alguns recursos administrativos interpostos à ReN nº 3.216/2023, que ocasionaram alterações no resultado do RAP do ciclo 2023-2024, cujos efeitos serão refletidos no ciclo 2024-2025 da RAP. Os reflexos financeiros das novas RAP não ocasionaram impactos na apuração do Ativo de Contrato, uma vez que não houve alterações significantes nas premissas utilizadas.

Política contábil

Durante o prazo da concessão, a Companhia recebe a Receita Anual Permitida (RAP), que remunera o investimento realizado nas linhas de transmissão, bem como os serviços de melhorias, operação e manutenção. A receita da Companhia é reconhecida à medida que são satisfeitas as obrigações de performance correspondentes, a saber: (i) disponibilidade e construção e (ii) operação e manutenção. Os valores são reconhecidos no resultado da Companhia, em contrapartida ao ativo de contrato. Posteriormente, quando do aviso de crédito emitido pelo ONS, a RAP é faturada e os saldos são transferidos do Ativo de Contrato para Consumidores a receber.

Quando a fase de construção da infraestrutura de transmissão é concluída, os ativos correspondentes permanecem classificados como ativos de contrato, considerando a sua vinculação às obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela disponibilidade/construção, operação e manutenção das linhas de transmissão, não existindo, assim, o direito incondicional de receber a contraprestação pelos serviços de construção a menos que a Companhia opere e mantenha a infraestrutura.

Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos.

Informações adicionais sobre as políticas contábeis materiais referentes aos ativos vinculados à atividade de transmissão estão descritas nas notas explicativas nº 12 e 8. A política contábil da Companhia em relação à redução ao valor recuperável se encontra na nota explicativa 3.5.

Estimativas e julgamentos

As receitas de construção e melhoria são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra, com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos da margem de construção. A margem alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre a rentabilidade dos projetos implementados pela Companhia.

Nas alterações da tarifa por ocasião das revisões tarifárias periódicas, o ativo de contrato é remensurado, trazendo a valor presente as RAPs futuras pela taxa implícita identificada originalmente, confrontando-se o resultado encontrado com o saldo contabilizado, para reconhecimento do ganho ou perda no resultado.

Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

A taxa de desconto relativa ao componente financeiro do ativo de contrato de concessão representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos na infraestrutura de transmissão, que representa o percentual aproximado do que seria o preço à vista a ser cobrado pela infraestrutura construída ou melhorada pela concessionária em uma operação de venda. A taxa implícita para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida no início dos investimentos e considera o risco de crédito das contrapartes.

14. INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Coligadas				
Madeira Energia S.A. ("MESA") (1)	-	9.500	-	9.500
Fundo de Investimento em Participações Melbourne Multiestratégia ("FIP Melbourne") (1)	-	7.760	-	7.760
Controladas em conjunto				
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Hidrelétrica Cachoeirão")	46.816	47.096	46.816	47.096
Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia")	221.725	182.579	221.725	182.579
Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Hidrelétrica Pipoca")	47.529	46.744	47.529	46.744
Paracambi Energética S.A. ("Paracambi")	40.475	60.438	40.475	60.438
Baguari Energia S.A. ("Baguari Energia") (2)	-	160.324	-	160.324
Aliança Norte Participações S.A. ("Aliança Norte")	536.268	575.745	536.268	575.745
Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia")	818.929	885.529	818.929	885.529
Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança Geração")	1.171.595	1.193.841	1.171.595	1.193.841
Retiro Baixo Energética S.A. ("Retiro Baixo") (2)	-	185.495	-	185.495
Controladas				
Cemig Baguari Energia S.A.	-	-	46	67
Cemig Geração Três Marias S.A. (3)	-	-	-	1.727.594
Cemig Geração Salto Grande S.A. (3)	-	-	-	562.308
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	-	227.624	231.057
Cemig Geração Camargos S.A.	-	-	168.245	182.960
Cemig Geração Sul S.A.	-	-	254.651	251.765
Cemig Geração Leste S.A.	-	-	158.321	167.959
Cemig Geração Oeste S.A.	-	-	144.685	125.521
Rosal Energia S.A.	-	-	112.383	123.305
Sá Carvalho S.A.	-	-	92.482	138.259
Horizontes Energia S.A.	-	-	32.104	60.535
Cemig PCH S.A.	-	-	50.792	98.917
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	-	-	167.968	171.954
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	-	-	29.118	11.004
Cemig Trading S.A.	-	-	8.676	5.639
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	-	-	131.862	203.107
Central Eólica Volta do Rio S.A.	-	-	261.473	308.603
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	113.186	120.173
UFV Três Marias (4)	-	-	46.464	-
Total do investimento	2.883.337	3.355.051	4.883.417	7.845.778

- (1) Em 20 de março de 2023, a Companhia concluiu a alienação de sua participação societária, direta e indireta, no capital social da MESA para Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"). Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (2) A Companhia concluiu a alienação de sua participação societária no capital social das empresas Baguari Energia e Retiro Baixo para Furnas, em 6 de outubro e 22 de novembro de 2023, respectivamente. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (3) Estas subsidiárias foram incorporadas pela Cemig GT em 31 de maio de 2023, pelo valor patrimonial contábil. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (4) No primeiro semestre de 2023, a Companhia efetuou aporte no montante de R\$39.216 nessa investida a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, sendo R\$32.397 em dinheiro para implantação do Complexo de Usinas Fotovoltaicas Flutuantes de Geração Distribuída Três Marias GD 78 MWp ("UFV Trés Marias GD") e R\$6.819 em ativos imobilizados com o objetivo de viabilizar a operação da usina fotovoltaica UFV Trés Marias com potência instalada de 1,5MW. No quarto trimestre de 2023, a Companhia efetuou o aporte no montante de R\$6.429, para implantação das UFV GD Arapuá, UFV GD Sol Central e UFV Rio Manso.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia concluiu que não houve indicativos de possível desvalorização de seus investimentos, em conformidade ao previsto no CPC 01/ IAS 36.

Adicionalmente, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional de seus investimentos relevantes, tendo levado em consideração, substancialmente, a garantia de receitas das transmissoras, a proteção contra redução por força maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais tomadas pelo Governo Federal e Aneel, concluindo assim pela segurança de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas.

a) Movimentação do direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto, foi identificado, basicamente, parcela excedente do ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Esse ativo está apresentado em conjunto com o custo histórico dos investimentos e sua amortização ocorrerá no período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos às controladas Parajuru e Volta do Rio, nos montantes de R\$40.009 (R\$44.625 em 31 de dezembro de 2022) e R\$53.652 (R\$60.430 em 31 de dezembro de 2022), respectivamente, são considerados no balanço individual da controladora como investimentos e são classificados no balanço consolidado da Companhia na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão. Para mais informações, ver nota explicativa nº 16.

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Amortização	Saldo em 31/12/2022	Amortização	Outros (1)	Saldo em 31/12/2023
Retiro Baixo (1)	27.796	(1.389)	26.407	(463)	(25.944)	-
Aliança Geração	301.605	(25.309)	276.296	(25.310)	-	250.986
Aliança Norte	46.660	(1.972)	44.688	(1.971)	-	42.717
	376.061	(28.670)	347.391	(27.744)	(25.944)	293.703

(1) A Companhia concluiu a alienação de sua participação societária no capital social dessa empresa para Furnas, em 22 de novembro de 2023. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Amortização	Saldo em 31/12/2022	Amortização	Outros (1)	Saldo em 31/12/2023
Retiro Baixo (1)	27.796	(1.389)	26.407	(463)	(25.944)	-
Parajuru	49.241	(4.616)	44.625	(4.616)	-	40.009
Volta do Rio	67.205	(6.775)	60.430	(6.778)	-	53.652
Aliança Geração	301.605	(25.309)	276.296	(25.310)	-	250.986
Aliança Norte	46.660	(1.972)	44.688	(1.971)	-	42.717
	492.507	(40.061)	452.446	(39.138)	(25.944)	387.364

(1) A Companhia concluiu a alienação de sua participação societária no capital social dessa empresa para Furnas, em 22 de novembro de 2023. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

b) Movimentação dos investimentos em empresas coligadas, controladas e controladas em conjunto:

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros	Saldo em 31/12/2023
Hidrelétrica Cachoeirão	47.096	11.322	-	(11.602)	-	46.816
Guanhães Energia	182.579	39.146	-	-	-	221.725
Hidrelétrica Pipoca	46.744	15.975	-	(15.190)	-	47.529
MESA (usina Santo Antônio) (1)	9.500	(9.500)	-	-	-	-
FIP Melbourne (usina Santo Antônio) (1)	7.760	22.326	-	-	(30.086)	-
Baguari Energia (2)	160.324	11.133	-	(11.579)	(159.878)	-
Paracambi (3)	60.438	16.761	-	(25.913)	(10.811)	40.475
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	885.529	(66.808)	208	-	-	818.929
Aliança Norte (usina Belo Monte)	575.745	(39.810)	333	-	-	536.268
Aliança Geração	1.193.841	135.757	-	(158.003)	-	1.171.595
Retiro Baixo (2)	185.495	5.052	-	-	(190.547)	-
Total do investimento	3.355.051	141.354	541	(222.287)	(391.322)	2.883.337

- (1) Em 20 de março de 2023, a Companhia concluiu a alienação de sua participação societária, direta e indireta, no capital social da MESA para Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"). Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (2) A Companhia concluiu a alienação de sua participação societária no capital social das empresas Baguari Energia e Retiro Baixo para Furnas, em 6 de outubro e 22 de novembro de 2023, respectivamente. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (3) Redução do Capital Social dessa investida, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 19 de setembro de 2023, nos termos da Lei 6.404/1976.

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros	Saldo em 31/12/2022
Hidrelétrica Cachoeirão	59.014	15.470	-	(27.388)	-	47.096
Guanhães Energia	125.172	57.407	-	-	-	182.579
Hidrelétrica Pipoca	46.722	16.360	-	(16.338)	-	46.744
MESA (usina Santo Antônio)	-	9.500	-	-	-	9.500
FIP Melbourne (usina Santo Antônio) (1)	-	168.403	-	-	(160.643)	7.760
Baguari Energia	168.429	21.413	-	(29.518)	-	160.324
Paracambi (antiga Lightger) (4)	47.787	19.291	-	(6.640)	-	60.438
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	932.600	(47.178)	107	-	-	885.529
Aliança Norte (usina Belo Monte)	609.154	(33.793)	384	-	-	575.745
Aliança Geração (3)	1.140.930	104.054	-	(47.875)	(3.268)	1.193.841
Retiro Baixo	200.385	23.313	-	(38.203)	-	185.495
Itaocara (5)	-	(3.016)	10.428	-	(7.412)	-
Total do investimento	3.330.193	351.224	10.919	(165.962)	(171.323)	3.355.051
Itaocara – Passivo a descoberto (5)	(20.767)	6.473	14.294	-	-	-
MESA - Provisão para perdas (2)	(161.648)	161.648	-	-	-	-
Total	3.147.778	519.345	25.213	(165.962)	(171.323)	3.355.051

- (1) Em 12 de setembro de 2022, a AGPar efetuou o pagamento associado ao Acordo decorrente da Sentença Arbitral CCBC-86/2016 ao Fundo Melbourne. A partir disso, a Companhia reconheceu um recebível no montante de R\$160.643 em contrapartida ao resultado. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (2) Em junho de 2022, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (3) Refere-se a gastos com a implantação de projetos anteriormente executados.
- (4) Em 8 de novembro de 2022, foi aprovada, por meio de AGE da investida, a reforma do estatuto social que alterou o seu nome empresarial para "Paracambi Energética S.A.".
- (5) A controlada em conjunto Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. apresentou, até o terceiro trimestre de 2022, patrimônio líquido negativo e assim, após reduzir a zero o saldo contábil de sua participação, a Companhia reconheceu uma perda na extensão de suas obrigações contratuais assumidas junto à investida e os outros acionistas, que, em 30 de setembro de 2022, alcançou o montante de R\$14.280 (R\$20.767 em 31 de dezembro de 2021). No 4º trimestre de 2022, a Companhia realizou um aporte nessa investida no montante de R\$24.722, correspondente à parcela de 49% da penalidade aplicada pela Aneel, relacionada à quitação de garantia de fiel cumprimento, em decorrência da não implantação da UHE Itaocara I. Com isso, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Adicionalmente, a Aneel recomendou ao MME a extinção, a pedido, da concessão da UHE Itaocara por meio da rescisão do Contrato de Concessão nº 001/2015. Diante da não recuperabilidade do investimento, a Companhia reconheceu uma perda por redução ao valor recuperável de seu investimento em conformidade ao CPC 01/IAS 36. A perda está apresentada na Demonstração dos Resultados na rubrica de Outras despesas operacionais.

Controladora	Saldo em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros	Saldo em 31/12/2023
Hidrelétrica Cachoeirão	47.096	11.322	-	(11.602)	-	46.816
Guanhães Energia	182.579	39.146	-	-	-	221.725
Hidrelétrica Pipoca	46.744	15.975	-	(15.190)	-	47.529
MESA (usina de Santo Antônio) (1)	9.500	(9.500)	-	-	-	-
FIP Melbourne (usina Santo Antônio) (1)	7.760	22.326	-	-	(30.086)	-
Baguari Energia (2)	160.324	11.133	-	(11.579)	(159.878)	-
Central Eólica Praias Parajuru (5)	203.107	30.761	-	(51.171)	(50.835)	131.862
Central Eólica Volta do Rio (5)	308.603	30.710	-	(9.341)	(68.499)	261.473
Paracambi (6)	60.438	16.761	-	(25.913)	(10.811)	40.475
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	885.529	(66.808)	208	-	-	818.929
Aliança Norte (usina Belo Monte)	575.745	(39.810)	333	-	-	536.268
Aliança Geração	1.193.841	135.757	-	(158.003)	-	1.171.595
Retiro Baixo (2)	185.495	5.052	-	-	(190.547)	-
Cemig Baguari Energia S.A.	67	(21)	-	-	-	46
Cemig Geração Três Marias S.A. (3)	1.727.594	113.348	-	(54.593)	(1.786.349)	-
Cemig Geração Salto Grande S.A. (3)	562.308	35.192	-	(34.897)	(562.603)	-
Cemig Geração Itutinga S.A.	231.057	42.994	-	(46.427)	-	227.624
Cemig Geração Camargos S.A.	182.960	43.225	-	(57.940)	-	168.245
Cemig Geração Sul S.A.	251.765	40.234	-	(37.348)	-	254.651
Cemig Geração Leste S.A.	167.959	41.363	-	(51.001)	-	158.321
Cemig Geração Oeste S.A.	125.521	19.164	-	-	-	144.685
Rosal Energia S.A.	123.305	27.839	-	(38.761)	-	112.383
Sá Carvalho S.A.	138.259	65.880	-	(111.657)	-	92.482
Horizontes Energia S.A. (6)	60.535	14.254	-	(13.426)	(29.259)	32.104
Cemig PCH S.A. (6)	98.917	14.973	-	(23.146)	(39.952)	50.792
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	171.954	27.129	-	(31.115)	-	167.968
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	11.004	19.741	-	(1.627)	-	29.118
Cemig Trading S.A.	5.639	5.017	-	(1.980)	-	8.676
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	120.173	9.709	-	(16.696)	-	113.186
UFV Três Marias (4)	-	819	45.645	-	-	46.464
	7.845.778	723.685	46.186	(803.413)	(2.928.819)	4.883.417

- (1) Em 20 de março de 2023, a Companhia concluiu a alienação de sua participação societária, direta e indireta, no capital social da MESA para Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"). Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (2) A Companhia concluiu a alienação de sua participação societária no capital social das empresas Baguari Energia e Retiro Baixo para Furnas, em 6 de outubro e 22 de novembro de 2023, respectivamente. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (3) Estas subsidiárias foram incorporadas pela Cemig GT em 31 de maio de 2023, pelo valor patrimonial contábil. Mais detalhes na nota nº 13.
- (4) No primeiro semestre de 2023, a Companhia efetuou aporte no montante de R\$39.216 nessa investida a título de Adiantamento para o Futuro Aumento de Capital, sendo R\$32.397 em dinheiro para implantação do Complexo de Usinas Fotovoltaicas Flutuantes de Geração Distribuída Três Marias GD 78 MWp ("UFVF Três Marias GD") e R\$6.819 em ativos imobilizados com o objetivo de viabilizar a operação da usina fotovoltaica UFV Três Marias com potência instalada de 1,5MW. No quarto trimestre de 2023, a Companhia efetuou o aporte no montante de R\$6.429, para implantação das UFV GD Arapuá, UFV GD Sol Central e UFV Rio Manso.
- (5) Redução do Capital Social dessas investidas, aprovada nas Assembleias Gerais Extraordinárias (AGEs) realizadas em 1 de junho de 2023, nos termos da Lei 6.404/1976.
- (6) Redução do Capital Social dessas investidas, aprovada nas AGEs realizadas em 06 de junho de 2023, nos termos da Lei 6.404/1976.
- (7) Redução do Capital Social dessa investida, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 19 de setembro de 2023, nos termos da Lei 6.404/1976.

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros	Saldo em 31/12/2022
Hidrelétrica Cachoeirão	59.013	15.470	-	(27.387)	-	47.096
Guanhães Energia	125.172	57.407	-	-	-	182.579
Hidrelétrica Pipoca	46.722	16.360	-	(16.338)	-	46.744
MESA (usina de Santo Antônio)	-	9.500	-	-	-	9.500
FIP Melbourne (usina Santo Antônio) (1)	-	168.403	-	-	(160.643)	7.760
Baguari Energia	168.429	21.413	-	(29.518)	-	160.324
Central Eólica Praias Parajuru	177.707	30.354	-	(4.954)	-	203.107
Central Eólica Volta do Rio	273.988	34.615	-	-	-	308.603
Paracambi (antiga Lightger) (6)	47.787	19.291	-	(6.640)	-	60.438
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	932.600	(47.178)	107	-	-	885.529
Aliança Norte (usina Belo Monte)	609.154	(33.793)	384	-	-	575.745
Aliança Geração (2) (5)	1.140.930	104.054	-	(47.875)	(3.268)	1.193.841
Retiro Baixo	200.385	23.313	-	(38.203)	-	185.495
Itaocara (7)	-	(3.016)	10.428	-	(7.412)	-
Cemig Baguari Energia S.A.	88	(21)	-	-	-	67
Cemig Geração Três Marias S.A.	1.652.343	289.770	-	(214.519)	-	1.727.594
Cemig Geração Salto Grande S.A.	526.776	95.467	-	(59.935)	-	562.308
Cemig Geração Itutinga S.A.	211.956	45.101	-	(26.000)	-	231.057
Cemig Geração Camargos S.A.	165.369	44.591	-	(27.000)	-	182.960
Cemig Geração Sul S.A.	214.845	40.920	-	(4.000)	-	251.765
Cemig Geração Leste S.A.	147.702	39.588	-	(19.331)	-	167.959
Cemig Geração Oeste S.A.	105.990	19.531	-	-	-	125.521
Rosal Energia S.A.	114.751	23.805	-	(15.251)	-	123.305
Sá Carvalho S.A.	134.209	61.505	-	(57.455)	-	138.259
Horizontes Energia S.A.	59.575	13.426	-	(12.466)	-	60.535
Cemig PCH S.A.	90.117	22.030	-	(13.230)	-	98.917
Cemig Geração Poço Fundo S.A. (3)	144.129	10.465	20.000	(2.640)	-	171.954
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	7.734	3.270	-	-	-	11.004
Cemig Trading S.A.	2.158	3.960	-	(479)	-	5.639
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	122.079	18.450	-	(20.356)	-	120.173
Total do Investimento	7.481.708	1.148.051	30.919	(643.577)	(171.323)	7.845.778
Itaocara – Passivo a descoberto (7)	(20.767)	6.473	14.294	-	-	-
MESA - Provisão para perdas (4)	(161.648)	161.648	-	-	-	-
Total	7.299.293	1.316.172	45.213	(643.577)	(171.323)	7.845.778

- Em 12 de setembro de 2022, a AGPar efetuou o pagamento associado ao Acordo decorrente da Sentença Arbitral CCBC-86/2016 ao Fundo Melbourne. A partir disso, a Companhia reconheceu um recebível no montante de R\$160.643 em contrapartida ao resultado. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- Em 24 de março de 2022 foi aprovada, pelo Conselho de Administração da investida, a reversão de uma parcela do montante de Dividendos a pagar para a Reserva de retenção de lucros, cuja realização está atrelada a condicionantes financeiras.
- No segundo trimestre de 2022, a Companhia aportou nesta investida, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, o montante de R\$20.000.
- Em junho de 2022, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- Refere-se a gastos com a implantação de projetos anteriormente executados.
- Em 8 de novembro de 2022, foi aprovada, por meio de AGE da investida, a reforma do estatuto social que alterou o seu nome empresarial para "Paracambi Energética S.A.".
- A controlada em conjunto Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. apresentou, até o terceiro trimestre de 2022, patrimônio líquido negativo e assim, após reduzir a zero o saldo contábil de sua participação, a Companhia reconheceu uma perda na extensão de suas obrigações contratuais assumidas junto à investida e os outros acionistas, que, em 30 de setembro de 2022, alcançou o montante de R\$14.280 (R\$20.767 em 31 de dezembro de 2021). No 4º trimestre de 2022, a Companhia realizou um aporte nessa investida no montante de R\$24.722, correspondente à parcela de 49% da penalidade aplicada pela Aneel, relacionada à quitação de garantia de fiel cumprimento, em decorrência da não implantação da UHE Itaocara I. Com isso, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Adicionalmente, a Aneel recomendou ao MME a extinção, a pedido, da concessão da UHE Itaocara por meio da rescisão do Contrato de Concessão nº 001/2015. Diante da não recuperabilidade do investimento, a Companhia reconheceu uma perda por redução ao valor recuperável de seu investimento em conformidade ao CPC 01/IAS 36. A perda está apresentada na Demonstração dos Resultados na rubrica de Outras despesas operacionais.

A movimentação dos dividendos a receber está demonstrada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	140.250	232.098	259.106	280.204
Propostas de dividendos feitas pelas investidas	222.287	165.962	803.413	643.577
Recebimentos	(362.537)	(257.810)	(922.708)	(664.675)
Incorporação	-	-	(126.006)	-
Saldo final	-	140.250	13.805	259.106

c) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de ações	Em 31 de dezembro de 2023			Em 31 de dezembro de 2022		
		Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido
Controladas em conjunto							
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	95.542	49,00	35.000	96.114
Guanhães Energia	548.626.000	49,00	548.626	452.500	49,00	548.626	372.610
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	96.998	49,00	41.360	95.395
Paracambi	79.078.937	49,00	57.166	82.603	49,00	79.232	123.342
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	41.949.320.044	49,00	1.210.429	1.007.247	49,00	1.209.750	1.083.789
Amazônia Energia (Usina Belo Monte) (1)	1.323.320.723	74,50	1.323.321	1.099.233	74,50	1.323.042	1.188.630
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	2.045.797	45,00	1.291.488	2.038.988
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	156.259.500	49,00	206.712	15.126	49,00	206.712	15.126
Controladas							
Cemig Baguari Energia S.A.	406.000	100,00	406	46	100,00	406	67
Cemig Geração Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	227.624	100,00	151.309	231.057
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	168.245	100,00	113.499	182.960
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	254.651	100,00	148.147	251.765
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	158.321	100,00	100.569	167.959
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	144.685	100,00	60.595	125.521
Rosal Energia S.A.	46.944.467	100,00	46.944	112.383	100,00	46.944	123.305
Sá Carvalho S.A.	361.200.000	100,00	36.833	92.482	100,00	36.833	138.259
Horizontes Energia S.A.	10.000.000	100,00	10.000	32.104	100,00	39.258	60.535
Cemig PCH S.A.	6.000.000	100,00	6.000	50.792	100,00	45.952	98.917
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	139.084.745	100,00	139.085	167.968	100,00	139.185	171.954
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	29.118	100,00	486	11.004
Cemig Trading S.A.	1.000.000	100,00	1.000	8.676	100,00	1.000	5.639
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	35.000.000	100,00	35.000	91.853	100,00	85.835	158.482
Central Eólica Volta do Rio S.A.	180.000.000	100,00	180.000	207.821	100,00	274.867	248.173
Companhia de Transmissão	28.000.000	100,00	28.000	113.186	100,00	28.000	120.173
Centroeste de Minas							
UFV Três Marias	6.887.499	100,00	6.819	46.464	100,00	-	-

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas.

Os saldos principais das controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são como segue:

2023	Hidrelétrica Cachoeirão	Guanhães Energia	Hidrelétrica Pipoca	Paracambi
Ativo				
Circulante	11.272	1.533.563	10.778	23.738
Caixa e equivalentes de caixa	7.223	112.337	5.740	17.387
Não circulante	86.025	4.735.005	95.345	99.536
Total do ativo	97.297	6.268.568	106.123	123.274
Passivo				
Circulante	6.877	143.055	8.328	10.750
Empréstimos e financiamentos	-	68.694	6.616	8.680
Não circulante	655	1.150.428	804	29.922
Empréstimos e financiamentos	-	940.690	549	29.922
Patrimônio líquido	89.765	4.975.085	96.991	82.602
Total do passivo e patrimônio líquido	97.297	6.268.568	106.123	123.274
Demonstração do resultado				
Receita líquida de vendas	37.616	59.983	45.624	59.523
Custos operacionais	(15.107)	(38.697)	(11.205)	(16.403)
Depreciação e amortização	(3.734)	(20.967)	(4.096)	(11.787)
Lucro bruto	22.509	21.286	34.419	43.120
Despesas gerais e administrativas	-	-	(1.318)	(2.136)
Receitas financeiras	2.690	14.789	3.065	6.508
Despesas financeiras	(5)	(9.804)	(941)	(3.773)
Resultado operacional	25.194	26.271	35.225	43.719
Imposto de renda e contribuição social	(2.088)	(6.712)	(2.620)	(4.180)
Resultado líquido do exercício	23.106	19.559	32.605	39.539
Resultado abrangente do exercício				
Resultado líquido do exercício	23.106	19.559	32.605	39.539
Resultado abrangente do exercício	23.106	19.559	32.605	39.539

2023	Amazônia Energia	Aliança Geração	Aliança Norte	Itaocara
Ativo				
Circulante	159	583.013	391	3.243
Caixa e equivalentes de caixa	159	347.544	381	3.107
Não circulante	1.107.657	3.700.253	1.015.013	11.874
Total do ativo	1.107.816	4.283.266	1.015.404	15.117
Passivo				
Circulante	7.897	828.616	41	249
Empréstimos e financiamentos	-	179.920	-	-
Não circulante	458	1.766.780	8.116	-
Empréstimos e financiamentos	-	992.959	-	-
Patrimônio líquido	1.099.461	1.687.870	1.007.247	14.868
Total do passivo e patrimônio líquido	1.107.816	4.283.266	1.015.404	15.117
Demonstração do resultado				
Receita líquida de vendas	-	1.148.967	-	-
Custos operacionais	(200)	(472.227)	-	(647)
Depreciação e amortização	-	(130.761)	-	-
Lucro bruto	(200)	676.740	-	(647)
Despesas gerais e administrativas	-	(51.091)	(77.257)	-
Receitas financeiras	-	50.288	60	389
Despesas financeiras	(7)	(171.026)	(24)	-
Resultado operacional	(207)	504.911	(77.221)	(258)
Resultado de equivalência patrimonial	(82.898)	23.357	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	(170.341)	-	-
Resultado líquido do exercício	(83.105)	357.927	(77.221)	(258)
Resultado abrangente do exercício	(83.105)	357.927	(77.221)	(258)
Resultado líquido do exercício	(83.105)	357.927	(77.221)	(258)
Resultado abrangente do exercício	(83.105)	357.927	(77.221)	(258)

2022	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca	Paracambi
Ativo						
Circulante	15.485	83.027	132.307	1.818.829	19.753	62.992
Caixa e equivalentes de caixa	10.932	10.471	3.118	923.599	14.406	59.516
Não circulante	90.105	205.105	375.482	20.953.217	98.614	109.681
Total do ativo	105.590	288.132	507.789	22.772.046	118.367	172.673
Passivo						
Circulante	8.821	24.970	38.127	2.570.839	15.782	11.242
Empréstimos e financiamentos	-	-	11.782	655.361	6.613	8.623
Não circulante	655	24.326	97.052	19.971.866	7.190	38.089
Empréstimos e financiamentos	-	-	79.587	13.546.024	7.070	38.089
Patrimônio líquido	96.114	238.836	372.610	229.341	95.395	123.342
Total do passivo e patrimônio líquido	105.590	288.132	507.789	22.772.046	118.367	172.673
Demonstração do resultado						
Receita líquida de vendas	42.556	81.279	56.864	4.137.130	44.807	62.385
Custos operacionais	(12.134)	(28.504)	(45.247)	(3.451.054)	(9.424)	(17.258)
Depreciação e amortização	(3.485)	(10.487)	(16.012)	-	(4.350)	(11.783)
Lucro bruto	30.422	52.775	11.617	686.076	35.383	45.127
Despesas gerais e administrativas	-	(122)	-	(149.579)	(1.184)	(2.096)
Receitas financeiras	3.901	9.495	89.794	361.215	3.069	5.856
Despesas financeiras	(27)	(3.640)	(10.633)	(3.520.551)	(1.463)	(4.324)
Resultado operacional	34.296	58.508	90.778	(2.622.839)	35.805	44.563
Imposto de renda e contribuição social	(2.725)	(19.869)	(32.062)	(222.408)	(2.451)	(3.984)
Resultado líquido do exercício	31.571	38.639	58.716	(2.845.247)	33.354	40.579
Resultado abrangente do exercício						
Resultado líquido do exercício	31.571	38.639	58.716	(2.845.247)	33.354	40.579
Resultado abrangente do exercício	31.571	38.639	58.716	(2.845.247)	33.354	40.579

2022	Amazônia Energia	Retiro Baixo	Aliança Geração	Aliança Norte	Itaocara
Ativo					
Circulante	146	63.163	871.025	264	3.695
Caixa e equivalentes de caixa	146	49.213	448.561	261	3.584
Não circulante	1.190.554	337.170	3.320.769	1.091.377	11.709
Total do ativo	1.190.700	400.333	4.191.794	1.091.641	15.404
Passivo					
Circulante	1.581	36.957	664.162	39	278
Empréstimos e financiamentos	-	13.812	134.435	-	-
Não circulante	489	44.561	1.488.644	7.813	-
Empréstimos e financiamentos	-	27.601	710.257	-	-
Patrimônio líquido	1.188.630	318.815	2.038.988	1.083.789	15.126
Total do passivo e patrimônio líquido	1.190.700	400.333	4.191.794	1.091.641	15.404
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	-	77.283	1.109.022	-	-
Custos operacionais	(77)	(3.512)	(608.497)	-	(253)
Depreciação e amortização	-	(8.898)	(124.004)	-	-
Lucro bruto	(77)	73.771	500.525	-	(253)
Despesas gerais e administrativas	-	(3.645)	(42.854)	(64.959)	-
Receitas financeiras	-	9.781	61.101	20	431
Despesas financeiras	(2)	(4.844)	(109.271)	(3)	(6.676)
Resultado operacional	(79)	75.063	409.501	(64.942)	(6.498)
Resultado de equivalência patrimonial	(63.246)	-	10.986	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	(25.559)	(139.078)	-	-
Resultado líquido do exercício	(63.325)	49.504	281.409	(64.942)	(6.498)
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	(63.325)	49.504	281.409	(64.942)	(6.498)
Resultado abrangente do exercício	(63.325)	49.504	281.409	(64.942)	(6.498)

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Companhia na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

Em 31 de dezembro de 2023, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R\$578.277 (R\$494.493 em 31 de dezembro de 2022). De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de dezembro de 2023 é de R\$2.859 milhões (R\$2.972 milhões em 31 de dezembro de 2022). O potencial impacto para a Companhia está limitado ao seu investimento da NESA.

d) Incorporação das subsidiárias integrais Cemig Geração Três Marias S.A. e Cemig Geração Salto Grande S.A.

Em 24 de janeiro de 2023, a Aneel deliberou pela aprovação da transferência das concessões das Usinas Hidrelétricas Três Marias e Salto Grande para a Cemig GT. Em 31 de maio de 2023, a incorporação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia, pelo valor patrimonial contábil, com a consequente extinção das investidas a partir desta data e sucessão, pela Cemig GT, em todos os seus bens, direitos e obrigações, nos termos do Art. 277 da Lei 6.404/1976.

Por se tratar de incorporação de subsidiárias integrais, não houve aumento de capital ou a necessidade de emissão de novas ações da Companhia.

O quadro a seguir apresenta os saldos contábeis das incorporadas:

	31/05/2023
ATIVO CIRCULANTE	405.630
Caixa e equivalentes de caixa	138.723
Ativo financeiro da concessão	226.049
Outros ativos	40.858
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.216.484
Ativo financeiro da concessão	2.026.292
Imobilizado	31.192
Intangível	146.628
Outros ativos	12.372
PASSIVO CIRCULANTE	209.965
Imposto de renda e contribuição social	64.562
Outros passivos	145.403

	31/05/2023
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	63.197
Imposto de renda e contribuição social diferidos	44.178
Outros passivos	19.019
TOTAL DO ACERVO LÍQUIDO	2.348.952

A incorporação gera otimização da estrutura societária da Companhia, tendo como consequência redução de custos e geração de eficiência administrativa e financeira.

e) Alienações de participações societárias

MESA

Em 20 de março de 2023, a Companhia concluiu a alienação para Furnas Centrais Elétricas S.A da totalidade de sua participação societária em MESA, direta e indireta, equivalente a 7,53% do Capital Social desta investida, que é controladora da empresa Santo Antônio Energia S.A., pelo valor de R\$55.390.

Com a conclusão da alienação, Furnas se comprometeu a assumir as garantias apresentadas pela Cemig e Cemig GT junto ao BNDES e demais credores, no âmbito dos instrumentos de financiamento da SAE, bem como manter a Cemig e a Cemig GT indenados de qualquer obrigação referente a tais garantias, até que ocorra a efetiva assunção de tais obrigações por Furnas.

Como resultado da alienação, em março de 2023, foi reconhecido um ganho de capital, apurado da seguinte forma:

Controladora e consolidado	
Participação direta:	4,1422%
Participação indireta:	3,3837%
Preço da alienação:	736.000
Participação direta (1):	30.487
Participação indireta (1):	24.904
	55.391
Custo do investimento (2):	-

(1) Os efeitos da alienação estão apresentados no resultado do segmento operacional de participações, na nota explicativa nº 5.

(2) Considerou-se para cálculo o saldo do investimento em 28 de fevereiro de 2023, que representa o último balancete levantado em investida antes da venda, utilizado para escrituração do método da equivalência patrimonial. O saldo do investimento é zero, de maneira que sua baixa não gerou efeitos no resultado, para fins de apuração do ganho de capital da alienação.

O ganho de capital referente à participação direta foi reconhecido no resultado do período em contrapartida à rubrica de caixa e equivalentes de caixa. O valor dos tributos incidentes sobre esse montante corresponde a R\$10.365, que representa 34% (25% de IRPJ e 9% de CSLL).

O ganho de capital referente à participação indireta foi reconhecido a crédito da conta de equivalência patrimonial, haja vista sua origem na realização da participação detida pelo Fundo Melbourne na SAAG. Devido à venda da participação societária pelo fundo de investimento, que subsiste apenas por questões operacionais necessárias à sua liquidação, o saldo a receber dos fundos foi reconhecido no balanço patrimonial, como instrumento financeiro no grupo “outros ativos”, considerando a iminência do seu recebimento.

A presente alienação se insere no contexto de execução do Programa de Desinvestimento da Cemig para, assim, redirecionar os esforços de gestão e a alocação de capital para o Estado de Minas Gerais.

Acordo FIP Melbourne x AGPar – Sentença arbitral CCBC – 86/2016

O CCVA que disciplinou a operação de aquisição das ações da SAAG pela Companhia prevê indenização ao FIP Melbourne pela AGPar em caso de sobrecusto na MESA em função de fato gerador anterior à assinatura do referido contrato. Após a conclusão da transação, em 2014, e até o ano de 2016, houve dispêndios extraordinários, que oneraram o FIP Melbourne e que se enquadravam, na interpretação do FIP, na cobertura prevista no CCVA. Diante da divergência de entendimento sobre a questão com a AGPar, o FIP Melbourne requereu procedimento arbitral junto à Câmara de Comércio Brasil Canadá.

Em janeiro de 2021, foi proferida sentença arbitral final, em favor do FIP Melbourne, sendo que em agosto de 2022 foi celebrado o acordo entre as partes para encerramento do litígio, com o estabelecimento de valor de compensação atualizado de R\$200 milhões, liquidados em 12 de setembro de 2022.

Considerando a participação da Cemig GT no FIP Melbourne, a Companhia possuía, em 30 de setembro de 2023, um recebível registrado no montante de R\$255.918, no balanço patrimonial no grupo de “Outros ativos”. Em 23 de outubro de 2023, a Cemig GT recebeu o montante atualizado de R\$257.273.

Retiro Baixo e Baguari Energia

Operação 1

Em 14 de abril de 2023, foram celebrados os Contratos de Compra e Venda de Ações (CCVA) para a alienação da totalidade da participação detida pela Companhia nas controladas em conjunto Retiro Baixo e Baguari Energia para Furnas Centrais Elétricas, conforme segue:

- (i) Por R\$200,4 milhões, a participação de 49,9% detida pela Companhia no Capital Social total de Retiro Baixo, que explora a Usina Hidrelétrica Retiro Baixo, situada em Minas Gerais, com potência instalada de 81,1 MW e 34,8 MW de garantia física;
- (ii) Por R\$393 milhões, a participação indireta de 34% detida pela Companhia no Consórcio UHE Baguari, que explora a Usina Hidrelétrica Baguari, situada em Minas Gerais, com potência instalada de 140 MW e 81,9 MW de garantia física, representando 69,39% do Capital Social total de Baguari Energia.

Em abril de 2023, os ativos foram classificados como mantidos para venda, pelo valor contábil, nos termos do item 15 do CPC 31/ IFRS 5 e, assim, sem efeitos no resultado, conforme segue:

Ativos classificados como mantidos para venda	Valor contábil em 30/04/2023 - R\$ mil	Valor justo líquido das despesas de venda - R\$ mil
Baguari Energia	159.878	392.475
Retiro Baixo	190.547	199.772
Total	350.425	592.247

Concluiu-se que os ativos classificados como mantidos para venda não se enquadram no conceito de operações descontinuadas, nos termos do item 32 do CPC 31/ IFRS 5, uma vez que não representam uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações, tampouco constituem uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

■ Conclusão da alienação de Baguari Energia

Em 6 de outubro de 2023, a Companhia concluiu a alienação para Furnas Centrais Elétricas da totalidade de sua participação societária de 69,39% do capital social da Baguari Energia, o que representa uma participação indireta de 34% da Companhia no Consórcio Baguari.

O valor da operação foi de R\$432,8 milhões, composto pelo montante acordado no CCVA de R\$393 milhões acrescido da atualização de 100% do CDI, desde 31 de dezembro de 2022. Desse total, foi deduzido o montante de R\$11,6 milhões referente ao dividendo recebido em 3 de outubro de 2023. Assim, o valor recebido na data de fechamento da transação foi de R\$421,2 milhões.

Como resultado da conclusão da transação, a Companhia reconheceu os seguintes efeitos contábeis, em outubro de 2023:

Participação detida pela Cemig GT	69,39%
Preço de venda total	421.222
Valor do ativo mantido pra venda em 30/09/2023	(159.878)
Ganho de capital societário (1) (a)	261.344
Ganho de capital tributário líquido das despesas com a venda (2)	248.457
IRPJ e CSLL (b)	(84.475)
Ganho de capital tributário, líquido de tributos (1)	163.982
Impacto líquido na Demonstração de Resultado (a + b)	176.869

(1) Os efeitos da alienação estão apresentados no resultado do segmento operacional de participações, na nota explicativa nº 5.

(2) As despesas com venda representaram o montante de R\$519 e referem-se a serviços de *due diligence* contábil, fiscal, legal e assessoria jurídica.

■ Conclusão da alienação de Retiro Baixo

Em 22 de novembro de 2023, a alienação foi concluída pelo valor de R\$223,4 milhões, composto pelo montante acordado no CCVA de R\$190 milhões acrescido da atualização de 100% do CDI, desde 31 de dezembro de 2022. Desse total, foi deduzido o montante de R\$5,9 milhões referente ao dividendo recebido em 28 de junho de 2023. Assim, o valor recebido na data de fechamento da transação foi de R\$217,5 milhões.

Como resultado da conclusão da transação, a Companhia reconheceu os seguintes efeitos contábeis, em novembro de 2023:

Participação detida pela Cemig GT	49,9%
Preço de venda total	217.511
Valor do ativo mantido pra venda em 30/11/2023	(190.547)
Ganho de capital societário (1) (a)	26.964
Ganho de capital tributário líquido das despesas com a venda (2)	5.800
IRPJ e CSLL (b)	(1.947)
Ganho de capital tributário, líquido de tributos (1)	3.853
Impacto líquido da Demonstração de Resultado (a + b)	25.017

(1) Os efeitos da alienação estão apresentados no resultado do segmento operacional de participações, na nota explicativa nº 5.

(2) As despesas com venda representaram o montante de R\$432 e referem-se a serviços de *due diligence* contábil, fiscal, legal e assessoria jurídica.

Operação 2

Em 30 de maio de 2023, foi celebrado o CCVA para a aquisição da totalidade das ações da Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A., empresa controlada pela Neoenergia S.A., pelo montante de R\$453,9 milhões, formalizando o direito de preferência exercido pela Baguari Energia.

A Baguari Energia e Baguari I possuem 49% e 51% de participação no Consórcio UHE Baguari, respectivamente.

Com a conclusão da Operação 1, a Cemig GT não fará mais parte do capital social da Baguari Energia e, conseqüentemente, da participação do consórcio UHE Baguari. Assim, a obrigação pelo pagamento da compra de Baguari I pela Baguari Energia será integralmente de Furnas. A Operação 2, portanto, não trará impactos para a Cemig GT.

Redução de capital social na controlada em conjunto Guanhães Energia

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Guanhães Energia, realizada em 19 de setembro de 2023, a redução do capital social no montante de R\$235.309, dos quais, R\$137.488 serão destinados para absorção de prejuízos e R\$97.820 serão restituídos aos acionistas, não implicando em redução na quantidade de ações ordinárias nominativas emitidas. Assim, o capital social da controlada em conjunto passou de R\$548.626 para R\$313.317. A parcela da Cemig GT corresponde a R\$47.932, já tendo recebido, em janeiro de 2024, o montante de R\$46.476. Essa transação será refletida das demonstrações intermediárias referentes ao primeiro trimestre de 2024.

f) Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investigações

Existe um inquérito civil público sendo conduzido pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar eventuais irregularidades no investimento da Companhia na Guanhães Energia. Até a divulgação dessas demonstrações financeiras não houve movimentação no processo.

Política contábil

A Companhia detém investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de dirigir as atividades pertinentes da investida para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição, representado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

A diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos como: (i) mais valia, representada pela diferença entre o valor justo dos ativos líquidos da entidade adquirida e o valor do seu patrimônio líquido, e (ii) ágio (goodwill), quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos, representando a expectativa de geração futura de valor. Este é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

A mensuração subsequente desses investimentos é realizada com base no método de equivalência patrimonial. Posteriormente à essa mensuração, a Companhia avalia se há indicativos de possível desvalorização no valor recuperável de seus investimentos. As perdas, quando incorridas, são reconhecidas no resultado, diante de indicativo de que o valor recuperável do investimento é inferior ao seu valor contábil. O método da equivalência patrimonial deixa de ser aplicado a partir do momento em que o investimento perde as características de coligada, controlada ou controlada em conjunto, como, por exemplo, no caso de classificação como ativo não circulante mantido para venda.

As demonstrações financeiras das controladas em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia e suas controladas. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas àquelas aplicadas pela Companhia e suas controladas.

15. IMOBILIZADO

Consolidado	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo histórico	(-) Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	(-) Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço	7.407.814	(5.461.963)	1.945.851	7.393.963	(5.398.094)	1.995.869
Terrenos	247.353	(32.051)	215.302	246.946	(29.140)	217.806
Reservatórios, barragens e adutoras	3.322.524	(2.470.024)	852.500	3.302.646	(2.432.974)	869.672
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.094.497	(867.718)	226.779	1.092.172	(858.980)	233.192
Máquinas e equipamentos	2.711.526	(2.066.687)	644.839	2.724.327	(2.053.238)	671.089
Veículos	19.054	(14.541)	4.513	14.970	(13.050)	1.920
Móveis e utensílios	12.860	(10.942)	1.918	12.902	(10.712)	2.190
Em curso	1.089.805	-	1.089.805	360.830	-	360.830
Ativos em curso	1.089.805	-	1.089.805	360.830	-	360.830
Imobilizado líquido	8.497.619	(5.461.963)	3.035.656	7.754.793	(5.398.094)	2.356.699

Controladora	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo histórico	(-) Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	(-) Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço	6.116.253	(4.770.158)	1.346.095	6.194.255	(4.743.558)	1.450.697
Terrenos	242.848	(31.632)	211.216	242.323	(28.696)	213.627
Reservatórios, barragens e adutoras	2.962.659	(2.308.152)	654.507	3.019.053	(2.277.133)	741.920
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.004.445	(820.465)	183.980	1.002.659	(814.033)	188.626
Máquinas e equipamentos	1.874.848	(1.584.850)	289.998	1.902.809	(1.600.347)	302.462
Veículos	18.836	(14.323)	4.513	14.752	(12.832)	1.920
Móveis e utensílios	12.617	(10.736)	1.881	12.659	(10.517)	2.142
Em curso	859.845	-	859.845	106.218	-	106.218
Ativos em curso	859.845	-	859.845	106.218	-	106.218
Imobilizado líquido	6.976.098	(4.770.158)	2.205.940	6.300.473	(4.743.558)	1.556.915

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Adição (2)	Transferência (3)	Baixa	Mantido pra venda	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Em serviço	1.995.869	-	175.549	(921)	(56.469)	(168.177)	1.945.851
Terrenos (1)	217.806	-	1.647	(207)	(653)	(3.291)	215.302
Reservatórios, barragens e adutoras	869.672	-	83.844	(1)	(22.300)	(78.715)	852.500
Edificações, obras civis e benfeitorias	233.192	-	15.573	-	(4.662)	(17.324)	226.779
Máquinas e equipamentos	671.089	-	70.382	(713)	(28.854)	(67.065)	644.839
Veículos	1.920	-	4.084	-	-	(1.491)	4.513
Móveis e utensílios	2.190	-	19	-	-	(291)	1.918
Em curso	360.830	905.099	(175.549)	(290)	(285)	-	1.089.805
Imobilizado líquido	2.356.699	905.099	-	(1.211)	(56.754)	(168.177)	3.035.656

- Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
- Inclui investimentos realizados na implementação das usinas solares fotovoltaicas Boa Esperança e Jusante, nos montantes de R\$368.975 e R\$339.458, respectivamente.
- Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adição	Reversão de baixa (3)	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Em serviço	2.112.939	-	-	66.913	(12.006)	(171.977)	1.995.869
Terrenos (1)	220.701	-	-	423	-	(3.318)	217.806
Reservatórios, barragens e adutoras	943.822	-	-	7.050	-	(81.200)	869.672
Edificações, obras civis e benfeitorias	247.970	-	-	2.572	-	(17.350)	233.192
Máquinas e equipamentos (4)	696.593	-	-	55.808	(12.006)	(69.306)	671.089
Veículos	1.372	-	-	1.060	-	(512)	1.920
Móveis e utensílios	2.481	-	-	-	-	(291)	2.190
Em curso	304.586	121.657	1.500	(66.913)	-	-	360.830
Imobilizado líquido	2.417.525	121.657	1.500	-	(12.006)	(171.977)	2.356.699

- Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
- Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.
- Reversão de baixa de ativos vinculados a obras em andamento com expectativa de cancelamento parcial ou total, em função da saída da Companhia de consórcio anteriormente firmado.
- Inclui o montante de R\$8.612 referente à baixa de dois geradores da controlada Rosal, e R\$3.345 referentes à remensuração da provisão para desmantelamento das controladas Parajuru e Volta do Rio.

Controladora	Saldo em 31/12/2022	Adição (2)	Ativos oriundos de incorporação	Transferência (3)	Baixa	Mantido pra venda	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Em serviço	1.450.697	-	29.852	35.046	(7.030)	(44.940)	(117.530)	1.346.095
Terrenos (1)	213.627	-	-	1.647	(207)	(596)	(3.255)	211.216
Reservatórios, barragens e adutoras	741.920	-	867	729	-	(20.027)	(68.982)	654.507
Edificações, obras civis e benfeitorias	188.626	-	412	13.959	(842)	(3.754)	(14.421)	183.980
Máquinas e equipamentos	302.462	-	28.573	14.608	(5.981)	(20.563)	(29.101)	289.998
Veículos	1.920	-	-	4.084	-	-	(1.491)	4.513
Móveis e utensílios	2.142	-	-	19	-	-	(280)	1.881
Em curso	106.218	787.333	1.340	(35.046)	-	-	-	859.845
Imobilizado líquido	1.556.915	787.333	31.192	-	(7.030)	(44.940)	(117.530)	2.205.940

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
- (2) Inclui investimentos realizados na implementação das usinas solares fotovoltaicas Boa Esperança e Jusante, nos montantes de R\$368.975 e R\$339.458, respectivamente.
- (3) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Adição	Reversão de provisão (3)	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Em serviço	1.546.760	-	-	27.565	(60)	(123.568)	1.450.697
Terrenos (1)	216.482	-	-	423	-	(3.278)	213.627
Reservatórios, barragens e adutoras	808.764	-	-	6.217	-	(73.061)	741.920
Edificações, obras civis e benfeitorias	201.344	-	-	1.814	-	(14.532)	188.626
Máquinas e equipamentos	316.374	-	-	18.051	(60)	(31.903)	302.462
Veículos	1.372	-	-	1.060	-	(512)	1.920
Móveis e utensílios	2.424	-	-	-	-	(282)	2.142
Em curso	110.086	22.192	1.505	(27.565)	-	-	106.218
Imobilizado líquido	1.656.846	22.192	1.505	-	(60)	(123.568)	1.556.915

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
- (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.
- (3) Reversão de provisão anteriormente constituída para redução ao valor recuperável de ativos vinculados a obras em andamento com expectativa de cancelamento parcial ou total, em função da saída da Companhia de consórcio anteriormente firmado.

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 3,09%. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração e estão descritas a seguir:

Geração	(%)	Administração	(%)
Reservatório, barragem e adutora	2,00	Veículos	14,29
Edificação – casa de força	2,00	Equipamento geral de informática	16,67
Edificação – outras	3,33	Equipamento geral	6,25
Gerador	3,33	Edificação - outras	3,33
Turbina hidráulica	2,50		
Condutor forçado	3,13		
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57		
Urbanização e benfeitorias	3,33		

A Companhia e suas controladas não identificaram indicativos de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que, ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado, exceto os contratos de concessão relacionados ao Lote D do Leilão nº 12/2015. A Administração acredita que a indenização desses ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, para o qual não foi constituída entidade com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	31/12/2023	31/12/2022
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	3,94	220.252	220.096
(-) Depreciação acumulada			(142.391)	(134.524)
Total em operação			77.861	85.572
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	2.395	1.962
Total em construção			2.395	1.962
Total			80.256	87.534

Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, custos de desmantelamento e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

16. INTANGÍVEL

Consolidado	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo histórico	(-) Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	(-) Amortização acumulada	Valor residual
Em serviço	1.359.114	(523.369)	835.745	1.327.508	(375.092)	952.416
Servidão	14.689	(6.084)	8.605	14.692	(5.405)	9.287
Concessão onerosa	13.599	(9.739)	3.860	13.599	(9.116)	4.483
Ativos da concessão (1)	202.337	(108.676)	93.661	202.337	(97.283)	105.054
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	1.031.161	(333.569)	697.592	1.031.810	(199.809)	832.001
Outros	97.328	(65.301)	32.027	65.070	(63.479)	1.591
Em curso	23.341	-	23.341	21.753	-	21.753
Ativos em formação	23.341	-	23.341	21.753	-	21.753
Intangível líquido	1.382.455	(523.369)	859.086	1.349.261	(375.092)	974.169

- (1) Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos à Parajuru e Volta do Rio, no montante líquido de R\$93.661 são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos e são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão.

Controladora	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo histórico	(-) Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	(-) Amortização acumulada	Valor residual
Em serviço	1.079.128	(389.805)	689.323	893.415	(254.972)	638.443
Servidão	11.448	(5.595)	5.853	11.451	(5.038)	6.413
Concessão onerosa	11.720	(8.113)	3.607	11.720	(7.642)	4.078
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	960.874	(311.278)	649.596	805.613	(179.120)	626.493
Outros	95.086	(64.819)	30.267	64.631	(63.172)	1.459
Em curso	22.774	-	22.774	21.650	-	21.650
Ativos em formação	22.774	-	22.774	21.650	-	21.650
Intangível líquido	1.101.902	(389.805)	712.097	915.065	(254.972)	660.093

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Adição (1)	Capitalização/Transferência (2)	Baixa	Mantido para venda	Amortização	Saldo em 31/12/2023
Em serviço	952.416	1.826	33.604	-	(474)	(151.627)	835.745
Servidão	9.287	-	-	-	(3)	(679)	8.605
Concessão onerosa	4.483	-	-	-	-	(623)	3.860
Ativos da concessão	105.054	-	-	-	-	(11.393)	93.661
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	832.001	-	-	-	(471)	(133.938)	697.592
Outros	1.591	1.826	33.604	-	-	(4.994)	32.027
Em curso	21.753	39.199	(33.604)	(3.424)	(583)	-	23.341
Ativos em formação	21.753	39.199	(33.604)	(3.424)	(583)	-	23.341
Total	974.169	41.025	-	(3.424)	(1.057)	(151.627)	859.086

- (1) Inclui o montante de R\$23.500 referente aos gastos com as condicionantes ambientais, que foram registrados em contrapartida ao passivo. Essa transação não afeta o caixa, não estando refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para bens em serviço.

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adição	Capitalização/ Transferência (1)	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Em serviço	1.100.786	-	520	(148.890)	952.416
Servidão	9.966	-	-	(679)	9.287
Concessão onerosa	5.108	-	-	(625)	4.483
Ativos da concessão	116.446	-	-	(11.392)	105.054
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	966.065	-	-	(134.064)	832.001
Outros	3.201	-	520	(2.130)	1.591
Em curso	12.126	10.147	(520)	-	21.753
Ativos em formação	12.126	10.147	(520)	-	21.753
Total	1.112.912	10.147	-	(148.890)	974.169

(1) Saldo referente à transferência de bens em curso para bens em serviço.

Controladora	Saldo em 31/12/2022	Adição (1)	Ativo oriundo de incorporação	Capitalização/ Transferência (2)	Baixa	Mantido para venda	Amortização	Saldo em 31/12/2023
Em serviço	638.443	-	146.572	33.604	-	(474)	(128.822)	689.323
Servidão	6.413	-	-	-	-	(3)	(557)	5.853
Concessão onerosa	4.078	-	-	-	-	-	(471)	3.607
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	626.493	-	146.563	-	-	(471)	(122.989)	649.596
Outros	1.459	-	9	33.604	-	-	(4.805)	30.267
Em curso	21.650	38.345	56	(33.604)	(3.424)	(249)	-	22.774
Ativos em formação	21.650	38.345	56	(33.604)	(3.424)	(249)	-	22.774
Total	660.093	38.345	146.628	-	(3.424)	(723)	(128.822)	712.097

(1) Inclui o montante de R\$21.227 referente aos gastos com as condicionantes ambientais, que foram registrados em contrapartida ao passivo. Essa transação não afeta o caixa, não estando refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

(2) Saldo referente à transferência de bens em curso para bens em serviço.

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Adição	Capitalização/ Transferência (1)	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Em serviço	761.292	-	507	(123.356)	638.443
Servidão	6.970	-	-	(557)	6.413
Concessão onerosa	4.549	-	-	(471)	4.078
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	746.768	-	-	(120.275)	626.493
Outros	3.005	-	507	(2.053)	1.459
Em curso	12.113	10.044	(507)	-	21.650
Ativos em formação	12.113	10.044	(507)	-	21.650
Total	773.405	10.044	-	(123.356)	660.093

(1) Saldo referente à transferência de bens em curso para bens em serviço.

A taxa de amortização média anual da Companhia e suas controladas é de 12,39%.

A Companhia e suas controladas não identificaram indicativos de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis.

Repactuação do risco hidrológico – Generation Scaling Factor - GSF

A ReH nº 2.919/2021 homologou os valores do direito à compensação das usinas São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande, cuja titularidade era da Companhia no período indicado na Lei nº 14.052/2020 para compensação, mas esta Lei não especifica como esta será realizada na hipótese de ausência de dívidas com a União relativa ao regime de concessões determinado na Lei. Os valores apurados são:

Cemig Geração - Usinas Relicitadas	Valor
São Simão	783.004
Miranda	145.528
Jaguara	237.218
Volta Grande	156.688
Total	1.322.438

Em 21 de dezembro de 2023, a Companhia encaminhou correspondência ao Ministério de Minas e Energia – MME, solicitando o reconhecimento da ausência de mecanismo para compensação, na hipótese mencionada acima, bem como a atualização dos valores constantes na ReH nº 2.919/2021 e a sua conversão na pactuação de prorrogação dos prazos de determinadas usinas sob concessão da Companhia, nos termos da Lei nº 14.052/2020.

Considerando que não existe previsão legal quanto à forma da compensação dos riscos não-hidrológicos e o direito da Companhia depende da ocorrência de eventos futuros incertos, que não estão totalmente sob seu controle, os ativos contingentes relativos às usinas listadas na tabela acima não foram reconhecidos.

Licenças de operação

As usinas da Companhia e suas subsidiárias, em atendimento às determinações legais contidas na Deliberação Normativa Copam 217/2017, vêm passando por processos de obtenção e renovação de licenças de operação.

As seguintes instalações obtiveram as licenças de operação: UHE Irapé, UHE Salto Grande, EOL Volta do Rio e UHE Pai Joaquim. Os gastos com as condicionantes ambientais, relacionados às exigências legais e regulamentares após a entrada em operação dos empreendimentos, foram estimados e reconhecidos, em contrapartida ao intangível. Os gastos estimados com as condicionantes ambientais foram trazidos a valor presente considerando a taxa incremental, sendo considerado o prazo de até 10 anos das licenças de operação, prazo em que o ativo será amortizado.

As instalações UHE Santa Luzia, UHE Jacutinga, UHE Salto Voltão, UHE Salto do Passo Velho, UHE Xicão e UHE Pissarrão também obtiveram a licença de operação, contudo, não foram constituídas provisões para os gastos com as condicionantes ambientais, uma vez que essas usinas estão classificadas como ativo mantido para venda.

Adicionalmente, as instalações UHE Luiz Dias e UHE Salto Moraes também obtiveram as licenças de operação. Os gastos relacionados às exigências legais e regulamentares após a entrada em operação dos empreendimentos estão sendo levantados e estimados para provisionamento.

Política contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente e *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na Demonstração do Resultado como “Outras despesas, líquidas”.

Concessão onerosa

As informações sobre as concessões onerosas estão apresentadas na nota explicativa nº 2.

Estimativas e julgamentos

Repactuação do Risco Hidrológico – GSF (*Generation Scalling Factor*)

Nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, houve a repactuação do risco hidrológico estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

O procedimento adotado pela Aneel para essa compensação foi a extensão dos prazos de outorga dessas usinas. Assim, foi reconhecido pela Companhia, um ativo intangível que representa esse direito de extensão das concessões.

No reconhecimento inicial, o valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente por usina, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.

17. ARRENDAMENTOS

A Companhia e suas controladas reconheceram um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos:

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa; e
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

As taxas de desconto foram obtidas baseando-se nas taxas incrementais, conforme segue:

Taxa incremental aplicada (1)	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Contratos celebrados em 2022		
Até 5 anos	6,48	0,53
De 6 a 10 anos	6,59	0,54
De 11 a 15 anos	6,64	0,54
De 16 a 30 anos	6,65	0,54
Contratos celebrados em 2023		
Até 7anos	6,82	0,55
De 9 a 9 anos	6,90	0,56
De 10 a 12 anos	6,99	0,57
De 13 a 22 anos	7,19	0,58

- (1) A Companhia calcula mensalmente a taxa incremental a ser aplicada para os contratos novos. Para fins de divulgação, estão apresentadas as médias das taxas utilizada.

a) Movimentação do direito de uso

Consolidado	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	37.010	4.854	41.864
Baixa (contratos encerrados)	(40)	-	(40)
Adição	58	17.286	17.344
Amortização (1)	(1.611)	(6.026)	(7.637)
Remensuração (2)	3.524	2.164	5.688
Saldo em 31 de dezembro de 2022	38.941	18.278	57.219
Adição	139	18.396	18.535
Amortização (1)	(1.756)	(7.309)	(9.065)
Remensuração (2)	2.811	5.884	8.695
Saldo em 31 de dezembro de 2023	40.135	35.249	75.384

Controladora	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	35.575	4.852	40.427
Baixa (contratos encerrados)	(40)	-	(40)
Adição	58	17.113	17.171
Amortização (1)	(1.547)	(5.450)	(6.997)
Remensuração (2)	3.392	1.540	4.932
Saldo em 31 de dezembro de 2022	37.438	18.055	55.493
Ativos oriundos da incorporação	162	662	824
Adição	-	15.904	15.904
Amortização (1)	(1.679)	(6.844)	(8.523)
Remensuração (2)	1.751	5.722	7.473
Saldo em 31 de dezembro de 2023	37.672	33.499	71.171

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$128 para consolidado e R\$125 para controladora no exercício de 2023 (R\$117 para consolidado e R\$116 para controladora no exercício de 2022). A taxa anual média ponderada de amortização para imóveis é de 4,58% no consolidado e de 4,62% na controladora. Para veículos a taxa é de 23,79% no consolidado e 21,28% na controladora.
- (2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Movimentação do passivo de arrendamentos

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	45.450	43.926
Baixa (contratos encerrados)	(45)	(48)
Adição	17.344	17.171
Juros incorridos (1)	5.623	5.394
Arrendamentos pagos	(11.094)	(10.341)
Juros sobre arrendamentos pagos	(597)	(533)
Remensuração (2)	5.686	4.932
Saldo em 31 de dezembro de 2022	62.367	60.501
Passivos oriundos da incorporação	-	847
Adição	18.535	15.904
Juros incorridos (1)	7.513	7.204
Arrendamentos pagos	(12.967)	(12.524)
Juros sobre arrendamentos pagos	(928)	(619)
Remensuração (2)	8.695	7.473
Saldo em 31 de dezembro de 2023	83.215	78.786
Passivo circulante	15.765	15.003
Passivo não circulante	67.450	63.783

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$401 e R\$399 no exercício de 2023 para consolidado e controladora, respectivamente (R\$377 e R\$373 no exercício de 2022 para consolidado e controladora, respectivamente).
- (2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

As adições, baixas e remensurações nos arrendamentos são operações que não envolvem caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é conforme segue:

Fluxo de caixa	Consolidado		Controladora	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	175.737	83.215	168.701	78.786
PIS/Pasep e Cofins potencial à alíquota de 9,25%	11.902	4.058	11.876	4.044

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

	Consolidado (Nominal)	Controladora (Nominal)
2024	16.702	15.912
2025	16.695	15.905
2026	16.695	15.905
2027	14.554	13.938
2028	7.690	7.411
2029 a 2045	103.401	99.630
Valores não descontados	175.737	168.701
Juros embutidos	(92.522)	(89.915)
Passivo de arrendamento	83.215	78.786

Política contábil

Ativos de direito de uso

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento, os quais incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, sem opção de compra e para bens de baixo valor. Os pagamentos relativos a esses arrendamentos são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Estimativas e julgamentos

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16.

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, como descrito na nota explicativa nº 16 destas demonstrações financeiras.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivo de arrendamento

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

18. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Suprimento e transporte de energia elétrica (1)	247.387	387.125	243.087	378.857
Materiais e serviços	227.369	115.985	198.648	69.764
	474.756	503.110	441.735	448.621

(1) Inclui estimativa de compra de energia no ACL, que reduziu significativamente no período devido ao menor volume de compra de energia.

A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de liquidez está apresentada na nota explicativa nº 29.

19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
ICMS	13.934	18.939	10.421	13.890
Pasep (1)	19.220	20.122	17.968	17.992
Cofins (1)	88.866	91.834	82.884	82.938
INSS	14.751	13.417	11.188	8.212
ISSQN	4.796	4.254	3.409	2.596
Outros (2)	29.229	27.686	28.578	5.807
	170.796	176.252	154.448	131.435
Não circulante				
Pasep (1)	62.705	64.476	60.685	62.176
Cofins (1)	288.823	296.825	279.528	286.397
	351.528	361.301	340.213	348.573
	522.324	537.553	494.661	480.008

(1) Incluem o diferimento sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão. Para mais informações, ver nota explicativa nº 11.

(2) Inclui a retenção na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio declarados, cujo recolhimento ocorreu no mês subsequente, em conformidade à legislação tributária. Mais informações na nota explicativa nº 24.

20. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Consolidado e Controladora 31/12/2023			Consolidado e Controladora 31/12/2022
				Circulante	Não circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
Eurobonds (1)	2024	9,25%	USD	1.856.920	-	1.856.920	3.974.971
(-) Custos de transação				(1.032)	-	(1.032)	(5.743)
(+/-) Recursos antecipados (2)				(1.795)	-	(1.795)	(9.423)
Total de empréstimos				1.854.093	-	1.854.093	3.959.805
MOEDA NACIONAL							
Debêntures - 9ª Emissão - 1ª Série	2027	CDI + 1,33%	R\$	3.092	700.000	703.092	703.185
Debêntures - 9ª Emissão - 2ª Série	2029	IPCA + 7,6245%	R\$	828	315.122	315.950	302.216
(-) Custos de transação				-	(5.042)	(5.042)	(6.140)
Total de debêntures				3.920	1.010.080	1.014.000	999.261
Total geral				1.858.013	1.010.080	2.868.093	4.959.066

- (1) Em dezembro de 2023, a Companhia realizou a recompra parcial de títulos de dívida no mercado externo (Eurobonds) de sua emissão, no montante principal de US\$375 milhões (US\$244 milhões em dezembro de 2022). Mais detalhes dessa operação no decorrer desta nota explicativa;
- (2) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds.

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, não havendo cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Recompra parcial dos Eurobonds

Em 20 de dezembro de 2023, a Companhia concluiu o resgate antecipado parcial sem pagamento de prêmio, por meio do exercício de opção de compra (“*call*”), de títulos de dívida no mercado externo de sua emissão, com vencimento em dezembro de 2024, remunerados a 9,25% ao ano, no montante principal de US\$375 milhões (R\$1.823.400).

Desta maneira, o saldo devedor dos títulos, com vencimento em dezembro de 2024, passa a ser de US\$381 milhões (R\$1.856.920 em 31 de dezembro de 2023).

Segue abaixo tabela com os efeitos relacionados à recompra dos bonds:

	%	US\$	R\$
Valor principal	100,00	375.000	1.823.400
Juros provisionados	0,41	1.542	7.496
		376.542	1.830.896
Imposto de renda incidente sobre os juros provisionados	17,65	272	1.344
		272	1.344
Total de pagamentos		376.814	1.832.240
Desfazimento parcial do hedge		-	(282.950)
Ajuste negativo da NDF (*)		-	117.305
Total		376.814	1.666.595

(*) Diferença entre a cotação do dólar PTAX no dia da compra (R\$4,9091) em relação ao instrumento financeiro – NDF de proteção cambial, com a trava de compra do dólar em abril/23 na cotação de R\$5,1110 e diferença entre a cotação do dólar PTAX no dia da compra (R\$4,8663) em relação ao instrumento financeiro – NDF de proteção cambial, com a trava de compra do dólar em dezembro/23 na cotação de R\$4,9675.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo devedor dos empréstimos e debêntures da Companhia é garantido da seguinte forma:

Consolidado	31/12/2023
Aval e fiança	1.854.093
Fiança	1.014.000
Total	2.868.093

O endividamento da Companhia tem o prazo médio de amortização de 2,1 anos. A composição consolidada dos empréstimos e debêntures, por moeda e indexador, considerando seus vencimentos é como segue:

Consolidado e controladora	2024	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Moedas							
Dólar Norte Americano (1)	1.856.920	-	-	-	-	-	1.856.920
Total por moedas	1.856.920	-	-	-	-	-	1.856.920
IPCA (2)	828	-	-	-	-	315.122	315.950
CDI (3)	3.092	233.334	233.333	233.333	-	-	703.092
Total por Indexadores	3.920	233.334	233.333	233.333	-	315.122	1.019.042
(-) Custos de transação	(1.032)	(1.151)	(1.151)	(1.151)	-	(1.589)	(6.074)
(+/-) Recursos antecipados	(1.795)	-	-	-	-	-	(1.795)
Total geral	1.858.013	232.183	232.182	232.182	-	313.533	2.868.093

(1) A Companhia utiliza de instrumentos financeiros derivativos para proteção contra os riscos decorrentes da variação cambial. Mais detalhes na nota explicativa nº 27.

(2) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

(3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação acumulada no exercício de 2023 (%)	Variação acumulada no exercício de 2022 (%)	Indexador	Variação acumulada no exercício de 2023 (%)	Variação acumulada no exercício de 2022 (%)
Dólar Norte-Americano	(7,21)	(6,50)	IPCA	4,62	5,79
			CDI	13,04	12,39

A movimentação dos empréstimos e debêntures é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.029.460
Empréstimos obtidos	1.000.000
Custos de transação	(6.132)
Empréstimos obtidos líquidos	993.868
Variação monetária	4.569
Variação cambial	(338.265)
Encargos financeiros provisionados	548.186
Ágio na recompra de títulos de dívida (Eurobonds)	46.763
Amortização dos custos de transação	2.514
Encargos financeiros pagos (1)	(621.439)
Amortização de principal	(1.706.590)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.959.066
Variação monetária	13.613
Variação cambial	(276.687)
Encargos financeiros provisionados	529.238
Amortização dos custos de transação	5.845
Encargos financeiros pagos	(539.582)
Amortização de principal	(1.823.400)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.868.093

Cláusulas contratuais restritivas – “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Companhia ou de sua controladora Cemig, superior a R\$50 milhões (“*cross default*”).

A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas (“*Covenants*”) financeiras e não financeiras, sendo as financeiras apresentadas a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig GT	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Eurobonds (1)	Dívida Líquida / Lajida Ajustado para o Covenant (2)	Manter índice igual ou inferior a: 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral e anual
9ª Emissão de debêntures 1ª e 2ª série (3)	Dívida Líquida / Lajida Ajustado para o Covenant (2)	Manter índice igual ou inferior a: 3,5 de 31/12/2022 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 de 31/12/2022 até 30/06/2026 3,5 de 31/12/2026 em diante	Semestral e anual

- (1) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2% a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um *covenant* “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao Lajida de 2,0x (1,75x em dez/17) e um *covenant* “de incorrência” de dívida com garantia real na Companhia em relação ao Lajida de 1,5x.
- (2) O Lajida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e a mortização, do qual é subtraído o resultado extraordinário, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Lajida em qualquer período anterior, e acréscido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.
- (3) O não cumprimento dos covenants financeiros implica em vencimento antecipado, acarretando a imediata exigibilidade do pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acréscido de remuneração, além dos demais encargos devidos, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

A Administração monitora esses índices de forma contínua.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*”, opções de moeda e NDF) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 29.

21. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo				
Reserva global de reversão – RGR	2.777	3.320	-	-
Compensação financ.pela utiliz. de recursos hídricos – CFURH	11.024	10.424	9.834	6.698
Conta de desenvolvimento energético – CDE	66.332	80.814	66.332	80.814
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE	955	789	813	713
Prog.de incentivo às fontes altern. de energia elétrica – Proinfa	9.488	10.291	9.488	10.291
Fundo nacional de desenv. científico tecnológico – FNDCT (a)	2.010	1.367	1.729	751
Pesquisa e desenvolvimento – P&D (a)	23.331	13.179	15.134	4.193
Pesquisa expansão sistema energético - MME (a)	1.144	823	1.003	515
CDE sobre P&D	761	540	675	382
	117.822	121.547	105.008	104.357
Passivo circulante	113.258	116.248	105.008	104.357
Passivo não circulante	4.564	5.299	-	-

a) Pesquisa, desenvolvimento e inovação

As concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica devem destinar, anualmente, 1% da receita operacional líquida regulatória para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor elétrico. A movimentação dos saldos da Companhia e suas controladas é conforme segue:

Consolidado	31/12/2022	Adições	Recolhimentos	Investimentos	Atualização financeira	31/12/2023
FNDCT	1.367	13.820	(13.177)	-	-	2.010
MME	823	6.907	(6.586)	-	-	1.144
P&D (1)	8.883	13.107	-	(6.086)	1.666	17.570
	11.073	33.834	(19.763)	(6.086)	1.666	20.724

(1) A movimentação de P&D está apresentada líquida do ativo de serviços em curso, que foi de R\$5.761 em 31 de dezembro de 2023 e R\$1.680 em 31 de dezembro de 2022.

Consolidado	31/12/2021	Adições	Recolhimentos	Investimentos	Atualização financeira	31/12/2022
FNDCT	1.120	12.840	(12.593)	-	-	1.367
MME	699	6.419	(6.295)	-	-	823
P&D (1)	21.057	7.769	-	(20.966)	1.023	8.883
	22.876	27.028	(18.888)	(20.966)	1.023	11.073

(1) A movimentação de P&D está apresentada líquida do ativo de serviços em curso, que foi de R\$1.680 em 31 de dezembro de 2022.

Controladora	31/12/2022	Incorporação (1)	Adições	Recolhimentos	Investimentos	Atualização financeira	31/12/2023
FNDCT	751	157	12.295	(11.474)	-	-	1.729
MME	515	78	6.147	(5.737)	-	-	1.003
P&D (2)	2.513	3.367	8.606	-	(5.903)	790	9.373
	3.779	3.602	27.048	(17.211)	(5.903)	790	12.105

(1) As subsidiárias Três Marias e Salto Grande foram incorporadas pela Companhia em 31 de maio de 2023, pelo valor patrimonial contábil. Mais detalhes na nota explicativa nº 14.

(2) A movimentação de P&D está apresentada líquida do ativo de serviços em curso, que foi de R\$5.761 em 31 de dezembro de 2023 (R\$1.680 em 31 de dezembro de 2022).

Controladora	31/12/2021	Adições	Recolhimentos	Investimentos	Atualização financeira	31/12/2022
FNDCT	577	9.287	(9.113)	-	-	751
MME	428	4.644	(4.557)	-	-	515
P&D (1)	16.166	6.501	-	(20.530)	376	2.513
	17.171	20.432	(13.670)	(20.530)	376	3.779

(1) A movimentação de P&D está apresentada líquida do ativo de serviços em curso, que foi de R\$1.680 em 31 de dezembro de 2022.

22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes. Os riscos atuariais relacionados ao Plano B ocorrem, somente, a partir da opção pelo benefício de forma vitalícia no momento da aposentadoria do participante. Neste caso específico, a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

Plano Saldado de benefícios previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram por migrar do antigo plano de benefício definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria. Os benefícios saldados do Plano A têm a característica de pagamento vitalício e a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é, exclusivamente, das patrocinadoras.

A Companhia mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, contribuições para um plano de saúde e um plano odontológico para os colaboradores, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Plano de saúde e odontológico

A partir de dezembro de 2022, a Cemig Saúde passou a ofertar um novo plano de saúde, denominado Plano Premium, o qual foi ofertado, de forma facultativa ao PSI, a todos colaboradores ativos da Cemig e integralmente custeado pela Companhia. Em contrapartida ao custeio integral pela Companhia, os colaboradores que fizessem a adesão ao novo plano deixariam de ter a contribuição da Cemig para o custeio do plano de saúde no período de aposentadoria. O período para as adesões nas condições propostas pela Companhia se encerrou em 31 de janeiro de 2023 e, até a citada data houve a migração de uma parcela de colaboradores para o Plano Premium, reduzindo o número de colaboradores cobertos pelo PSI.

À luz do IAS 19/ CPC 33 (R1), tal situação é um evento de encurtamento (*curtailment*), o qual levou à necessidade de que a Companhia remensurasse seus passivos de pós-emprego para a data base de 31 de março de 2023. Os efeitos do encurtamento do plano foram reconhecidos no resultado, no primeiro trimestre de 2023, como custo do serviço passado, no montante de R\$20.291 para o plano de saúde e de R\$532 para o plano odontológico.

Vale ressaltar que o evento de encurtamento apurado para o primeiro trimestre afetou as premissas atuariais, no sentido de alterar as taxas de desconto aplicadas aos planos. Como a nova taxa de desconto foi maior, houve uma redução do passivo e, portanto, um ganho atuarial de R\$12.890 para o plano de saúde e de R\$193 para o plano odontológico.

Obrigações atuariais reconhecidas nas demonstrações financeiras

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico IAS 19/CPC 33 (R1) e laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2023.

Equacionamento do déficit do Plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de dezembro de 2023, o montante total a ser pago pela Companhia em decorrência desses déficits é de R\$117.879 (R\$123.843 em 31 de dezembro de 2022, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017).

As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$77.748, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$40.131. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Depósitos em consignação à Forluz

Em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de novos Instrumentos Particulares de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019, 2020 e 2021. Para o caso dos equacionamentos de déficit, na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realiza pagamentos em consignação, em conta de depósito judicial, que ficam à disposição da Forluz para serem resgatados a qualquer momento, no banco oficial. Os depósitos são constituídos mensalmente pelo valor de 50% da parcela de cada um dos Equacionamentos do Déficit de 2019, 2020 e 2021, conforme segue:

	Equacionamento do déficit de 2019	Equacionamento do déficit de 2020	Equacionamento do déficit de 2021
Início da consignação	Maio de 2021	Abril de 2022	Junho de 2023
Montante total solicitado pela Forluz	R\$36.304	R\$56.947	R\$151.556
Montante considerando a paridade contributiva	R\$18.152	R\$28.474	R\$75.778
Número de parcelas	166	158	159
Juros remuneratórios	IPCA + 6%	IPCA + 6%	IPCA + 6%
Saldo depositado em 31 de dezembro de 2023	R\$6.097	R\$5.863	R\$4.587

Em relação ao Equacionamento do Déficit de 2019, a Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado em 2019, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou, em 27 de abril de 2021, com ação judicial contra a patrocinadora Cemig GT, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do déficit do Plano A, no montante de R\$36.304. Em 2022, a 1ª instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais proferiu decisão favorável à Forluz, julgando improcedentes os pedidos da Companhia. Entretanto, para essa discussão cabe continuidade em instâncias superiores. Por isso, a Companhia, amparada na avaliação de seus especialistas, optou pela manutenção da contingência de perda como possível.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui registrada obrigação a pagar referente a *déficits* atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$20.433 (R\$56.892 em 31 de dezembro de 2022). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, por meio de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de *superávit* da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Informações atuariais

2023	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total Consolidado
Valor presente das obrigações	2.666.568	638.517	11.490	3.316.575
Valor justo dos ativos do plano	(2.201.261)	-	-	(2.201.261)
Passivo líquido inicial	465.307	638.517	11.490	1.115.314
Ajuste ao teto de ativo (asset ceiling)	6.556	-	-	6.556
Passivo líquido no balanço patrimonial	471.863	638.517	11.490	1.121.870

2022	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total Consolidado
Valor presente das obrigações	2.516.021	714.248	13.138	3.243.407
Valor justo dos ativos do plano	(2.078.424)	-	-	(2.078.424)
Passivo líquido inicial	437.597	714.248	13.138	1.164.983
Ajuste ao teto de ativo (asset ceiling)	31.463	-	-	31.463
Passivo líquido no balanço patrimonial	469.060	714.248	13.138	1.196.446

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2021	2.669.508	744.895	14.207	3.428.610
Custo do serviço corrente	465	3.762	94	4.321
Custo do serviço passado (1)	(1.242)	-	-	(1.242)
Juros sobre a obrigação atuarial	272.283	77.750	1.483	351.516
Perdas (ganhos) atuariais:				
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(2.246)	(240)	21	(2.465)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(191.868)	(65.232)	(1.183)	(258.283)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	1.976	(1.249)	(685)	42
	(192.138)	(66.721)	(1.847)	(260.706)
Benefícios pagos	(232.855)	(45.438)	(799)	(279.092)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2022	2.516.021	714.248	13.138	3.243.407
Custo do serviço corrente	74	2.327	60	2.461
Custo do serviço passado (2)	-	(20.291)	(532)	(20.823)
Juros sobre a obrigação atuarial	281.862	79.026	1.443	362.331
Perdas (ganhos) atuariais:				
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	-	4.362	93	4.455
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	168.713	48.237	907	217.857
Decorrentes de ajustes com base na experiência	(63.488)	(141.362)	(2.782)	(207.632)
	105.225	(88.763)	(1.782)	14.680
Benefícios pagos	(236.614)	(48.030)	(837)	(285.481)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2023	2.666.568	638.517	11.490	3.316.575

- (1) Referentes às alterações nas condições do Plano B para requerimento da Melhoria de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial ou por Idade – MAT.
 (2) Referentes às adesões dos colaboradores ao novo plano de saúde ofertado pela Companhia, denominado Plano Premium.

Movimentação do valor justo dos ativos dos planos:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentados
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2021	2.127.603
Retorno real dos investimentos	122.129
Contribuições do empregador	61.547
Benefícios pagos	(232.855)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2022	2.078.424
Retorno real dos investimentos	288.217
Contribuições do empregador	71.234
Benefícios pagos	(236.614)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2023	2.201.261

Movimentação do passivo líquido:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	548.112	744.895	14.207	1.307.214
Despesa reconhecida no resultado	58.544	81.512	1.577	141.633
Custo do serviço passado (1)	(1.242)	-	-	(1.242)
Contribuições pagas	(61.547)	(45.438)	(799)	(107.784)
Perdas (ganhos) atuariais	(74.807)	(66.721)	(1.847)	(143.375)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2022	469.060	714.248	13.138	1.196.446
Despesa reconhecida no resultado	57.256	81.353	1.503	140.112
Custo do serviço passado	-	(20.291)	(532)	(20.823)
Contribuições pagas	(71.234)	(48.030)	(837)	(120.101)
Perdas (ganhos) atuariais	16.781	(88.763)	(1.782)	(73.764)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2023	471.863	638.517	11.490	1.121.870
			31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			71.026	84.377
Passivo não circulante			1.050.844	1.112.069

As perdas e ganhos atuariais, líquidas de imposto de renda e contribuição social, não envolvem caixa, e, por isso, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$114.795 no exercício de 2023 (R\$131.395 no exercício de 2022), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$4.494 no exercício de 2023 (R\$8.996 no exercício de 2022).

Valores reconhecidos nas demonstrações de resultados:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	74	2.327	60	2.461
Custo do serviço passado	-	(20.291)	(532)	(20.823)
Juros sobre a obrigação atuarial	281.862	79.026	1.443	362.331
Rendimento sobre os ativos do plano	(224.680)	-	-	(224.680)
Despesa total em 2023 conforme cálculo atuarial	57.256	61.062	971	119.289

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	465	3.762	94	4.321
Custo do serviço passado	(1.242)	-	-	(1.242)
Juros sobre a obrigação atuarial	272.283	77.750	1.483	351.516
Rendimento sobre os ativos do plano	(214.204)	-	-	(214.204)
Despesa total em 2022 conforme cálculo atuarial	57.302	81.512	1.577	140.391

Análise de sensibilidade e estimativas para o exercício seguinte

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2024 é como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	310	1.263	26	1.599
Juros sobre a obrigação atuarial	230.670	55.676	998	287.344
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(188.082)	-	-	(188.082)
Estimativa da despesa total em 2024 conforme cálculo atuarial	42.898	56.939	1.024	100.861

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2024 é como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	237.809	48.164	954	286.927

A Companhia tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão em 2024 no montante de R\$60.944 para amortização de *déficit* do Plano A e R\$22.482 para o Plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2023:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total Consolidado
Desagravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	72.084	13.079	237	85.400
Agravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	(65.772)	(13.294)	(241)	(79.307)
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	255.733	71.068	1.282	328.083
Acréscimo de 1% na taxa de desconto	(217.994)	(64.480)	(1.163)	(283.637)

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial.

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de pensão e suplementação de aposentadoria		Plano de saúde	Plano odontológico
Plano A	Plano B		
8,38	10,26	9,92	9,79

As principais categorias de ativos do plano são as seguintes:

Consolidado	2023	2022
Ações e títulos de renda variável	298.310	134.055
Títulos de renda fixa	1.664.994	1.598.093
Imóveis	97.961	101.627
Outros	139.996	244.649
Total	2.201.261	2.078.424

Os seguintes ativos, mensurados pelo valor justo, estão relacionados com a Companhia e não são considerados como ativos do plano. De acordo com a exigência das normas, o montante é apresentado para efeitos de informação.

Consolidado	2023	2022
Imóveis da Forluz ocupados pela Companhia	59.125	58.050

Principais premissas atuariais

	2023		2022	
	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	9,03%	9,07%	11,73%	11,83%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	9,03%	Não aplicável	11,73%	Não aplicável
Taxa anual de inflação de longo prazo	3,50%	3,50%	5,31%	5,31%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	3,50%	Não aplicável	5,31%	Não aplicável
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%	AT-2000 S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Álvaro Vindas Desagravo 30%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-83 IAM Male	MI-85 Female	AT-83 IAM Male	MI-85 Female
Crescimento real das contribuições acima da inflação	-	1,00%	-	1,00%

A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

Política contábil

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.

Estimativas e julgamentos

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os colaboradores, os benefícios relacionados. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a colaboradores, quando devidas.

Para o caso dos planos de saúde e odontológico, os passivos são apurados pelo cálculo do valor presente das obrigações futuras a serem realizadas pela Companhia, considerando a manutenção do nível contributivo vigente, a previsão de reajuste real dos valores e a atualização futura das contribuições pela variação de índice compatível com os Regulamentos e o histórico dos custos dos planos.

Os cálculos atuariais ocorrem a cada encerramento de exercício, e envolvem o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Nos exercícios corrente e anterior, as despesas de pós emprego são registradas como despesas operacionais, com exceção das despesas relacionadas à dívida pactuada com o Fundo de Pensão, as quais são registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência, e nas mudanças de premissas atuariais, são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes e não serão reclassificados futuramente para o resultado.

Tanto o custo de serviço passado, decorrente de alteração ou redução de plano de benefício definido, quanto o ganho, ou a perda, na liquidação das obrigações são determinados a partir da remensuração do valor presente líquido da obrigação, devido à revisão de premissas atuariais, e são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que ocorre a alteração.

23. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Nesse contexto, considerando a avaliação da Companhia e de seu assessores legais, foram constituídas provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável, conforme segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Liquidações	Saldo em 31/12/2023
Trabalhistas	70.412	18.351	-	(12.272)	76.491
Tributárias	312.001	28.945	-	(501)	340.445
Regulatórias	4.737	1.888	(20)	(1.539)	5.066
Outras	9.890	8.635	(8.809)	(8.144)	1.572
Total	397.040	57.819	(8.829)	(22.456)	423.574

Consolidado	31/12/2021	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2022
Trabalhistas	59.957	20.299	(607)	(9.237)	70.412
Tributárias	317.326	62.443	(67.490)	(278)	312.001
Regulatórias	4.131	2.808	-	(2.202)	4.737
Outras	56.629	39.557	(47.141)	(39.155)	9.890
Total	438.043	125.107	(115.238)	(50.872)	397.040

Controladora	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Liquidações	Saldo oriundo de incorporação	Saldo em 31/12/2023
Trabalhistas	70.412	17.641	-	(12.272)	-	75.781
Tributárias	312.001	28.847	-	(403)	-	340.445
Regulatórias	4.737	1.880	(20)	(1.531)	-	5.066
Outras	9.387	8.133	(8.809)	(8.134)	388	965
Total	396.537	56.501	(8.829)	(22.340)	388	422.257

Controladora	31/12/2021	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2022
Trabalhistas	59.957	20.299	(607)	(9.237)	70.412
Tributárias	317.287	62.443	(67.451)	(278)	312.001
Regulatórias	4.131	2.808	-	(2.202)	4.737
Outras	56.397	39.271	(47.141)	(39.140)	9.387
Total	437.772	124.821	(115.199)	(50.857)	396.537

Há ações judiciais cuja expectativa de perda de desembolso de caixa é considerada possível, com base na avaliação da Administração da Companhia e sustentada pela opinião de seus assessores legais, que as avaliaram com chances possíveis de obter êxito, não sendo constituída provisão, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	61.310	82.580	60.776	80.727
Cíveis				
Relações de consumo	32.048	27.950	31.940	27.855
Outras ações cíveis	84.317	56.520	63.661	55.636
	116.365	84.470	95.601	83.491
Tributárias	501.921	486.999	474.379	459.683
Regulatórias	886.634	674.430	886.635	674.430
Outras	706.594	401.424	523.746	381.803
Total	2.272.824	1.729.903	2.041.137	1.680.134

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos. A expectativa é que a maior parte dos valores provisionados seja pago em períodos superiores a 12 meses.

A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

As principais provisões e passivos contingentes estão detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação:

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, em que são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da obrigação é de R\$135.865 (R\$128.731 em 31 de dezembro de 2022), do qual R\$2.658 foi provisionado (R\$2.288 em 31 de dezembro de 2022).

Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus colaboradores entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Conseqüentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável de determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível das demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa. O montante das obrigações é de R\$457.453 (R\$416.212 em 31 de dezembro de 2022), do qual R\$302.941 foi provisionado (R\$276.406 em 31 de dezembro de 2022).

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos colaboradores, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, dada a controvérsia e para evitar o risco de multa futura, a Companhia ajuizou ações judiciais para o reconhecimento do direito de não tributar a indenização dos anuênios, segregando as discussões relativas ao Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária e efetuando o depósito judicial do valor envolvido em cada ação judicial, no valor total histórico de R\$28.716, o qual é considerado suficiente para pagamento da ação judicial.

Na ação judicial relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios, foi proferida decisão judicial que impediu a análise de recurso pelo STF, restando a apreciação pelo STJ. Adicionalmente, em outubro de 2022, foi publicada decisão não reconhecendo o Agravo em Recurso Especial interposto pela Companhia, reduzindo as chances de êxito na ação. Em decorrência disso, a classificação de perda desta demanda foi alterada para provável, com provisão do valor em depósito judicial. A ação judicial relativa à incidência do Imposto de Renda sobre a indenização dos anuênios, diante sua atual fase processual, foi mantida com a probabilidade de perda possível. O montante da obrigação é de R\$75.268 (R\$71.988 em 31 de dezembro de 2022), do qual R\$33.549 (R\$32.086 em 31 de dezembro de 2022) foi provisionado.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARFs e/ou DCTFs, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da obrigação é de R\$42.748 (R\$63.255 em 31 de dezembro de 2022), do qual R\$1.297 (R\$1.221 em 31 de dezembro de 2022) foi provisionado, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio-alimentação, adicional aposentadoria especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor do passivo contingente é de R\$21.920 (R\$20.208 em 31 de dezembro de 2022). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa às questões.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante do passivo contingente é de R\$109.112 (R\$98.606 em 31 de dezembro de 2022).

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus colaboradores e por terceirizados. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz. O montante das obrigações é de R\$137.801 (R\$152.992 em 31 de dezembro de 2022), do qual R\$76.491 foi provisionado (R\$70.412 em 31 de dezembro de 2022).

Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais em que são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da obrigação é de R\$63.083 (R\$55.330 em 31 de dezembro de 2022), do qual R\$5.066 foi provisionado (R\$4.737 em 31 de dezembro de 2022).

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a Aneel atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria em um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$594.151 (R\$506.742 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia obteve em 9 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Discussão sobre faturamento de energia

No decorrer do ano de 2022, um dos Clientes da Companhia instaurou um procedimento arbitral requerendo alterações de cláusulas contratuais e questionando a incidência de determinados tributos no valor de suas faturas de energia elétrica. Em setembro de 2022, a Companhia foi regularmente intimada de decisão judicial que deferiu pedido liminar, a qual determinou que a Companhia passasse a realizar os faturamentos do contrato de fornecimento de energia conforme o pedido. Após a instauração do procedimento arbitral e com a oitiva das partes, em janeiro de 2023, o Tribunal revogou a decisão anterior e determinou o restabelecimento da sistemática contratual de faturamento, bem como o pagamento dos valores não faturados por conta do pedido liminar inicialmente deferido em favor deste cliente.

O procedimento arbitral continua em curso, no qual este cliente questiona os pontos informados acima. Caso a decisão arbitral acate o pedido deste cliente, a Companhia deverá restituir a diferença entre os valores contratados e os ajustes demandados, que em 31 de dezembro de 2023 montam em R\$234.466 (R\$117.095 em 31 de dezembro de 2022). A Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

Outros processos no curso normal dos negócios

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. O montante da obrigação é de R\$179.372 (R\$159.994 em 31 de dezembro de 2022), do qual R\$1.572 foi provisionado (R\$9.890 em 31 de dezembro de 2022). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia. Os principais

assuntos relacionados a essas contingências dizem respeito às discussões quanto a alegados prejuízos sofridos em razão de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros e às relações de consumo.

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado do passivo contingente é de R\$148.656 (R\$136.795 em 31 de dezembro de 2022).

Adicionalmente, a Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$93.244 (R\$96.235 em 31 de dezembro de 2022), para os quais não há saldo provisionado, pois, a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

IDPJ Renova

Determinado fundo de investimento em direitos creditórios entrou com pedido de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (“IDPJ”) de determinadas empresas do grupo Renova, objetivando a inclusão de alguns acionistas da Renova, dentre os quais a Companhia e a sua controladora Cemig, no polo passivo do cumprimento de sentença, de forma a responderem solidariamente. O montante do passivo contingente envolvido nesta discussão foi estimado em R\$127.048 (R\$102.760 em 31 de dezembro de 2022).

Desocupação de moradias sob linhas de alta tensão

A Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais solicita que a Companhia remova e reassente os moradores que se encontram dentro do raio da faixa de segurança das linhas de alta tensão existentes na região. O montante do passivo contingente em discussão foi estimado em R\$101.864 em 31 de dezembro de 2023.

Geração Eólica da Volta do Rio

A Companhia e sua controlada Volta do Rio são rés de auto de infração proposto, em 2022, pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU/CE), que considerou que aterros, enrocamentos e torres para instalação de sistema de geração eólica da CE Volta do Rio estariam localizados em faixa de praia. Em razão disso, aplicou-se à Central Eólica Volta do Rio as penalidades de: (i) demolição e/ou remoção das construções, bem como dos equipamentos instalados, caso não sejam passíveis de regularização; (ii) multa mensal para cada metro quadrado impactado pelas instalações. A Companhia apresentou defesa da autuação e recurso administrativo. O montante da contingência foi estimado em R\$174.347, em 31 de dezembro de 2023, e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Política contábil

Os valores das provisões são reconhecidos somente nas despesas operacionais, sendo observadas situações como: (i) os valores relacionados a desapropriação e constituição de servidão não impactam o resultado da Companhia, pois o desembolso é compreendido como investimento na aquisição de imóveis; (ii) processos administrativos, em que discussões ocorrem em esfera administrativa, são avaliados quanto à sua probabilidade de perda na esfera judicial; (iii) o valor assumido das ações jurídicas relativas aos consórcios refere-se à cota parte da Companhia, prevista em contrato, e terá o mesmo tratamento que o aplicado aos demais processos; e (iv) processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

Estimativas e julgamentos

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é de R\$5.473.724 (R\$5.473.724 em 31 de dezembro de 2022), representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas (2.896.785.358 em 31 de dezembro de 2022), subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

b) Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	2023	2022
Quantidade de ações (A)	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro do exercício (B)	2.402.666	2.085.456
Resultado por ação – básico e diluído (B/A) (em R\$)	0,83	0,72

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído por ação ordinária é igual ao resultado básico.

c) Remuneração aos acionistas

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 31 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Companhia estabelece que o Conselho de Administração poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

Em 16 de março de 2023, o Conselho de Administração autorizou a declaração periódica pela Diretoria Executiva de Juros sobre o Capital Próprio – JCP, a serem imputados ao dividendo mínimo obrigatório de 2023, no limite permitido pela legislação e pelo Estatuto da Companhia.

Declaração	Montante	Retenção de imposto de renda (1)
22/03/2023	163.256	(24.488)
20/06/2023	164.096	(24.614)
19/09/2023	160.686	(24.103)
12/12/2023	153.167	(22.975)
	641.205	(96.180)

(1) Retenção de 15% de imposto de renda na fonte nos termos da legislação em vigor.

O cálculo dos dividendos para os exercícios de 2023 e 2022 é conforme segue:

	2023	2022
Dividendos obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	2.402.666	2.085.456
Dividendo obrigatório – 50% do lucro líquido	1.201.333	1.042.728
Realização da reserva de lucros a realizar	-	222.935
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	96.181	-
	1.297.514	1.265.663
Dividendos declarados		
Juros sobre capital próprio	641.205	-
Dividendos intermediários	-	600.000
Dividendos estatutários	656.309	442.728
Dividendos adicionais propostos	49.693	222.935
	1.347.207	1.265.663
Dividendos e juros sobre capital próprio por ação		
Dividendos obrigatórios (em R\$)	0,45	0,44
Dividendos propostos (em R\$)	0,47	0,44

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

	Consolidado e controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	799.947
Proposta dividendos	442.728
Dividendos intermediários	600.000
Pagamento dividendos e JCP	(435.717)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.406.958
Proposta dividendos	656.309
Declaração de Juros sobre capital próprio	641.205
IR sobre juros sobre capital próprio	(96.181)
Pagamento dividendos e JCP	(1.042.728)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.565.563

d) Destinação do Resultado de 2023 - Proposta da Administração

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em abril de 2024, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2023, no montante de R\$2.402.666, e do saldo credor de realização do custo atribuído de imobilizado, no montante de R\$4:

- R\$118.544 sejam destinados para constituição de Reserva Legal;
- R\$1.347.207 sejam destinados ao pagamento dos dividendos, conforme abaixo:
 - R\$641.205 por meio de Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”);
 - R\$706.002 para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios; e
- R\$31.796 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais, referentes a incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene.
- R\$905.115 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia.

O pagamento dos dividendos será realizado em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de 2024.

e) Reservas

Reserva de lucros

A composição da conta reservas de lucros é como segue:

	2023	2022
Reservas de lucros		
Reserva legal	530.625	412.081
Reserva de incentivos fiscais – Sudene	86.921	55.125
Reserva de retenção de lucros	4.115.687	3.160.879
	4.733.233	3.628.085

Reserva legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário de 2014. Em 2023, foi obtida a renovação desse benefício, com validade por mais 10 anos.

Reserva de retenção de lucros

As reservas de retenção de lucros referem-se aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia e amortizações de empréstimos e financiamentos. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

f) Ajustes de avaliação patrimonial

	2023	2022
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(427.462)	(476.146)
Custo atribuído de imobilizado	267.151	267.147
Ajustes de avaliação patrimonial	(160.311)	(208.999)

Os valores registrados como custo atribuído decorrem da avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009. A avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais. Esses valores estão sendo realizados com base na depreciação dos ativos

O evento de encurtamento apurado no primeiro trimestre de 2023 afetou as premissas atuariais, no sentido de alterar as taxas de desconto aplicadas aos planos. Como a nova taxa de desconto foi maior, houve uma redução do passivo e, portanto, um ganho atuarial de R\$12.890 para o plano de saúde e de R\$193 para o plano odontológico.

25. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Fornecimento bruto de energia elétrica (a) (1)	6.190.495	7.629.058	5.422.226	6.689.101
Receita de transmissão (b)				
Receita de operação e manutenção	740.084	722.670	741.422	726.624
Receita de construção (nota 12) (2)	226.880	407.193	216.553	407.193
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão (nota 12)	515.130	561.044	505.431	538.988
Receita de atualização da bonificação pela outorga (nota 12.2)	411.722	466.857	139.599	-
Liquidação na CCEE	69.000	185.785	55.505	167.650
Receita de indenização da geração (nota 12.1)	92.595	47.028	92.595	47.028
Outras receitas (c)	124.195	118.532	141.022	163.608
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (d)	(1.609.359)	(1.989.715)	(1.455.163)	(1.787.680)
	6.760.742	8.148.452	5.859.190	6.952.512

- (1) A queda advém de uma redução no volume de energia vendida decorrente, principalmente, da continuidade da transferência da atividade de comercialização da Cemig GT para a Cemig holding.
- (2) A variação na receita de construção reflete o previsto para os projetos que estão em fase final de execução, resultando na diminuição dos valores investidos em 2023. Além disso, os novos projetos estão na fase inicial, com desembolsos associados a etapas de projeto e definição, as quais apresentam menores custos.

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica - geração

	Consolidado				Controladora			
	2023		2022		2023		2022	
	MWh ²	R\$						
Industrial	10.198.825	3.062.927	14.453.048	4.229.249	9.608.957	2.741.618	13.462.896	3.830.879
Comercial	3.865.766	993.044	4.127.836	1.050.713	3.713.443	955.128	4.122.122	1.048.301
Rural	18.723	5.192	15.959	4.656	18.723	5.192	15.959	4.656
Subtotal	14.083.314	4.061.163	18.596.843	5.284.618	13.341.123	3.701.938	17.600.977	4.883.836
Fornec. não faturado, líquido	-	(57.000)	-	61.752	-	(75.970)	-	43.298
	14.083.314	4.004.163	18.596.843	5.346.370	13.341.123	3.625.968	17.600.977	4.927.134
Suprim. outras concessionárias (1)	10.311.213	2.149.259	11.376.243	2.290.997	7.978.748	1.783.957	8.072.008	1.769.716
Suprimento não faturado líquido	-	37.073	-	(8.309)	-	12.301	-	(7.749)
	24.394.527	6.190.495	29.973.086	7.629.058	21.319.871	5.422.226	25.672.985	6.689.101

- (1) Esta receita inclui contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.
- (2) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

b) Receita de Concessão da Transmissão

A margem das obrigações de performance dos contratos de transmissão está demonstrada abaixo:

Consolidado	2023			2022		
	Construção e melhorias	Operação e manutenção	Total	Construção e melhorias	Operação e manutenção	Total
Receita Anual Permitida (RAP)	226.880	740.084	966.964	407.193	722.670	1.129.863
Custos de concessão de transmissão	(163.467)	(290.755)	(454.222)	(290.750)	(284.460)	(575.210)
Margem	63.413	449.329	512.742	116.443	438.210	554.653
Mark-up (%)	38,79%	154,54%	112,88%	40,05%	154,05%	96,43%

c) Outras receitas

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Prestações de serviços	52.468	38.879	68.156	88.218
Subsídios tarifários	47.333	30.603	47.333	30.603
Aluguel e arrendamento	2.329	1.194	1.177	1.194
Ressarcimento	17.259	41.714	17.259	41.714
Outras receitas	4.806	6.142	7.097	1.879
	124.195	118.532	141.022	163.608

d) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Tributos sobre a receita				
ICMS	473.418	633.155	411.033	561.804
Cofins	573.925	699.086	518.277	619.565
PIS/Pasep	124.643	151.767	112.520	134.511
ISSQN	3.867	4.410	3.198	4.241
	1.175.853	1.488.418	1.045.028	1.320.121
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	11.564	14.005	8.951	11.198
Conta de desenvolvimento energético – CDE	259.059	314.435	259.059	314.435
CDE sobre P&D	4.381	3.712	3.688	2.786
Proinfra	62.874	77.287	62.874	77.287
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	10.345	9.131	8.607	6.501
Fundo nacional de desen.científico e tecnológico - FNDCT	14.727	12.843	12.295	9.287
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	7.363	6.421	6.148	4.644
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	10.629	9.067	9.254	8.144
Compensação financ. pela utilização de recursos hídricos – CFURH	52.564	54.396	39.259	33.277
	433.506	501.297	410.135	467.559
	1.609.359	1.989.715	1.455.163	1.787.680

Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia e suas controladas, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Abaixo as políticas contábeis materiais atreladas às receitas da Companhia.

Fornecimento bruto de energia elétrica

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada.

As usinas eólicas estão sujeitas a um montante mínimo de geração de energia a ser comercializada por meio do Proinfa. Quando a diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada é positiva, a Companhia reconhece um recebível que será liquidado no decorrer do exercício subsequente. Ao contrário, quando a diferença é negativa, a Companhia constitui uma provisão pela não performance, deduzindo a receita do período.

Receitas de transmissão

As receitas de concessões de transmissão são reconhecidas no resultado mensalmente e incluem:

- **Receitas de construção:** correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras (fase de construção) e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto. Mais informações na nota explicativa nº 13.
- **Receita de operação e manutenção:** correspondem à obrigação de performance prevista no contrato de construção relativa à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção. São reconhecidas nos períodos em que os serviços são prestados, mediante faturamento das RAPs.
- **Remuneração financeira do ativo de contrato de transmissão:** corresponde ao componente financeiro, reconhecida pelo método linear com base na taxa determinada no início dos investimentos, não sofrendo alterações posteriores. A média simples das taxas implícitas é de 6,86%, sendo estas definidas para cada autorização, incidindo sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Inclui a atualização financeira pelo índice de inflação definido para cada contrato de transmissão.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

A Resolução Aneel n.º 729/2016, regulamenta a Parcela Variável (PV), penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão e o adicional à RAP que corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão.

Receita de atualização da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

Liquidação na CCEE

Os resultados das operações na CCEE são apurados mensalmente de acordo com o resultado das liquidações das operações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

Outras receitas

Subsídios governamentais

A Companhia recebe valores da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a título de reembolso pelos subsídios incidentes nas tarifas concedidos aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica – TUSD e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST. Esses valores são reconhecidos como receita por competência, na apuração mensal, quando se adquire o direito de recebê-los, em contrapartida a “Outros ativos” no ativo circulante.

Estimativas e julgamentos

A Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

A margem de construção é definida com base nas melhores estimativas de rentabilidade da Companhia no momento inicial da concepção dos projetos de investimentos. Alterações na mensuração inicial do preço da transação, que possam dar origem a uma modificação na rentabilidade determinada originalmente e remensuração do ativo de contrato, são tratadas no momento da revisão tarifária periódica.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço, a partir de informações disponíveis sobre os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção e o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da prestação dos serviços prometidos ao cliente, nos casos em que as controladas transmissoras da Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47/IFRS 15.

A Companhia analisou os efeitos das parcelas variáveis, com fundamento em séries históricas, e concluiu que a contraprestação variável estimada com a PV não é material. Assim, para as duas situações destacadas há o reconhecimento de um aumento e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

26. CUSTOS E DESPESAS

A composição dos custos e despesas da Companhia e suas controladas é conforme segue:

a) Custos com energia elétrica

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Energia elétrica comprada para revenda				
Energia de curto prazo – CCEE	106.336	71.510	88.594	55.156
Energia adquirida no ambiente livre	2.636.732	4.495.137	2.648.971	4.499.639
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(253.737)	(420.547)	(252.668)	(419.382)
	2.489.331	4.146.100	2.484.897	4.135.413
Encargos de uso da rede básica de transmissão				
Encargos de transmissão - Rede básica	248.548	225.120	226.759	183.141
Encargos de distribuição	40.613	42.319	11.358	10.076
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(24.353)	(22.007)	(21.973)	(17.791)
	264.808	245.432	216.144	175.426
Total	2.754.139	4.391.532	2.701.041	4.310.839

b) Custos de construção

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Pessoal	11.554	12.419	11.554	12.419
Materiais	97.887	215.653	97.883	215.653
Serviços de terceiros	55.322	64.552	46.474	64.552
Outros (recuperação)	(1.296)	(1.874)	(1.833)	(1.874)
	163.467	290.750	154.078	290.750

c) Outros custos e despesas

	Consolidado								Total 2023	Total 2022
	Custos de operação		PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas (receitas)			
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022		
Pessoal	269.767	283.538	-	-	59.929	56.433	-	1	329.696	339.972
Participação dos empregados no resultado	-	-	-	-	-	778	37.622	32.944	37.622	33.722
Obrigações Pós-emprego (1)	-	-	-	-	-	-	114.795	131.395	114.795	131.395
Materiais	19.132	24.305	-	-	2.772	3.700	-	-	21.904	28.005
Serviços de terceiros	169.569	174.666	-	-	54.730	51.001	-	-	224.299	225.667
Depreciação e amortização (2)	328.227	321.383	-	-	514	7.004	-	-	328.741	328.387
Provisões para contingências	48.990	9.869	-	-	-	-	-	-	48.990	9.869
Perdas de créditos esperadas	-	-	4.666	531	-	-	-	-	4.666	531
Reversão de perda esperada com parte relacionada - Renova	-	-	-	-	-	-	-	(53.356)	-	(53.356)
Opção de venda - SAAG	-	-	-	-	-	-	57.801	36.124	57.801	36.124
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	7.412	-	7.412
Ajuste a valor justo de ativo financeiro (3)	-	-	-	-	-	-	-	171.770	-	171.770
Outros custos e despesas	12.703	22.195	-	-	28.626	5.667	10.722	24.159	52.051	52.021
Ganho na alienação de investimento (4)	-	-	-	-	-	-	(318.795)	(6.644)	(318.795)	(6.644)
	848.388	835.956	4.666	531	146.571	124.583	(97.855)	343.805	901.770	1.304.875

- (1) No primeiro trimestre de 2023 foi registrado um efeito positivo no montante de R\$20.823, referente à remensuração do passivo de pós-emprego em decorrência da adesão ao novo plano de saúde por parte dos funcionários ativos. Mais detalhes na nota explicativa nº 22.
- (2) Líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a amortização do direito de uso, no montante de R\$128 para consolidado e R\$125 para controladora no exercício de 2023 (R\$117 e R\$116 no exercício de 2022 para consolidado e controladora, respectivamente).
- (3) Com a conclusão do Laudo de Avaliação, a Companhia efetuou a baixa do ativo financeiro no montante de R\$171.770, no segundo trimestre de 2022. Mais detalhes na nota explicativa nº 10. Esse valor está apresentado nas Demonstrações dos Resultados na rubrica de "Outras despesas, líquidas".
- (4) Refere-se aos ganhos obtidos nas alienações de investimentos ocorridas no exercício de 2023, sendo, R\$261.344 referente à alienação de Baguari Energia, R\$26.964 referente à alienação de Retiro Baixo e R\$30.487 referente à alienação participação direta da MESA. Mais detalhes sobre essas operações estão divulgados na nota explicativa nº 14. Esses valores estão apresentados nas Demonstrações dos Resultados na rubrica de "Outras despesas, líquidas".

	Controladora								Total 2023	Total 2022
	Custos de operação		PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas (receitas)			
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022		
Pessoal	254.435	257.512	-	-	59.929	56.433	-	1	314.364	313.946
Participação dos empregados no resultado	-	-	-	-	-	605	37.368	32.564	37.368	33.169
Obrigações Pós-emprego (1)	-	-	-	-	-	-	114.795	131.395	114.795	131.395
Materiais	13.584	13.506	-	-	2.772	3.700	-	-	16.356	17.206
Serviços de terceiros	96.588	109.091	-	-	54.730	51.001	-	-	151.318	160.092
Depreciação e amortização (2)	254.236	246.801	-	-	514	7.004	-	-	254.750	253.805
Provisões para contingências	47.672	9.622	-	-	-	-	-	-	47.672	9.622
Perdas de créditos esperadas	-	-	5.650	1.302	-	-	-	-	5.650	1.302
Reversão de perda esperada com parte relacionada - Renova	-	-	-	-	-	-	-	(53.356)	-	(53.356)
Opção de venda - SAAG	-	-	-	-	-	-	57.801	36.124	57.801	36.124
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	7.412	-	7.412
Ajuste a valor justo de ativo financeiro (3)	-	-	-	-	-	-	-	171.770	-	171.770
Outros custos e despesas	5.404	11.799	-	-	28.626	6.114	6.454	23.048	40.484	40.961
Ganho na alienação de investimento (4)	-	-	-	-	-	-	(318.795)	(6.644)	(318.795)	(6.644)
	671.919	648.331	5.650	1.302	146.571	124.857	(102.377)	342.314	721.763	1.116.804

- (1) No primeiro trimestre de 2023 foi registrado um efeito positivo no montante de R\$20.823, referente à remensuração do passivo de pós-emprego em decorrência da adesão ao novo plano de saúde por parte dos funcionários ativos. Mais detalhes na nota explicativa nº 22.
- (2) Líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a amortização do direito de uso, no montante de R\$128 para consolidado e R\$125 para controladora no exercício de 2023 (R\$117 e R\$116 no exercício de 2022 para consolidado e controladora, respectivamente).
- (3) Com a conclusão do Laudo de Avaliação, a Companhia efetuou a baixa do ativo financeiro no montante de R\$171.770, no segundo trimestre de 2022. Mais detalhes na nota explicativa nº 10. Esse valor está apresentado nas Demonstrações dos Resultados na rubrica de “Outras despesas, líquidas”.
- (4) Refere-se aos ganhos obtidos nas alienações de investimentos ocorridas no exercício de 2023, sendo, R\$261.344 referente à alienação de Baguari Energia, R\$26.964 referente à alienação de Retiro Baixo e R\$30.487 referente à alienação da participação direta da MESA. Mais detalhes sobre essas operações estão divulgados na nota explicativa nº 14. Esses valores estão apresentados nas Demonstrações dos Resultados na rubrica de “Outras despesas, líquidas”.

c.1) Serviços de terceiros

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Comunicação	3.848	3.807	3.237	3.312
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	74.393	64.789	26.238	29.728
Conservação e limpeza de prédios	27.373	23.620	23.772	19.867
Mão de obra contratada	3.592	4.581	5.345	3.697
Fretes e passagens	1.676	1.212	1.676	1.216
Hospedagem e alimentação	6.266	4.282	6.254	4.261
Vigilância	7.755	7.071	4.632	3.588
Consultoria	9.339	8.819	9.122	7.442
Auditoria externa	1.166	4.640	629	3.938
Tecnologia da informação	32.652	31.002	29.808	26.676
Energia elétrica	2.048	2.701	1.226	1.999
Meio ambiente	17.971	16.593	10.153	10.888
Limpeza de faixas	10.250	10.383	9.939	9.722
Serviços de reprografia	1.341	1.404	771	936
Serviços advocatícios e custas processuais	4.989	5.438	4.939	5.477
Outros	19.640	35.325	13.577	27.345
	224.299	225.667	151.318	160.092

c.2) Outras despesas (receitas)

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Arrendamentos e aluguéis	2.663	6.712	13	2.837
Propaganda e publicidade	4.383	2.490	4.383	2.490
Subvenções e doações	14.809	4.437	13.113	-
Despesa concessão onerosa	4.340	4.072	4.330	4.062
Impostos e taxas (IPTU, IPVA e outros)	3.554	1.979	1.935	1.136
Anuidade CCEE	2.698	2.832	2.417	2.440
Seguros	10.571	11.187	9.237	9.947
Resultado líquido na desativação e alienação de bens	2.862	3.431	2.853	3.431
Forluz – Custeio administrativo	8.669	7.910	8.667	7.909
Obrigações derivadas de contratos de investimento	2.930	2.408	2.930	2.408
Outros (reversão)	(5.428)	4.563	(9.394)	4.301
	52.051	52.021	40.484	40.961

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	214.638	210.165	138.995	133.912
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	11.214	11.775	9.551	8.396
Variação monetária	135.367	39.606	134.514	38.945
Variação monetária/depósitos vinculados a litígios	11.179	13.266	10.960	13.174
Variações cambiais de empréstimos (nota 20)	276.687	338.265	276.687	338.265
Outras (1)	25.339	14.776	23.392	10.956
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(16.053)	(23.821)	(14.738)	(22.430)
	658.371	604.032	579.361	521.218
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos e debêntures (nota 20)	(529.238)	(548.186)	(529.238)	(548.186)
Amortização dos custos de transação (nota 20)	(5.845)	(2.514)	(5.845)	(2.514)
Variação monetária – Forluz	(4.494)	(8.996)	(4.494)	(8.996)
Variação monetária – Empréstimos e debêntures (nota 20)	(13.613)	(4.569)	(13.613)	(4.569)
Variações monetárias	(3.492)	(18.788)	(413)	(3.431)
Ágio na recompra de títulos de dívida (Eurobonds) (nota 20)	-	(46.763)	-	(46.763)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 29)	(177.326)	(437.887)	(177.326)	(437.887)
Variação monetária de arrendamento (nota 17)	(7.112)	(5.246)	(6.805)	(5.021)
Outras	(13.088)	(8.374)	(9.441)	(4.866)
	(754.208)	(1.081.323)	(747.175)	(1.062.233)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(95.837)	(477.291)	(167.814)	(541.015)

(1) Inclui atualização financeira, no montante de R\$14.203, sobre os depósitos judiciais recebidos pela Companhia em decorrência de determinação judicial no âmbito de procedimento arbitral. Mais detalhes na nota explicativa nº 21 – Provisões: Discussão sobre faturamento de energia.

Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de créditos tributários, atualização dos ativos financeiros da concessão, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, debêntures e outros passivos financeiros. Incluem, também, a variação negativa do valor justo sobre outros ativos e passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os relacionamentos entre a Companhia e suas investidas estão descritos na nota explicativa nº 14. Já os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Operações com energia elétrica								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	(45.674)	-
Aliança Geração	-	-	10.306	7.201	-	-	(105.521)	(99.750)
Paracambi	-	-	2.211	2.476	-	-	(29.584)	(33.058)
Hidrelétrica Pipoca	-	-	3.286	3.491	-	-	(46.856)	(45.618)
Cemig Distribuição	8.862	27.733	8	8	67.731	85.161	(2.417)	(3.467)

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Encargos								
Encargos de conexão								
Cemig Distribuição	13.483	11.049	-	-	106.063	88.360	-	-
Encargos de transmissão								
Cemig Distribuição	19.789	-	1.819	2.782	254.926	217.857	(30.107)	(30.499)
Aliança	-	-	-	-	970	711	-	-
Norte Energia	2.668	2.352	-	-	29.771	26.350	-	-
Taesa	-	-	1.356	1.335	-	-	(15.720)	(15.924)

Os encargos de conexão são montantes financeiros definidos e homologados pela Aneel relativos ao uso das instalações de conexão e/ou pontos de conexão no sistema de transmissão, devidos pelo acessante ao agente conectado.

Os encargos de transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Convênio de compartilhamento								
Cemig Distribuição	203	2.565	-	-	134	431	-	-
Companhia Energética de Minas Gerais	2.277	-	-	-	58.137	-	-	-

Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Prestação de serviço								
Aliança Geração	539	673	-	-	6.238	4.920	-	-
Taesa	435	149	-	-	1.814	1.593	-	-
Outros créditos								
FIP Melbourne (nota 14e)	-	160.644	-	-	-	-	-	-

Os saldos de prestação de serviço referem-se a contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Provisões para processos judiciais								
Aliança Geração	-	-	57.835	54.905	-	-	(2.930)	(3.066)

Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R\$166 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$156 milhões em 31 de dezembro de 2022), cabendo à Cemig o valor de R\$58 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$55 milhões em 31 de dezembro de 2022).

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	1.550.152	1.406.958	-	-	-	-
Retiro Baixo	-	5.867	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca	-	3.882	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão	-	3.867	-	-	-	-	-	-

A tabela acima indica a posição passiva da Companhia com a Controladora em relação à conta de Juros sobre o Capital Próprio - JCP e Dividendos e em relação à posição ativa de saldos de dividendos a receber das investidas apresentados em "Outras" na tabela de "Dividendos a receber".

Em relação à posição passiva, a Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de Juros sobre o Capital Próprio - JCP e Dividendos no total de R\$1.550.152. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos JCP e Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 24.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	261.859	227.884	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	574.822	1.352.076	-	-	20.012	67.304	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	5.105	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Circulante								
Arrendamentos	-	-	5.657	5.418	-	-	(7.208)	(6.742)
Não circulante								
Arrendamentos	39.823	38.838	40.434	38.323	-	-	-	-

Trata-se de contrato de aluguel da sede administrativa da Companhia com a Fundação Forluminas de Seguridade Social (Forluz), Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) dos funcionários do Grupo Cemig, proprietária do imóvel locado, com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), sendo reajustado anualmente pelo IPCA e tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 19 de setembro de 2023, o contrato de aluguel foi reajustado em 4,61%, correspondendo ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Benefícios pós-emprego								
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	28.954	44.936	-	-	(57.256)	(58.544)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (2)	-	-	-	-	-	-	(21.589)	(21.827)
Custeio administrativo (3)	-	-	-	-	-	-	(8.667)	(7.909)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	442.909	424.124	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	48.874	46.243	-	-	(82.856)	(83.089)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	601.133	681.143	-	-	-	-

A Companhia possui obrigações contratuais com um grupo de ex-empregados aposentados em que é responsável por assegurar verbas para custeio de plano de previdência complementar, denominado Forluz, e para custeio de plano de saúde, denominado Cemig Saúde. As principais condições relacionadas aos benefícios pós-emprego estão indicadas a seguir:

- (1) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide nota explicativa nº 20);
- (2) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (3) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (4) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 20).

Os detalhes acerca dos benefícios pós-emprego encontram-se presentes na nota explicativa nº 22.

Dividendos a receber

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Sá Carvalho S.A.	-	-	-	691
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	-	88.841
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	-	-	28.845
Cemig Geração Sul S.A.(1)	-	-	9.719	-
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	-	-	1.627	-
Cemig Trading S.A.	-	-	2.459	479
Aliança Geração de Energia S.A.	-	126.634	-	126.634
Outras (2)	-	13.616	-	13.616
	-	140.250	13.805	259.106

- (1) Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Cemig Geração Sul, ocorrida em 7 de dezembro de 2023, foi aprovado o pagamento da metade do valor dos dividendos mínimos obrigatórios de 2023, e postergação do pagamento da outra metade, para até 31 de dezembro de 2024, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria.
- (2) As controladas que compõem os montantes apresentados em "Outras" estão divulgadas na tabela anterior nas linhas de "Juros sobre capital próprio e dividendos".

A movimentação dos juros sobre capital próprio e dividendos a serem pagos para a Cemig está divulgada na nota explicativa nº 24.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado nos exercícios de 2023 e de 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	2023	2022
Remuneração	5.063	4.449
Participação nos resultados	1.170	1.162
Previdência privada	460	391
Planos de saúde e odontológico	32	48
Seguro de vida	6	10
Total (1)	6.731	6.060

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são como segue:

	Nível	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários		742	742	186.753	186.753
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia		792.155	792.155	1.095.412	1.095.412
Fundos vinculados		17.500	17.500	14.488	14.488
Bonificação pela outorga – Concessões de geração		3.031.033	3.031.033	2.950.415	2.950.415
Contas a receber - FIP Melbourne		-	-	160.643	160.643
		3.841.430	3.841.430	4.407.711	4.407.711
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras		359.651	359.651	287.207	287.207
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	1	54.880	54.880	148.466	148.466
Letras financeiras – Bancos	2	354.305	354.305	702.838	702.838
Letras financeiras do Tesouro	1	159.759	159.759	311.663	311.663
Debêntures	2	5.878	5.878	7.744	7.744
		934.473	934.473	1.457.918	1.457.918
Instrumentos financeiros derivativos	2	368.051	368.051	702.734	702.734
Indenizações a receber – Geração	3	784.055	784.055	691.460	691.460
		1.152.106	1.152.106	1.394.194	1.394.194
		5.928.009	5.928.009	7.259.823	7.259.823
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos e debêntures		(2.868.093)	(2.868.093)	(4.959.066)	(4.959.066)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)		(20.433)	(20.433)	(56.892)	(56.892)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz		(117.879)	(117.879)	(123.843)	(123.843)
Concessões a pagar		(27.602)	(27.602)	(27.291)	(27.291)
Fornecedores		(474.756)	(474.756)	(503.110)	(503.110)
Passivo de arrendamentos		(83.215)	(83.215)	(62.367)	(62.367)
		(3.591.978)	(3.591.978)	(5.732.569)	(5.732.569)
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	(90.526)	(90.526)
Opções de venda (SAAG)	3	-	-	(672.416)	(672.416)
		(3.591.978)	(3.591.978)	(6.495.511)	(6.495.511)

(1) O valor contábil apresentado é uma aproximação razoável do valor justo.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou

apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. As informações de nível 2 são observáveis, seja direta ou indiretamente. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Técnica de avaliação – O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, incluindo dados não observáveis, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR). Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data de mensuração. Os dados não observáveis são desenvolvidos utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Indenizações a receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão. Para mais informações ver nota explicativa nº 12.1.

Aplicações Financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Operações de Swap: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

Opções de Call Spread: Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo *Black & Scholes* que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

Outros passivos financeiros

A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos e debêntures utilizando a taxa de 137,73% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 7,62%, CDI + 3,48% a 6,89%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.

b) Instrumentos financeiros

Opções de venda SAAG

Liquidação antecipada dos Fundos e vencimento da opção de venda

Em 10 de fevereiro de 2023, foi proferida a sentença do procedimento arbitral, condenando a Cemig GT ao pagamento integral relativo ao preço de exercício das opções constantes dos contratos.

Em 8 de maio de 2023 foi assinado o Instrumento de Transação (“Acordo”), entre a Cemig GT e as fundações de previdência complementar (“Fundações”), as quais participaram da estrutura de investimento na Usina de Santo Antônio por meio da SAAG (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”).

O valor total do acordo foi de R\$780 milhões, tendo sido liquidado pela Cemig GT em 12 de maio de 2023. Um efeito adicional de R\$25 milhões, referente à variação do valor justo do passivo até a data de sua liquidação, foi registrado no segundo trimestre de 2023.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2022	672.416
Variação do valor justo	57.801
Ativos correlatos (1)	50.131
Liquidação	(780.348)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-

(1) Com a aquisição das cotas então detidas pelas Fundações na Estrutura de Investimento, a Cemig GT passou a ser detentora dos ativos correlatos, que somam aproximadamente R\$50 milhões. Esse montante está reconhecido na rubrica de outros ativos no Balanço Patrimonial.

Operações de Swap, opções de moeda e NDF

Considerando que parte dos empréstimos da Companhia é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”, opções de moeda e NDF) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal e juros).

O instrumento financeiro derivativo contratado tem o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os ganhos e perdas realizados nos exercícios de 2023 e 2022 estão demonstrados a seguir:

Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia (1)	Período de vencimento	Produto	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) realizado no exercício de 2023	Ganho/(Perda) realizado no exercício de 2022
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 149,99% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Swap + Opções	Balcão	US\$120.000	96.820	184.548
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 125,54% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Swap + Opções	Balcão	US\$261.110	87.316	(53.613)
US\$ variação cambial superior a R\$5,0984	US\$ variação cambial inferior a R\$5,0984	03/08/2021 16/12/2022	NDF	Balcão	US\$280.000	-	32.016
US\$ variação cambial superior a R\$5,1110	US\$ variação cambial inferior a R\$5,1110	13/04/2023 05/12/2023	NDF	Balcão	US\$392.344	(79.197)	-
US\$ variação cambial superior a R\$4,9675	US\$ variação cambial inferior a R\$ R\$4,9675	05/12/2023 19/12/2023	NDF	Balcão	US\$376.550	(38.108)	-
					US\$1.430.004	66.831	162.951

Em 2023 aconteceram as liquidações semestrais de juros do swap, com resultado negativo de R\$98.815 e saída de caixa nesse mesmo valor (negativo de R\$94.580 em 2022 e saída de caixa nesse mesmo valor). No mês de junho de 2023, ocorreu o desmonte parcial do hedge no montante de US\$368.890 mil, com resultado positivo de R\$282.951 e entrada líquida de caixa de R\$240.508.

A Companhia contratou, em 13 de abril de 2023 e 14 de junho de 2023, uma proteção de curto prazo contra oscilação do dólar para o volume de US\$392 milhões, travando o dólar em R\$5,1110, com vencimento em 5 de dezembro de 2023. Nesta mesma data foi contratada nova operação de curto prazo para um volume de US\$376 milhões com vencimento em 19 de dezembro de 2023. O instrumento contratado foi uma NDF (Non Deliverable Forward), contrato a termo derivativo de câmbio, sem entrega física da moeda, que garantiu à Companhia uma taxa predeterminada no momento do vencimento. O resultado da liquidação das NDFs correspondeu a uma saída de caixa no montante de R\$117.305.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste negativo, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$177.326 (ajuste negativo de R\$437.887 em 31 de dezembro de 2022), registrado no resultado financeiro.

A controladora Cemig é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos em vigor em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Produto	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
						Valor conforme contrato em 31/12/2023	Valor justo em 31/12/2023	Valor conforme contrato em 31/12/2022	Valor justo em 31/12/2022
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) (1)	R\$ + 149,99% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Swap + Opções	Balcão	US\$120.000	190.876	161.465	428.134	272.846
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) (1)	R\$ + 125,54% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Swap + Opções	Balcão	US\$261.110	254.239	206.586	568.487	339.362
					US\$381.110	445.115	368.051	996.621	612.208
Ativo circulante							368.051		-
Ativo não circulante							-		702.734
Passivo circulante							-		(90.526)

(1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI. Esses instrumentos derivativos possuem teto de proteção de R\$5,00/dólar para o principal dos Eurobonds, que possui vencimento em dezembro de 2024. Caso a relação USD/BRL permaneça, em dezembro de 2024, acima de R\$5,00, a Companhia desembolsará, naquela data, a diferença entre o valor teto da proteção e dólar spot verificado. A Companhia está monitorando os possíveis riscos e impactos associados a valorização do dólar acima do patamar de R\$5,00 e avalia diversas estratégias para mitigação do risco cambial até o vencimento da operação. O instrumento derivativo protege integralmente o pagamento dos juros semestrais, independente da relação USD/BRL. Contudo, não protege a parcela de IRRF incidente sobre o pagamento dos juros.

(2) Em milhares de dólares americanos (US\$).

A Companhia utiliza uma metodologia de marcação a mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do *Swap* são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo *Black & Scholes* que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

O valor justo apurado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$368.051 (R\$612.208 em 31 de dezembro de 2022), que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação dos derivativos em 31 de dezembro de 2023. Porém, os contratos de *swap* protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em dezembro de 2024 e representam o saldo contratual (*accrual*) de R\$445.115 em 31 de dezembro de 2023 (R\$996.621 em 31 de dezembro de 2022).

Risco de mercado e análise de sensibilidade

A Companhia está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de câmbio futuro.

Com base nas curvas de dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável o seu resultado, em 31 de dezembro de 2024, seria afetado, positivamente, pelos instrumentos derivativos (*call spread*), ao fim do período contábil, em R\$129.033. O valor justo do instrumento financeiro foi estimado em R\$497.084, referente à opção (*call spread*).

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

O risco de natureza econômico-financeira está associado à gestão e controle ineficazes dos meios financeiros da organização e às oscilações do mercado, como disponibilidade de crédito, taxas de câmbio e movimentos das taxas de juros.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados na sequência desta nota explicativa. Os cenários para a análise de sensibilidade foram elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Risco de taxas de câmbio

Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, na modalidade de operações de *swap* cambial para proteção dos pagamentos de juros e na modalidade de *call spread* para proteção do principal de acordo com a Política de Hedge da Companhia. A exposição da Companhia aos riscos de mercado associados à contratação desse instrumento foi descrita no tópico “Operações de *Swap*” desta nota explicativa.

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e no fluxo de caixa, cuja exposição líquida é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	Consolidado e Controladora			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos (nota 20)	(383.558)	(1.856.920)	(761.824)	(3.974.971)
Passivo líquido exposto		<u>(1.856.920)</u>		<u>(3.974.971)</u>

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real, em 31 de dezembro de 2024, será uma valorização de 2,86% para o dólar (R\$4,98) norte-americano. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos da variação cambial esperada do Real em um cenário adverso.

Risco - Exposições cambiais: Consolidado	31/12/2023	31/12/2024	
	Valor Contábil	Cenário Provável Dólar 4,98	Cenário Adverso Dólar 6,00
Dólar Norte-Americano			
Empréstimos (nota 20)	(1.856.920)	(1.910.120)	(2.301.349)
Passivo líquido exposto	(1.856.920)	(1.910.120)	(2.301.349)
Efeito líquido da variação cambial		(53.200)	(444.429)

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, e pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais, em função de ter ativos indexados à variação das taxas de juros, conforme segue:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos				
Equivalentes de caixa - Aplicações (nota 6)	359.651	287.207	296.623	190.733
Títulos e valores mobiliários - CDI/Selic (nota 7)	575.564	1.357.464	454.710	791.344
Indenizações a receber – Geração (nota 12.1) - CDI/Selic	784.055	691.460	784.055	691.460
Fundos vinculados – CDI	17.500	14.488	15.413	6.405
	1.736.770	2.350.619	1.550.801	1.679.942
Passivos				
Empréstimos e debêntures - CDI (nota 20)	(703.092)	(703.185)	(703.092)	(703.185)
	(703.092)	(703.185)	(703.092)	(703.185)
Ativo líquido exposto	1.033.678	1.647.434	847.709	976.757

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2024, a taxa Selic será de 9,25%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco – Redução nas Taxa de juros nacionais: Consolidado	31/12/2023	31/12/2024	
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 9,25%	Cenário Adverso SELIC 7,75%
Ativos			
Equivalentes de caixa - Aplicações (nota 6)	359.651	392.919	387.524
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	575.564	628.804	620.170
Indenizações a receber – Geração (nota 12.1)	784.055	856.580	844.819
Fundos vinculados	17.500	19.119	18.856
	1.736.770	1.897.422	1.871.369
Passivos			
Empréstimos e debêntures - CDI (nota 20)	(703.092)	(768.128)	(757.582)
	(703.092)	(768.128)	(757.582)
Ativo líquido exposto	1.033.678	1.129.294	1.113.787
Efeito líquido da variação das taxas de juros		95.616	80.109

Risco de inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de redução das taxas de inflação em 31 de dezembro de 2023, sendo parte de seus empréstimos e debêntures, bem como seus passivos de pós-emprego são atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio do IPCA, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de redução da inflação em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à inflação	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos				
Geração – Bonificação de outorga - IPCA (nota 12)	3.031.033	2.950.415	2.253.919	-
Passivos				
Empréstimos e debêntures - IPCA (nota 20)	(315.950)	(302.216)	(315.950)	(302.216)
Dívida pactuada com fundo de pensão - Forluz (nota 22)	(20.433)	(56.892)	(20.433)	(56.892)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 22)	(117.879)	(123.843)	(117.879)	(123.843)
Passivo de arrendamentos (nota 17)	(83.215)	(62.367)	(78.786)	(60.501)
	(537.477)	(545.318)	(533.048)	(543.452)
Ativo (Passivo) líquido exposto	2.493.556	2.405.097	1.720.871	(543.452)

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2024, a taxa IPCA será de 4,23%. No que se refere ao risco de redução da inflação, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas em um cenário adverso.

Risco - Redução da inflação: Consolidado	31/12/2023	31/12/2024	
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 4,23%	Cenário Adverso IPCA 3,16%
Ativos			
Geração - Bonificação de outorga - IPCA (nota 12)	3.031.033	3.159.246	3.126.814
Passivos			
Empréstimos e debêntures - IPCA (nota 20)	(315.950)	(329.315)	(325.934)
Dívida pactuada c/fundo de pensão - Forluz (nota 22)	(20.433)	(21.297)	(21.079)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 22)	(117.879)	(122.865)	(121.604)
Passivo de arrendamentos (nota 17)	(83.215)	(86.735)	(85.845)
	(537.477)	(560.212)	(554.462)
Ativo líquido exposto	2.493.556	2.599.034	2.572.352
Efeito líquido da variação da inflação		105.478	78.796

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir as exigências de caixa de suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca, também, retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia, adicionalmente, causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês		De 1 a 3 meses		De 3 meses a 1 ano		De 1 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total
	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	
Instrumentos financeiros à taxa de juros:											
Pós-fixadas*											
Empréstimos e debêntures	-	-	-	-	1.899.639	288.775	700.000	271.451	315.122	23.299	3.498.286
Concessões a pagar	355	-	692	-	2.916	-	12.866	-	15.892	-	32.721
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	3.366	100	6.856	151	10.495	102	-	-	-	-	21.070
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	957	576	1.944	1.147	9.166	5.025	61.244	20.929	64.940	6.495	172.423
	4.678	676	9.492	1.298	1.922.216	293.902	774.110	292.380	395.954	29.794	3.724.500
Pré-fixadas											
Fornecedores	473.287	-	1.469	-	-	-	-	-	-	-	474.756
	477.965	676	10.961	1.298	1.922.216	293.902	774.110	292.380	395.954	29.794	4.199.256

(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na nota explicativa nº 17.

Controladora	Até 1 mês		De 1 a 3 meses		De 3 meses a 1 ano		De 1 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total
	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	
Instrumentos financeiros à taxa de juros:											
Pós-fixadas *											
Empréstimos e debêntures	-	-	-	-	1.899.639	288.775	700.000	271.451	315.122	23.299	3.498.286
Concessões a pagar	355	-	692	-	2.916	-	12.866	-	15.892	-	32.721
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	3.366	100	6.856	151	10.495	102	-	-	-	-	21.070
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	957	576	1.944	1.147	9.166	5.025	61.244	20.929	64.940	6.495	172.423
	4.678	676	9.492	1.298	1.922.216	293.902	774.110	292.380	395.954	29.794	3.724.500
Pré-fixadas											
Fornecedores	441.388	-	347	-	-	-	-	-	-	-	441.735
	446.066	676	9.839	1.298	1.922.216	293.902	774.110	292.380	395.954	29.794	4.166.235

(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na nota explicativa nº 17.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e debêntures com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida. Mais detalhes na nota explicativa nº 20.

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizam o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

O saldo das perdas de créditos esperadas em 31 de dezembro de 2023, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$35.080 (30.414 no exercício de 2022).

A Companhia administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna, que é constantemente atualizada.

Essa Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionados às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI, podendo ser de entidades públicas ou privadas, financeiras ou não financeiras. A Companhia não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Classificação mínima de *rating* Nacional de Longo Prazo de “BBB” (bra), “brBBB” ou “Baa2” por qualquer das agências: Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poor’s;
2. Patrimônio líquido mínimo superior a R\$800 milhões;
3. Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

A qualidade da carteira de crédito das instituições financeiras é outro indicador monitorado e poderá impactar o corte do limite da instituição.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio Líquido	Limite por Banco (% do PL) (1) (2)			
		AAA	AA	A	BBB
Risco federal	-	10%	10%	10%	10%
A1	Igual ou superior a R\$10 bilhões	9%	8%	7%	6%
A2	Entre R\$5 bilhões e R\$10 bilhões	8%	7%	6%	5%
A3	Entre R\$2 bilhões e R\$5 bilhões	7%	6%	5%	4%
A4	Entre R\$800 milhões e R\$2 bilhões	6%	5%	4%	-

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

(2) Quando a instituição possuir classificações distintas de ratings pelas agências de classificação de riscos, será considerada a avaliação mais favorável para a instituição.

Além destes pontos, a Companhia estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo Cemig;
2. Os bancos dos grupos “Risco federal”, “A1” e “A2” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis, que compreende as aplicações mantidas nos Fundos de Investimentos e na carteira própria, excluídos os títulos públicos.

Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

d) Administração de capital

A Companhia possui a política de manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e para viabilizar a implementação do seu programa de investimentos e a manutenção da sua qualidade de crédito, com acesso ao mercado de capitais, buscando investir em projetos que ofereçam taxas internas de retorno real mínimas iguais ou superiores àquelas previstas na Estratégia de Longo Prazo, tendo como referência o custo de capital para os seus diversos negócios.

A Companhia monitora o capital usando um índice de alavancagem representado pela dívida líquida, dividida pelo Lajida Ajustado. A dívida líquida é calculada como o total de empréstimos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumento derivativo de hedge. A Companhia tem como meta manter o endividamento consolidado líquido em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o Lajida.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e debêntures (nota 20)	2.868.093	4.959.066
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(361.954)	(292.980)
(-) Títulos e valores mobiliários (nota 7)	(575.564)	(1.357.464)
(-) Instrumento derivativo de hedge (nota 29)	(368.051)	(612.208)
Dívida líquida	1.562.524	2.696.414
Lajida ajustado (1)	3.046.939	2.734.805
Dívida líquida / Lajida ajustado	0,51	0,99

(1) A conciliação do Lajida ajustado com o Lajida calculado conforme Resolução CVM nº 156/2022 está apresentada na seção do Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado.

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Total do passivo	8.417.967	11.096.184	8.229.336	10.644.364
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(361.954)	(292.980)	(297.060)	(194.482)
(-) Títulos e valores mobiliários (nota 7)	(575.564)	(1.352.359)	(454.710)	(788.368)
Passivo líquido	7.480.449	9.450.845	7.477.566	9.661.514
Total do patrimônio líquido	10.046.646	8.892.810	10.046.646	8.892.810
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	0,74	1,06	0,74	1,09

Política contábil

Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- fundos vinculados;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;
- ativos financeiros da concessão relacionados à bonificação de outorga dos contratos de geração de energia; e
- valores a receber de partes relacionadas.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos;
- empréstimos, financiamento e debêntures;
- dívida pactuada com o fundo de pensão (Forluz); e
- concessões a pagar e outros créditos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado, bem como os instrumentos financeiros derivativos e as indenizações a receber dos ativos de geração.

A Companhia mantém instrumentos derivativos para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, os quais são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, sendo as variações deste valor registradas no resultado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

30. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Processo de alienação de 15 PCHs/CGHs

Em 17 de março de 2023, foi publicado edital para realização de leilão público visando à alienação de 15 PCHs/CGHs em lote único, listadas abaixo, sendo 12 ativos da Cemig GT e 3 da subsidiária integral Horizontes. Esses ativos fazem parte do segmento de geração de energia elétrica.

Empresa/Usina	Registro	Início da operação	Potência instalada (MW) ⁽¹⁾	Garantia física (MW/m) ⁽¹⁾	Status operação comercial	Local
Cemig GT						
CGH Bom Jesus do Galho	Registro	1931	0,36	0,13	Fora de operação	Minas Gerais
CGH Xicão	Registro	1942	1,81	0,61	Em operação	Minas Gerais
CGH Sumidouro	Registro	1954	2,12	0,53	Em operação	Minas Gerais
PCH São Bernardo	Concessão	1948	6,82	3,42	Em operação	Minas Gerais
CGH Santa Marta	Registro	1944	1,00	0,58	Em operação	Minas Gerais
CGH Santa Luzia	Registro	1958	0,70	N/A	Em operação	Minas Gerais
				Geração: 0,28		
CGH Salto Morais	Registro	1957	2,39	0,60	Em operação	Minas Gerais
PCH Rio de Pedras	Concessão	1928	9,28	2,15	Em operação	Minas Gerais
CGH Pissarrão	Registro	1925	0,80	0,55	Em operação	Minas Gerais
CGH Lages	Registro	1955	0,68	N/A	Em operação	Minas Gerais
				Geração: 0,32		
CGH Jacutinga	Registro	1948	0,72	0,57	Em operação	Minas Gerais
CGH Anil	Registro	1964	2,06	1,10	Em operação	Minas Gerais
Horizontes						
CGH Salto do Paraopeba	Autorização	1955	2,46	2,21	Fora de operação	Minas Gerais
CGH Salto Passo Velho	Autorização	2001	1,80	1,64	Em operação	Santa Catarina
PCH Salto Voltão	Autorização	2001	8,20	7,36	Em operação	Santa Catarina
Total			41,20	22,05		

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

Em março de 2023, os ativos foram transferidos para o ativo circulante mantido para venda, nos termos do CPC 31/ IFRS 5. Não há ganhos ou perdas acumulados incluídos nos outros resultados abrangentes relativos a este grupo mantido para venda e não existem passivos associados ao ativo mantido para venda.

Concluiu-se que os ativos classificados como mantidos para venda não se enquadram no conceito de operações descontinuadas, nos termos do item 32 do CPC 31/ IFRS 5, uma vez que não representam uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações, tampouco constituem uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

Em 10 de agosto de 2023, a Companhia realizou o leilão público visando à alienação em lote único desses ativos. O lance vencedor foi de R\$100,5 milhões, o que representa um ágio de 108,6% em relação ao preço mínimo de R\$48,2 milhões.

O valor contábil das usinas no grupo do ativo mantido para venda em 31 de dezembro de 2023 é conforme segue:

Usina	Valor ativo mantido para venda em 31/12/2023
Cemig GT (1) (2)	45.663
CGH Bom Jesus do Galho	110
CGH Xicão	8.200
CGH Sumidouro	1.906
PCH São Bernardo	5.959
CGH Santa Marta	249
CGH Santa Luzia	1.050
CGH Salto Morais	810
PCH Rio de Pedras	21.640
CGH Pissarrão	1.474
CGH Lages	948
CGH Jacutinga	1.603
CGH Anil	1.714
Horizontes (2)	12.203
CGH Salto do Paraopeba	-
CGH Salto Passo Velho	2.827
PCH Salto Voltão	9.376
Total	57.866

Em 13 de setembro de 2023, a Cemig GT e sua subsidiária integral Horizontes, assinaram o Contrato de Compra e Venda de Ativos (“CCVA”) com a Mang Participações e Agropecuária LTDA (“MANG”), vencedora do leilão. A alienação foi concluída em 29 de fevereiro de 2024, após cumpridas todas as condições precedentes do CCVA. O valor recebido pela venda foi de R\$101 milhões. Os efeitos contábeis dessa alienação serão refletidos no primeiro trimestre de 2024.

A alienação visa atender às diretrizes do planejamento estratégico da Companhia, que preconiza a otimização do portfólio de ativos e uma melhor alocação de capital.

Política contábil

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos imobilizados e os ativos intangíveis não são mais depreciados ou amortizados, e qualquer investimento não é mais sujeito ao método da equivalência patrimonial. Os dividendos recebidos de empreendimentos controlados em conjunto classificados como mantidos para venda são reconhecidos no resultado, tendo em vista a interrupção da mensuração pelo método da equivalência patrimonial.

Estimativas e julgamentos

São mensurados pela menor quantia entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de vendas são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

31. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E COMPROMISSOS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, que incluem, principalmente, contratos de compra de energia de longo prazo, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2024	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Compra de Energia	1.812.697	1.807.078	1.609.474	1.518.697	370.550	1.661.316	8.779.812

(1) Montantes apresentados pelo valor presente em 31 de dezembro de 2023.

32. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI

Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde janeiro de 2019. A CPI teve poderes para investigar os fatos que fundamentaram o requerimento de sua instauração, sendo que, por meio de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente à gestão de pessoas e processos de compras, que foram integralmente atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados.

Em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o Relatório Final dos trabalhos da CPI e encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos de controle para avaliação dos encaminhamentos que serão adotados.

Em agosto de 2023, os promotores naturais do Ministério Público de Minas Gerais decidiram pelo arquivamento dos Inquéritos Civis Públicos que investigavam fatos narrados na referida CPI. As decisões constataram a regularidade dos atos de gestão da Cemig. Por outro lado, encontram-se pendentes a homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público de Minas Gerais e a conclusão da investigação em relação ao contrato do IBM pela Polícia Civil-MG.

Ressalta-se que quanto aos processos de contratação, a Companhia realiza auditorias regulares, não tendo sido identificados impactos materiais nas demonstrações financeiras do exercício de 2023 ou nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Juros sobre Capital Próprio - JCP

Em 21 de março de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a declaração de JCP relativo ao exercício de 2024, no montante de R\$161.319, a serem pagos em duas parcelas iguais, a primeira até 30 de junho de 2025 e a segunda até 30 de dezembro de 2025.

Reynaldo Passanezi Filho
Presidente

Dimas Costa
Vice-Presidente de Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Vice-Presidente de Finanças e
Relações com Investidores

Thadeu Carneiro da Silva
Vice-Presidente de Geração e
Transmissão

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Vice-Presidente de Participações

Marney Tadeu Antunes
Vice-Presidência sem denominação

Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva
Vice-Presidente Jurídico

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG-47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador – CRC-1SP/242451-O4



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.**

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações

financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde

Veja a nota explicativa 22 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia patrocina planos de pensão com benefício definido e planos de saúde que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados.</p> <p>A mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, envolve julgamentos da administração na determinação das premissas atuariais, sendo as principais: (i) a taxa de desconto; (ii) expectativa de vida; e (iii) o crescimento real das contribuições e salários. A Companhia contrata atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais e no cálculo da obrigação dos planos de pensão e de saúde.</p> <p>Consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria, devido às incertezas relacionadas às premissas para se estimar a obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, que possuem risco de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliação do desenho, implementação e efetividade de certos controles internos associados ao processo de mensuração do passivo atuarial, incluindo controles relacionados com a preparação, revisão e aprovação das premissas de taxa de desconto, da expectativa de vida e do crescimento real das contribuições e salários;- Avaliação do escopo, da independência, da competência, das qualificações profissionais, das experiências e da objetividade do atuário externo contratado para auxiliar na estimativa da obrigação atuarial dos planos de pensão e de saúde;- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, como a taxa de desconto, expectativa de vida e o crescimento real das contribuições e salários, incluindo a comparação com dados obtidos de fontes externas;- Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. <p>Como base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em



relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 21 de março de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira

Contador CRC 1SP259468/O-7

PARECERES E DECLARAÇÕES

PARECER DO CONSELHO FISCAL

“Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31-12-2023 e os respectivos documentos complementares, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em 21-03-2024. Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de 2023, como também com base no Relatório do Auditor Independente, sem ressalva, da KPMG Auditores Independentes Ltda., emitido em 21-03-2024, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2024.”

Belo Horizonte, 21 de março de 2024.

Gustavo de Oliveira Barbosa – Presidente

Pedro Bruno Barros de Souza – Conselheiro

Michele da Silva Gonsales Torres – Conselheira

Lucas de Vasconcelos Gonzalez – Conselheiro

João Vicente Silva Machado – Conselheiro

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA DIRETORIA EXECUTIVA

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que, em 19.03.2024, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2023. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e o envio à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras 2023 e dos respectivos documentos complementares. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 19 de março de 2024.

Reynaldo Passanezi Filho – Presidente

Dimas Costa – Vice-presidente de Comercialização

Leonardo George de Magalhães – Vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores

Thadeu Carneiro da Silva – Vice-presidente Cemig Geração e Transmissão

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo - Vice-presidente Cemigpar

Marney Tadeu Antunes - Vice-presidente de Distribuição

Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva - Vice-presidente de Regulação e Jurídico

DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELA DIRETORIA EXECUTIVA, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que, em 19.03.2024, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2023. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e o envio à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras 2023 e dos respectivos documentos complementares. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressadas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 19 de março de 2024.

Reynaldo Passanezi Filho – Presidente

Dimas Costa – Vice-presidente Cemig Comercialização

Leonardo George de Magalhães - Vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores

Thadeu Carneiro da Silva - Vice-presidente Cemig Geração e Transmissão

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo - Vice-presidente Cemigpar

Marney Tadeu Antunes - Vice-presidente de Distribuição

Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva - Vice-presidente de Regulação e Jurídico

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – 21 DE MARÇO DE 2024

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Companhia Energética de Minas Gerais- Cemig, Cemig Distribuição S.A.-Cemig D, Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e suas respectivas sociedades controladas e subsidiárias tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração relativamente ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno, avaliar e manifestar-se sobre: a qualidade e integridade das demonstrações contábeis, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. Compete ao Comitê, com o apoio técnico e operacional da área de Compliance da Companhia, realizar análise da conformidade das indicações ao cargo de Administrador ou Conselheiro Fiscal por meio do filtro do “background check” de integridade e conformidade.

COMPOSIÇÃO

O Comitê de Auditoria é composto pelo coordenador Pedro Carlos de Mello, pelos membros Roberto Tommasetti, e Roberto Cesar Guindalini, este a partir de 06.02.2024. Compuseram o Comitê de Auditoria Estatutário em 2023, Afonso Henriques Moreira Santos (até o dia 31.01.2024) e Márcio de Lima Leite (até o dia 04.05.2023).

DAS ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DURANTE O ANO DE 2023

No ano de 2023, o Comitê reuniu-se em 30 (trinta) ocasiões e mais 5 (cinco) vezes no início do primeiro semestre de 2024, além de 11 (onze) participações nas reuniões do Conselho de Administração em 2023 e 1 (uma) em 2024. Foram realizadas 5 (cinco) reuniões em conjunto com o Conselho Fiscal em 2023 e 1 (uma) no início do primeiro semestre de 2024. O Comitê manteve contato permanente com os gestores das diversas áreas da Companhia, visando acompanhar os trabalhos desenvolvidos e obter subsídios para fundamentar as suas avaliações. Foram realizadas 12 (doze) reuniões com a participação dos auditores externos, KPMG - Auditores Independentes Ltda., para conhecimento de metodologia, planejamento e resultados dos trabalhos visando à elaboração das Demonstrações Financeiras de 2023. O Comitê reuniu-se com Diretores Executivos da Companhia para tratar de assuntos relacionados com aspectos gerais da gestão da instituição, particularmente os relativos à contabilidade, controles internos, auditoria interna, gestão de capital, gestão financeira e gestão de riscos. O Comitê apresentou recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas por este Colegiado e pelas auditorias interna e independente, apontadas no curso dos seus trabalhos. O Comitê manteve contatos regulares com o Conselho de Administração da Companhia, tendo, ainda, emitido opiniões sobre aspectos

relacionados com suas atribuições regimentais e prestou informações ao Colegiado sobre suas atividades.

DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO E DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS

Os trabalhos conduzidos pela Diretoria de Compliance -DCI, foram objetos de acompanhamento pelo Colegiado. O Comitê de Auditoria considera positiva (embora alguns pontos requeiram maior atenção) a atuação da administração da Companhia no sentido de garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento do risco da instituição.

DA AUDITORIA INTERNA

Foram realizadas diversas reuniões com a Superintendente e com os Gerentes da Auditoria Interna – AI, visando ao acompanhamento dos trabalhos realizados por essas unidades. O Comitê avalia positivamente a abrangência e a qualidade das auditorias procedidas e o nível de independência da área. Nos trabalhos realizados pela auditoria interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação vigente e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a solidez e a continuidade da Companhia.

DA AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê reuniu-se com os auditores externos, KPMG Auditores Independentes Ltda., para conhecimento das principais ocorrências nos trabalhos realizados no curso da elaboração das Demonstrações Financeiras de 2023 e de sua avaliação dos controles internos atuais da Companhia. O Comitê considera satisfatórios os trabalhos desenvolvidos, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras de 2023, examinando balancetes, balanço e notas explicativas e procedeu à apreciação das Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, que estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade e com a legislação societária brasileira, retratando adequadamente a situação patrimonial da instituição.

CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da instituição ou a fidedignidade das demonstrações contábeis. Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras da Cemig, Cemig D e Cemig GT de 2023.

Belo Horizonte, 21 de março de 2024.

COMITÊ DE AUDITORIA

PEDRO CARLOS DE MELLO – Coordenador

ROBERTO TOMMASETTI – Membro

ROBERTO CESAR GUINDALINI – Membro

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e ao artigo 27, § 1, inciso IV, da Instrução CVM nº 80, foi apresentada para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2024, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2024. O valor previsto para orçamento de capital será atendido exclusivamente por recursos próprios oriundos das operações da Companhia, por meio da retenção de lucros do exercício de 2023, no montante de R\$905.115.

Investimentos planejados para 2024	R\$
Transmissão	
Melhoria/reforço	269.068
Subsidiárias	35.970
Infraestrutura	26.608
	331.646
Geração	
Sistema elétrico	100.666
Expansão	116.220
Subsidiárias	321.130
Infraestrutura	35.453
	573.469
	905.115